



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

INDEXICAIS DESCRITIVOS: UMA INVESTIGAÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

SÃO CARLOS

2018



Universidade Federal de São Carlos

Felipe Manca Dal Ava

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

INDEXICAIS DESCRITIVOS: UMA INVESTIGAÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA

FELIPE MANCA DAL AVA
Bolsista: CAPES/FAPESP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Renato Miguel Basso

São Carlos - São Paulo - Brasil
2018




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

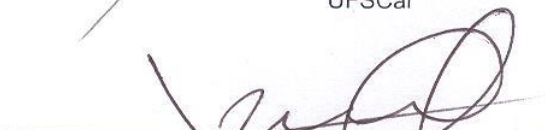
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

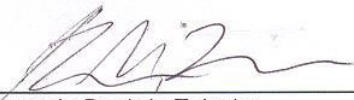
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Felipe Manca Dal'Ava, realizada em 13/04/2018:



Prof. Dr. Renato Miguel Basso
UFSCar




Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde
UFSCar

pl skype 

Profa. Dra. Lovania Roehrig Teixeira
UTFPR

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Lovania Roehrig Teixeira e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Prof. Dr. Renato Miguel Basso

Sumário

Agradecimentos	7
Abreviações e Símbolos	8
Resumo	11
Abstract	12
Introdução	13
As primeiras teorias e críticas	14
As leituras descritivas dos indexicais.....	15
Capítulo 1 – A teoria de Kaplan (1989) e os indexicais descritivos	18
1.1. A teoria de indexicais de Kaplan (1989)	18
1.2. Indexicais descritivos e o desafio por eles colocado	27
1.3. Tipologias para os indexicais descritivos	31
1.3.1. Tipologia de Hunter (2010).....	31
1.3.2. Tipologia de Kijania-Placek (2015, 2017)	32
1.4. Conclusões	34
Capítulo 2 – Teorias sobre indexicais descritivos	35
2.1. Nunberg (1979, 1993, 2004).....	35
2.1.1. Uma apresentação cronológica do desenvolvimento dos indexicais descritivos em sua teoria	35
2.1.2. O modelo de Nunberg (1979)	38
2.1.3. Nunberg (1993)	39
2.1.4. Nunberg (2004)	40
2.1.5. Mais problemas: envolvendo uma explicação pragmática	45
2.1.6. Então, como lidar com os indexicais descritivos?	47
2.2. Elbourne (2008, 2013).....	48
2.2.1. Quanto aos indexicais descritivos	48
2.2.2. Uma primeira sistematização	50
2.2.3. Ausência ou omissão do NP	51
2.2.4. Formalizando Nunberg (1979, 1993, 2004) através de Elbourne (2005b, 2008, 2013)	53
2.3. Hunter (2010).....	57
2.3.1. Uma alternativa à Semântica Tradicional: Semântica Dinâmica e a DRT	58
2.3.2. Pressuposição	66
2.3.3. Gatilhos pressuposicionais	69
2.3.4. Projeção das pressuposições	70

2.3.5. Acomodação de pressuposição	73
2.3.6. Pressuposições na DRT	74
2.3.7. Sobre os indexicais descritivos em Hunter (2010)	77
2.3.8. Reconstruções Intensionais e Coerções Quantificacionais	79
2.3.9. Uma pequena defesa a teoria kaplaniana?	80
2.3.10. O primeiro passo para a resolução do problema em Hunter (2010)	81
2.3.11. Em direção à formalização de Hunter (2010)	84
2.3.12. Considerações finais da autora em relação as coerções quantificacionais e as reconstruções intensionais	87
2.4. Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017).....	88
2.4.1. Fundamentação teórica da autora	88
2.4.2. Análises gerais	90
2.4.3. A classificação e tipologia geral de Kijania-Placek	93
2.4.4. Formalização de Kijania-Placek	94
2.5. Sæbø (2015).....	96
2.5.1. Alguns pontos considerados pelo autor: leituras de re e de dicto	96
2.5.2. Adentrando no problema	97
2.5.3. TT e ST – de re ou de dicto?	99
2.5.4. Introduzindo os indexicais descritivos	99
2.5.5. Apreciação de Sæbø (2015) a teorias prévias.....	101
2.5.6 O que aproveitar de cada autor?	106
2.5.7. Esboçando Sæbø (2015).....	108
2.5.8 Formalizando e examinando Sæbø (2015)	110
2.5.9. Teoria de Transparência e Teoria de Substituição – ambas são necessárias?	114
2.5.10. Mais algumas considerações em relação a Sæbø (2015)	115
Capítulo 3 – Conclusões	116
3.1. Vantagens e desvantagens em Kaplan (1989)	117
3.2. Vantagens e desvantagens em Nunberg (1979, 1993, 2002).....	117
3.3. Vantagens e desvantagens em Elbourne (2008, 2013).....	118
3.4. Vantagens e desvantagens em Hunter (2010)	119
3.5. Vantagens e desvantagens em Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017)	121
3.6. Vantagens e desvantagens em Sæbø (2015)	122
3.7. Considerações finais	124
Referências Bibliográficas	126

Agradecimentos

Agradeço tanto a CAPES, quanto a FAPESP pela oportunidade e ajuda financeira oferecida.

Agradeço a minha namorada, pelo apoio incondicional durante todo o desenvolvimento desse trabalho.

Ao meu irmão, pelas diversas conversas sobre Linguística as quais me auxiliaram durante todo o período de Mestrado.

Aos meus pais que, apesar de nossas diferenças, me apoiaram, principalmente, ao final dessa produção.

Aos professores Dirceu Cleber Conde e Lovania Roehrig Teixeira, pelas diversas sugestões e correções que em muito ajudaram a lapidar esse trabalho.

Por último, ao meu orientador Renato Miguel Basso que, sem dúvida, esse trabalho não teria sido, de maneira alguma, finalizado sem sua enorme contribuição e paciência.

Abreviações e Símbolos

Abreviações

DEF – Artigo Definido

DEM – Demonstrativo

DP – Sintagma Determinante

DRT – Discourse Representation Theory

DRS – Discourse Representation Structure

NP – Sintagma Nominal

LD – Logic of Demonstratives

PB – Português Brasileiro

PI – Presuppositional Indexicals

sse – se e somente se

TT – Teoria de Transparência

ST – Teoria de Substituição

Para os símbolos adotados:

[] indicam uma breve explicação de como a simbologia em questão é adotada.

() indicam a primeira seção que o item é empregado e/ou explicado; e o respectivo autor que o adotou originalmente.

Símbolos e variáveis adotadas

? – ambiguidade sintática

?? – ambiguidade semântica

??? – ambiguidade pragmática

\exists – existe ao menos um

\oplus – merge [fusão] (seção 2.3.1., Hunter)

\neg – negação, não

\rightarrow – se x , então y

\uparrow – operador [para pressuposições trazidas por indexicais] (seção 2.3.6., Hunter)

\sim – o mesmo em relação a, compartilha com (seção 2.3.11., Hunter)

\diamond – é possível que [modalizador]

\models – relação de satisfação [envolvendo modelo, contexto, atribuição] (seção 2.4.4., Kijania-Placek)

$>$ – maior
 $<$ – menor
 \setminus – diferença
 \cap – intersecção
 \mathbf{C} – estar contido em
 c_x – variável contextual [agente, ouvinte, tempo, etc] (seção 1.1., Kaplan)
 c – conceito (seção 2.5.5., Sæbø)
 c – contexto (ou situação) de proferimento (seção 2.5.8., Sæbø)
 d – indivíduo (seção 2.5.5., Sæbø)
 \mathbf{Con}_K – condição contextual (seção 2.3.1., Hunter)
 $e_{\pi 0}$ – evento de proferimento (seção 2.3.6., Hunter)
 g – função de atribuição (seção 2.2.4., Nunberg)
 g – atribuição [de objetos para variáveis] (seção 2.4.4., Kijania-Placek)
 i – componente dêitico; índice [variável do tipo ℓ] (seção 2.2.4., Nunberg, Elbourne)
 i – contexto (seção 2.4.4., Kijania-Placek)
 j – contexto (ou situação) de avaliação (seção 2.5.8., Sæbø)
 \mathbf{K} – contexto (seção 2.3.1., Hunter)
 \mathbf{M} – modelo (seção 2.4.4., Kijania-Placek)
 p – propriedade [variável] (seção 2.3.11., Hunter)
 \mathbf{P} – propriedade [variável] (seção 2.3.6., Hunter)
 \mathbf{R} – referência (seção 2.2.4., Nunberg)
 \mathbf{S} – operador [de tipo ℓ] (seção 2.5.8., Sæbø)
 s – situação
 t – tempo
 \mathbf{U}_K – referente discursivo contextual (seção 2.3.1., Hunter)
 v – mundo real [do contexto de proferimento] (seção 2.5.7., Sæbø)
 w – mundo qualquer
 $'x'$ – item linguístico avaliado, língua objeto
 $[[x]]$ – item linguístico avaliado, língua objeto
 $|x|$ – cardinalidade
 $\langle x \rangle$ – tipo lógico
 $x^@$ – x de proferimento [contexto de proferimento, mundo de proferimento, etc] (seção 1.1., Kaplan)

λx – cálculo lambda

δ – conceito individual [antigo] (seção 2.5.8., Sæbø)

ϵ – conceito individual [novo] (seção 2.5.8., Sæbø)

ι – operador [de situação] (seção 2.2.4., Nunberg)

ι – operador [de descrições e indivíduos] (seção 2.5.7., Sæbø)

Φ – componente classificatório, restrição (seção 2.2.2., Nunberg, Elbourne)

φ – fórmula avaliada (seção 2.4.4., Kijania-Placek)

ψ – fórmula avaliada (seção 2.4.4., Kijania-Placek)

Resumo

Nessa dissertação, seguiremos um trajeto em que, primeiramente, vamos apresentar uma introdução geral com algumas das principais ideias envolvendo os indexicais e tocando, brevemente, no problema envolvendo suas leituras descritivas (indexicais descritivos). O foco será, principalmente, nos aspectos gerais da teoria kaplaniana (1989) e como algumas teorias alternativas (Hunter, Nunberg, Elbourne, etc) poderiam contribuir para essa discussão.

Logo em seguida, no primeiro capítulo, vamos apresentar a teoria de Kaplan (1989) em seus pormenores, focando, obviamente, nos indexicais. As funções kaplanianas (*caráter e conteúdo*) serão discutidas, assim como o alcance e limitações desse tipo de abordagem.

No segundo capítulo, o mais extenso de nosso trabalho, terá como destaque as quais julgamos como as principais alternativas à teoria kaplaniana, ou seja, aquelas que consideram, de uma maneira ou de outra, as leituras descritivas dos indexicais. Vamos explorar cada uma dessas alternativas (Nunberg, Elbourne, Hunter, Kijania-Placek, Sæbø) e trabalhar com diferentes exemplos suas propostas e (possíveis) soluções ao problema imposto.

No terceiro e último capítulo, faremos um levantamento geral das principais teorias apresentadas, deixando claro suas respectivas vantagens e desvantagens ao tratar dos indexicais descritivos.

Palavras chave: indexicais, indexicais descritivos, semântica, pragmática, epistemologia.

Abstract

In this dissertation, we will present a general introduction with some of the main ideas involving indexicals, and briefly touching the problem of their descriptive readings (descriptive indexicals). We will focus, in particular, on the general characteristics of Kaplanian theory (1989) and see some alternate theories (Hunter, Nunberg, Elbourne, etc.) that might add up and define how indexicals might behave.

Soon after it, in the first chapter, we will present Kaplan's theory (1989) in its details, focusing mainly on the indexicals; specially on how Kaplanian functions (*character* and *content*) works, as well as scope and limitations of this kind of approach.

In the second chapter, the longest of our work, we will highlight the main alternatives to Kaplanian theory, notably those that might consider descriptive readings of indexicals as viable. We will explore each one of those alternatives (Nunberg, Elbourne, Hunter, Kijania-Placek, Sæbø) and work with different examples and possible solutions to this linguistic problem.

In the third and final chapter, we will take into account all theories presented and consider their advantages and disadvantages when dealing with descriptive indexicals.

Keywords: indexicals, descriptive indexicals, semantics, pragmatics, epistemology.

Introdução

Apesar da análise e classificação dos indexicais em língua natural sempre terem sido um problema para os estudos formalistas dentro da Linguística e da Filosofia, eles não receberam a devida atenção e investigação até os primeiros estudos desenvolvidos por Kripke (1980) desembocando na teoria de Kaplan (1989). De fato, a análise bidimensional de Kaplan (caráter/conteúdo – contexto/mundo possível) foi capaz de explicar com notável elegância o funcionamento de diversos fenômenos que envolviam os indexicais e colocou em evidência noções como referência direta e designador rígido que ainda hoje, apesar de questionáveis, como veremos neste trabalho, são amplamente utilizadas para definir a natureza linguística dos indexicais, bem como fornecer uma análise condizente com as interpretações que tais itens recebem.

Ao longo dos anos seguintes à proposta kaplaniana, diversas críticas e outras teorias de caráter semântico/pragmático surgiram e adicionaram e/ou entraram em conflito com a teoria da Lógica dos Demonstrativos kaplaniana. Neste trabalho, vamos focar em basicamente duas vertentes claramente divergentes:

→ aquelas que permanecem mais alinhadas a teorias semânticas tradicionais, que encaram a sentença dentro do espectro veri-condicional, mas que procuram revisar algumas previsões feitas por Kaplan, em especial, aquela relacionada à referência direta. Para esses autores (Nunberg, Elbourne, entre outros), indexicais podem ter leituras descritivas.

→ aqueles que se alinham às chamadas teorias discursivas¹, que encaram cada sentença através de um mecanismo de atualização do discurso. Esse tipo de teoria diverge da semântica clássica muito mais que as teorias descritivistas. Para autores que seguem as teorias discursivas (Hunter, entre outros),

¹ O termo “discurso” aqui deve ser entendido como uma teoria que considere uma concatenação de sentenças ou um texto.

indexicais têm leituras pressuposicionais e podem, com a ajuda da pragmática, ter leituras descritivas, como mostraremos com exemplos mais adiante. Vejamos, contudo, por ora, o quadro geral envolvendo os indexicais.

As primeiras teorias e críticas

Quando trabalhamos com teorias envolvendo indexicais, na maioria das vezes, remetemos ao trabalho de David Kaplan, *Demonstratives* (1989), devido ao fato de tal trabalho trazer diversos *insights* de extrema importância dentro do panorama das teorias filosóficas e formais. Kaplan foi um dos pioneiros a explicar os fenômenos relacionados aos indexicais e demonstrativos de maneira estruturada, objetiva e elegante. Contudo, desde então, a proposta de Kaplan tem recebido fortes críticas quanto ao seu modo de funcionamento e seu escopo, citaremos apenas algumas delas a seguir:

- separação entre a organização sintática e semântica – já que nem sempre há uma correspondência entre esses níveis linguísticos²;
- bidimensionalidade – divisão entre os possíveis aspectos linguístico-semânticos, como o caráter e conteúdo³;
- problemas em lidar com sentenças (e suas respectivas leituras) metaficcionais⁴;
- problemas com indexicais monstruosos ou operadores-monstros⁵;
- dificuldades em lidar com indexicais que trazem consigo algum tipo de leitura descritiva.

² Para maiores detalhes sobre os problemas que a teoria kaplaniana traz para os níveis sintáticos e semânticos, ver dall’Ava (p.7-8, 2015).

³ Ver figura 1, seção 1.1.

⁴ Sentenças que são proferidas por um indivíduo não-ficcional acerca de um material que possa ser considerado ficcional, como filmes, livros e afins. Teixeira (2012) as distingue das sentenças ficcionais (usadas dentro da ficção, como os diálogos entre personagens) e sentenças transficcionais (que relacionam duas ou mais ficções). Para maiores detalhes, ver Teixeira (p. 114-115, 2012).

⁵ Operadores-monstros são operadores capazes de modificar o contexto em que os indexicais são avaliados; os indexicais monstruosos são justamente aqueles que estão sob o escopo desses operadores. Para maiores detalhes ver Teixeira (2012).

No desenvolvimento de nossa dissertação, vamos focar nos problemas trazidos no último tópico, evidenciando diversas discussões sobre o tema.

As leituras descritivas dos indexicais

Começemos expondo alguns exemplos:

(I) (Dito pela Suprema Corte dos EUA:) Se os democratas tivessem ganhado as últimas eleições, nós seríamos todos liberais⁶.

(II) (Dito dois dias antes do Ano Novo:) Amanhã é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

As leituras descritivas para as sentenças (1) e (2) são as que seguem:

(Ia) Se os democratas tivessem ganhado as últimas eleições, a Suprema Corte dos EUA seria toda liberal.

(IIa) O dia anterior ao Ano Novo é sempre o dia mais movimentado do ano.

Para Nunberg (1993) e Elbourne (2008) ambas as sentenças (1) e (2) têm leituras descritivas de indexicais, ou seja, leituras na qual o que conta, para além de indivíduos, são propriedades – para o caso de (1), ‘a Suprema Corte dos EUA’ e para o caso de (2), ‘o dia anterior ao Ano Novo’; essas leituras vão contra a proposta clássica de Kaplan (1989)⁷, segundo a qual indexicais teriam apenas

⁶ Nunberg (1993).

⁷ Para maiores detalhes da teoria kaplaniana, ver seção abaixo 1.1.

leituras rígidas, diretamente referenciais e contribuiriam apenas com indivíduos para as proposições em que aparecem, e nunca com propriedades. Se assim for, é necessária uma revisão na semântica dos indexicais proposta por Kaplan, como fazem Nunberg (1993), Elbourne (2008) e Sæbø (2015), ou mesmo uma nova proposta teórica para lidar com esse tipo de leitura, como, por exemplo, sugerido por Hunter (2010) através da revisão de alguns conceitos da DRT⁸.

Vale notar, porém, que mesmo uma teoria como a DRT não trata, de saída, indexicais como descrições definidas, e, por conta disso, seguiria a teoria kaplaniana quanto aos impasses interpretacionais de sentenças como (1) e (2). De fato, nem a Lógica dos Demonstrativos de Kaplan, nem o arcabouço teórico das DRSs são capazes de lidar com esse tipo de leitura.

Entre algumas das possíveis revisões dos modelos para lidar com indexicais, destacamos Hunter (2010), Nunberg (1979, 1993, 2004) e Sæbø (2015) como propostas com maior enfoque nessa dissertação. Traremos também alguns *insights* de Recanati (1993) e Elbourne (2008), entre diversos outros autores que possam contribuir para o estudo do objeto.

Teremos, portanto, como objetivo nesse trabalho apresentar diferentes modelos teóricos além do kaplaniano, observando sempre o fenômeno em foco, ou seja, as leituras descritivas dos indexicais. Essas teorias vão variar quanto ao nível linguístico que o fenômeno deve ser tratado (semântico e/ou pragmático), no tipo de abordagem (clássica ou dinâmica), em suas tipologias (uniforme ou não) e, obviamente, nas formalizações e possíveis soluções empregadas ao problema. Por essa diversidade epistemológica, poderemos além de fazer uma revisão teórica de cada um dos autores, também será possível compará-los, e mesmo que não seja possível eleger a teoria mais adequada para lidar com os indexicais descritivos, ao menos teremos um mapeamento detalhado dos principais modelos teóricos desenvolvidos até então (2018): algo que, até onde sabemos, não foi desenvolvido, seja em Português,

⁸ Discourse Representation Theory: teoria desenvolvida por Kamp (1983) em que estruturas de representação do discurso (DRSs) são utilizadas para explicar certos problemas semânticos e/ou pragmáticos através do uso de anáfora, pressuposição e tempo. A DRT se diferencia de teorias semânticas clássicas por trabalhar além do nível sentencial.

seja em Inglês, e é justamente uma das características que trazem originalidade a essa dissertação.

Capítulo 1

A teoria de Kaplan (1989) e os indexicais descritivos

Nesse capítulo, apresentaremos a teoria sobre indexicais desenvolvida pelo filósofo americano David Kaplan, que, apesar de receber importantes e profundas críticas, ainda é a mais influente das teorias sobre esses itens tanto nas análises semânticas (formais) quanto na tradição da filosofia analítica da linguagem. Exemplificaremos sua teoria com a análise de dados do Português Brasileiro, e apresentaremos alguns dos mais conhecidos problemas que ela enfrenta. Feito isso, na sequência, trataremos uma breve descrição dos indexicais descritivos e dos desafios que tal interpretação coloca para a teoria kaplaniana, bem como algumas tipologias propostas para essa interpretação de indexicais. Com isso, teremos o fundo necessário para apresentarmos, no próximo capítulo, algumas das principais teorias sobre indexicais descritivos.

1.1. A teoria de indexicais de Kaplan (1989)

Uma das mais importantes teorias sobre os demonstrativos e demais indexicais no âmbito da filosofia analítica da linguagem e também da semântica formal das línguas naturais foi postulada pelo filósofo David Kaplan em meados da década de 1970, mas foi publicada somente em 1989 (cf. Kaplan, 1989). A LD⁹ é considerada por muitos filósofos e semanticistas como um grande marco dos estudos formais porque, através dela, Kaplan dá conta de modo bastante elegante e enxuto de uma classe de itens considerados inacessíveis e/ou intratáveis para as teorias lógicas: os demonstrativos e os dêiticos¹⁰.

Entre os méritos da proposta de Kaplan estão o fato de ela ser hipotético-dedutiva, refutável, abrangente, além de esclarecer noções como verdade *a priori* e trazer argumentos a favor da teoria de designadores rígidos, sendo também um dos marcos da assim-chamada “nova teoria da referência”, que encontra nos trabalhos do filósofo e lógico Saul Kripke sua principal formulação¹¹. A previsão

⁹ Logic of Demonstratives: apenas outro nome para a teoria kaplaniana (1989).

¹⁰ Chamados em conjunto, na teoria, de *indexicais*. Ainda sobre o termo dêitico, seguindo Basso et al. (2012), usaremos “indexical” para nos referirmos a itens linguísticos cuja interpretação demanda crucialmente algum elemento contextual (conforme Kaplan (1989) define *contexto*, que veremos adiante); por sua vez, “dêixis” refere-se a algum uso de algum item linguístico seguido ou acompanhado por um apontamento, que pode ou não ser essencial para sua interpretação.

¹¹ Existem trabalhos, dentro dos estudos formais, que vão contra essa leitura referencialista de nomes da qual Kaplan (1989) parte através de Kripke (1980); entre eles Bach (2015), Fara (2015) e Soames (2002). Agradeço a Conde por sugerir esses autores, como alternativa crítica à “nova teoria de referência”.

kaplaniana com relação aos indexicais é que eles são termos diretamente referenciais, ou seja, termos cuja contribuição proposicional não contém nenhum tipo de descrição e é somente um indivíduo; dito de outro modo, segundo o filósofo, o papel de um indexical é introduzir um indivíduo numa proposição (e apenas ele, sem haver nenhuma descrição/propriedade associada a esse indivíduo no nível proposicional).

Essas ideias podem ficar mais claras com os exemplos abaixo:

(1) (Dito por João:) *A rainha do Reino Unido é inglesa.*

(2) (Dito por Elizabeth II:) *Eu sou inglesa.*

A informação veiculada em (1) envolve o predicado ‘rainha do Reino Unido’, prefaciado pelo artigo definido, e a contribuição proposicional de ‘a rainha do Reino Unido’ é, portanto, *grosso modo*, “há um e no máximo um indivíduo que é rainha do Reino Unido” – nesse sentido, a contribuição proposicional da descrição definida é também descritiva, pois envolve a propriedade (ou descrição) ‘a rainha do Reino Unido’¹². Por seu turno, o item ‘eu’, em (2), contribui para a proposição expressa apenas com um indivíduo, qual seja, Elizabeth II, sem envolver nenhum tipo de descrição sobre esse indivíduo. A ideia é que o indexical ‘eu’ nada mais faz do que fornecer um indivíduo à proposição em que esse item aparece, sem nenhum tipo de descrição associada a ele, que poderá então ser alvo de uma predicação (no caso, ‘ser inglesa’). Os indexicais, assim como os nomes próprios, na teoria kaplaniana, são tratados como itens de *referência direta*, ou seja, são itens linguísticos que não necessitam de algum tipo de descrição, ou do chamado “sentido fregeano”, para alcançar sua referência; vale notar, contudo que a aproximação dos indexicais com os nomes próprios devido à referência direta é um dos principais alvos de críticas da teoria kaplaniana, conforme veremos com os apontamentos não só tecidos nesta seção, como na apresentação das demais alternativas teóricas, seja revisando a questão (como Nunberg, 1993), seja postulando novos conceitos (como Hunter, 2010).

Os exemplos (1) e (2), na situação proposta, têm as mesmas condições de verdade; contudo, se trocarmos o falante de (2) suas condições de verdade mudam, ao passo que se trocarmos o falante de (1), suas condições de verdade ainda serão equivalentes às de (2) quando dita por Elizabeth II. Essas características dos indexicais revelam sua chamada “sensibilidade contextual”, e se trata de uma

¹² A ideia de contribuição proposicional descritiva do predicado se mantém ao considerarmos o artigo definido tanto como um determinante (pressuposicional, *à la* Frege) ($\langle\langle e,t \rangle, e \rangle$) quanto como um quantificador (*à la* Russell) ($\langle\langle e,t \rangle, \langle\langle e,t \rangle, t \rangle\rangle$).

de suas marcas distintivas. Posteriormente, ainda nessa seção, voltaremos a essa interessante propriedade dos indexicais ao falarmos sobre as funções kaplanianas de *caráter* e *conteúdo*.

Além do item ‘eu’, que pertence a uma classe chamada por Kaplan de *indexicais puros*¹³, sua análise se aplica do mesmo modo para demonstrativos e descrições demonstrativas, chamadas pelo autor de *demonstrativos verdadeiros* ou *indexicais impuros*, como nos exemplos abaixo:

(3) (Dito por alguém apontando para um livro:) Pega *isso* pra mim.

(4) (Dito por alguém apontando para uma caneta:) Me passa *essa caneta*.¹⁴

O que separa os indexicais puros dos impuros é a necessidade dos segundos, mas não dos primeiros, da presença de um apontamento para a delimitação de seu referente. Assim, itens como ‘eu’, ‘hoje’, ‘agora’, e vários outros, seriam indexicais puros, pois seu referente é alcançado somente pelo seu uso; e por sua vez, indexicais impuros, como demonstrativos, só terão sua interpretação garantida quando acompanhados de um apontamento¹⁵.

Além dessa diferença entre os tipos de descrição e o fato de a contribuição proposicional dos indexicais ser sempre um indivíduo, Kaplan postula um mecanismo de composição semântica mais complexo do que o que havia antes de sua teoria. Para o teórico, a composição semântica, justamente por conta da presença de indexicais, se dá em duas etapas, e cada uma delas leva em conta uma função específica, que são o *caráter* e o *conteúdo*.

Por *caráter*, entendemos uma função de contexto para conteúdo, e por *conteúdo* uma função de mundos possíveis e tempos (i.e., circunstâncias de avaliação) para valores semânticos (ver figura 1, abaixo). Dessa maneira, é importante entendermos as noções de *contexto* e *circunstâncias de avaliação* no âmbito dessa teoria.

¹³ Kaplan faz uma distinção entre indexicais puros e impuros. Para uma definição mais formalizada, ver a tabela 1. A distinção também pode ser compreendida através da necessidade de apontamento para o adequado estabelecimento de seu referente (no caso dos impuros) ou não (no caso dos puros). Obviamente, essa definição sofre fortes críticas na literatura, seja pela falta de formalização, seja pela falta de definição clara do que seria um apontamento. Ver dall’Ava (2014) e Teixeira (2012).

¹⁴ O tratamento atribuído por Kaplan sem levar em conta o material descritivo é intenso alvo de críticas. Para maiores detalhes, ver dall’Ava (2014).

¹⁵ Como dissemos, há várias críticas quanto a essa distinção de Kaplan (1989), como pode ser visto no trabalho de Mount (2008). É possível também encontrar itens que podem ser tanto puros quanto impuros, como é o caso do item ‘aqui’, que pode ser usado com um apontamento e tem sua referência definida por ele. Compare: (a) Aqui é muito bonito vs. (b) (apontando para uma cidade num mapa) Nasci aqui.; em (a), ‘aqui’ seria um indexical puro, ao passo que seria um indexical impuro em (b). Isso levou alguns autores a considerar essa distinção kaplanina menos importante do que o autor a apresentou num primeiro momento.

No sistema de Kaplan, contexto é definido como uma ênupla que fornece informações específicas, exploradas pelos indexicais. Essa ênupla, em geral, tem a forma:

$$C = \langle c_a, c_o, c_l, c_t, c_d, c_w \rangle$$

Na qual: c_a = agente do contexto, c_o = ouvinte do contexto, c_l = lugar do contexto, c_t = tempo do contexto, c_d = conjunto de *demonstrata* (i.e., objetos do contexto que podem ser alvo de apontamento), e c_w = mundo do contexto.

Por exemplo, o item ‘eu’, na teoria de Kaplan, é interpretado como o agente do contexto¹⁶:

$$[[eu]] = \lambda c [c_a]$$

Na verdade, a função caráter é aplicada a todos os itens de uma língua, mas ela é constante quando aplicada a itens não-indexicais, refletindo o fato de que apenas indexicais são itens que dependem de informações contextuais, que são, portanto, sensíveis ao contexto e o exploram para determinar seu referente a cada instância de uso.

A próxima etapa, no sistema de Kaplan, é a aplicação, também a todos os itens linguísticos, da função conteúdo, que resultará num valor semântico para cada estrutura (um valor de verdade, no caso de uma proposição; e um indivíduo, no caso de um termo referencial, como um indexical) em relação a um mundo possível e tempo de consideração, chamadas pelo autor, em conjunto, de circunstâncias de avaliação.

O esquema abaixo, adaptado de Schlenker (2010, p. 7), auxilia na visualização das relações entre caráter, conteúdo, contexto e circunstâncias de avaliação:

¹⁶ A fórmula é uma simplificação e apenas apresenta os elementos relevantes para apresentarmos a teoria kaplaniana.

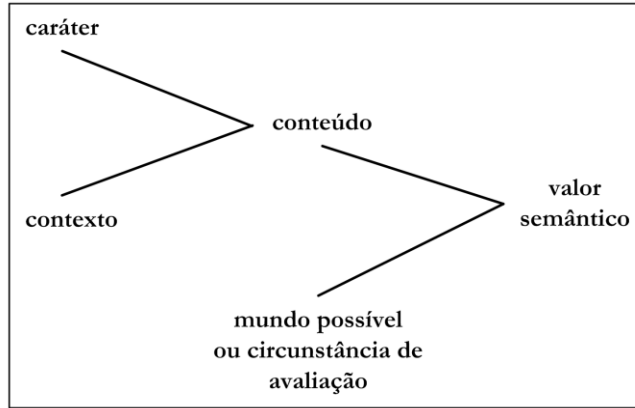


Figura 1 – as variáveis e funções kaplanianas

Como o esquema acima ilustra, em resumo, o caráter é uma função que tem contextos como *input* e conteúdos como *output*, o conteúdo, por sua vez, é também uma função, que tem como *input* mundos possíveis (e tempos) e como *output* valores semânticos.

Na sequência, apresentamos alguns exemplos de derivação (simplificada), no modelo kaplaniano, a começar pela sentença ‘Eu sou mulher’, dita por Maria¹⁷:

(5) (Maria diz:) Eu sou mulher = S

a) Contexto = $c^@ = \langle c_a, c_t, c_l, c_w \rangle = \langle \text{Maria, 2013, Tóquio, } cw \rangle$

b) Caráter(S) = $[\lambda c [\lambda w \langle c_a, \text{ ser mulher} \rangle]](c^@)(w^@)$

c) Conteúdo(S) = $\lambda w [\text{caráter}(S)(c^@)](w^@) =$

$[\lambda c [\lambda w \langle c_a, \text{ ser mulher} \rangle]](c^@)(w^@) =$

$[\lambda w \langle \text{Maria, ser mulher} \rangle (w^@)]$

$[[S]] = 1$ sse Maria é mulher em $c^@$ em $w^@$

(‘ $c^@$ ’ está pelo contexto de proferimento e ‘ $w^@$ ’ está pelo mundo do falante)

(6) (Sherlock Holmes diz:) Está chovendo aqui agora = S

a) Contexto = $c^@ = \langle c_a, c_t, c_l, c_w \rangle = \langle \text{Sherlock Holmes, 21 de Maio de 1885, Inglaterra, } cw \rangle$

b) Caráter(S) = $[\lambda c [\lambda w \langle \text{estar chovendo, } c_l, c_t \rangle]](c^@)(w^{221B})$

c) Conteúdo(S) = $\lambda w [\text{caráter}(S)(c^@)](w^{221B}) =$

¹⁷ O tipo de derivação que apresentamos é baseado na formulação de Schlenker (2010), que trata contexto e mundos possíveis através do cálculo lambda; essa não é a formalização utilizada por Kaplan (1989), porém é mais próxima do que os semanticistas fazem atualmente.

$[\lambda c [\lambda w \langle \text{estar chovendo}, c_i, c_t \rangle]](c^@)(w^{221B}) =$

$[\lambda w \langle \text{estar chovendo}, \text{Inglaterra}, 21 \text{ de Maio de } 1885 \rangle] (w^{221B}) =$

$[[S]] = 1$ sse Está chovendo na Inglaterra em 21 de Maio de 1885 em w^{221B}

(‘ $c^@$ ’ está pelo contexto de proferimento e ‘ w^{221B} ’ está pelo mundo ficcional de Sherlock Holmes conforme estipulado pela literatura de Arthur Conan Doyle)

(7) (João diz:) Isso é vermelho = S

a) Contexto = $c^@ = \langle c_a, c_o, c_t, c_i, c_d, c_w \rangle = \langle \text{João}, \text{fogão}, 2017, \text{Brasil}, c_w \rangle$

b) Caráter(S) = $[\lambda c [\lambda w \langle \text{ser vermelho}, c_d \rangle]](c^@)(w^@)$

c) Conteúdo(S) = $\lambda w [\text{caráter}(S)(c^@)](w^@) =$

$[\lambda c [\lambda w \langle \text{ser vermelho}, c_d^{18} \rangle]](c^@)(w^@) =$

$[\lambda w \langle \text{ser vermelho}, \text{fogão} \rangle] (w^@) =$

$[[S]] = 1$ sse o fogão é vermelho em $w^@$

(‘ $c^@$ ’ está pelo contexto de proferimento ‘ $w^@$ ’ está pelo mundo do falante)

(8) (Paulo diz:) Essa casa é bonita = S

a) Contexto = $c^@ = \langle c_a, c_o, c_t, c_i, c_d, c_w \rangle = \langle \text{Paulo}, \text{casa}, 2017, \text{Brasil}, c_w \rangle = c$

b) Caráter(S) = $[\lambda c [\lambda w \langle \text{ser bonita}, c_d \rangle]](c^@)(w^@)$

c) Conteúdo(S) = $\lambda w [\text{caráter}(S)(c^@)](w^@) =$

$[\lambda c [\lambda w \langle \text{ser bonita}, c_d \rangle]](c^@)(w^@) =$

$[\lambda w \langle \text{ser bonita}, \text{casa} \rangle] (w^@) =$

$[[S]] = 1$ sse casa é bonita em $w^@$

(‘ $c^@$ ’ está pelo contexto de proferimento ‘ $w^@$ ’ está pelo mundo do falante)

Como podemos ver pela linha b) das derivações acima, o caráter é uma função de contexto para conteúdo e, pela linha c), vemos que conteúdo é uma função de mundos possíveis (e tempos) para valores semânticos.

¹⁸ Neste caso, vemos ao conjunto de *demonstrata* do contexto, c_d , sendo usado. A ideia é que a cada indivíduo que pode ser apontado no contexto corresponda um índice; em nossa exposição, simplificamos essa situação.

Como dissemos, as funções de carácter e conteúdo se aplicam a todos os itens de uma língua, e podem ser funções constantes ou variáveis, a depender da sensibilidade contextual dos itens e/ou construções em jogo, conforme resume Abbott (2010, p. 185) na tabela abaixo:

	Carácter constante	Carácter variável
Conteúdo constante	Nomes próprios: Bill Gates	Indexicais: eu, amanhã
Conteúdo variável	Descrições definidas sem indexicais: o fundador da empresa Microsoft	Descrições definidas com indexicais: o atual homem mais rico do mundo

Tabela 1 – O carácter e o conteúdo

Com a tabela 1, podemos notar:

- a) Carácter e conteúdo constantes: remete à categoria dos nomes próprios, pois independentemente do contexto ou do mundo possível avaliado, o nome próprio ‘Bill Gates’ sempre remeterá ao indivíduo (“de carne e osso”) *Bill Gates* nos mundos que ele existe e não remeterá a nada nos mundos em que ele não existe.
- b) Carácter constante, mas conteúdo variável: remete à categoria das descrições definidas, pois a depender do mundo possível avaliado, ‘o fundador da empresa Microsoft’ pode ou não se referir ao indivíduo Bill Gates; é possível, portanto, imaginar mundos possíveis em que o fundador da empresa Microsoft não seja Bill Gates, e o referente dessa expressão muda segundo os componentes do contexto kaplaniano.
- c) Carácter variável, mas conteúdo constante: remete à categoria dos indexicais (puros), pois a depender das variáveis contextuais (em especial, no caso, de agente ou de tempo), ‘eu’ pode se referir ao autor desse texto, a Bill Gates ou qualquer outro indivíduo; é possível imaginar ‘eu’ como diferentes referentes no mundo, mas ‘eu’ sempre irá se referir ao *agente do contexto de proferimento*.¹⁹
- d) Carácter e conteúdo variáveis: remete à categoria das descrições definidas que incluem indexicais, pois a depender tanto das variáveis contextuais (no caso, de tempo, por conta de ‘atual’), quanto do mundo possível avaliado (por conta da descrição), é possível imaginar ‘o

¹⁹ A questão é muito mais complexa e delicada do que mostramos aqui, porque segundo certos autores, ‘eu’ nem sempre vai remeter ao ‘agente’, ou nem sempre vai levar em conta o contexto de proferimento (cf., Predelli, 1998a). Essa, aliás, é uma das discussões que envolvem diretamente a ideia de indexicais descritivos.

atual homem mais rico do mundo' que não seja nem o homem mais rico do mundo desse exato momento (existiram e vão existir outros homens que sejam os mais ricos)²⁰, nem que se refira sempre ao mesmo indivíduo, pois pode variar de acordo com o tempo do contexto de proferimento, por exemplo (pode se tratar de Bill Gates, mas pode se tratar de qualquer outro indivíduo).

A teoria de Kaplan é, certamente, muito mais complexa e sofisticada do que apresentamos aqui, mas os pontos arrolados acima ilustram a questão que queremos investigar, e que tem a ver com os mecanismos de composição que envolvem os indexicais puros e as descrições demonstrativas, por um lado, e, por outro lado, os indexicais descritivos. Porém, é importante notar que as leituras descritivas dos indexicais não aparecem no quadro e sequer são consideradas no âmbito da teoria kaplaniana; não à toa, afinal, para Kaplan, os indexicais são designadores rígidos e, portanto, não permitem esse tipo de leitura.

A elegância e abrangência da teoria de Kaplan tem um preço considerado por muitos linguistas alto demais, qual seja: propor que os mecanismos envolvidos na interpretação dos indexicais e dos demais itens linguísticos é bastante diferente do quadro tradicionalmente aceito, e que há, portanto, um mecanismo dedicado à composição dos indexicais; o questionamento levantado é justamente saber até que ponto ter uma função que parece formulada especificamente para dar conta dos indexicais (no caso, o caráter, que é variável apenas para estes, mas constante para todos os outros itens linguísticos) é epistemologicamente interessante e não se trata apenas de uma manobra *ad hoc*. A principal justificativa para defender essa posição teórica é lidar com os efeitos de rigidez referencial apresentados pelos indexicais e que podem ser resumidos na ideia de que a contribuição proposicional de um indexical é somente um indivíduo. Obviamente, tal assunção não é assim tão simples, e significa, por exemplo, que indexicais não podem ser alvo de operadores, têm um comportamento peculiar em discurso reportado, apresentam sempre escopo inerte e, o que mais especificamente nos interessa nesta dissertação, não apresentam, aparentemente, leituras descritivas.

A previsão para o discurso reportado é particularmente interessante – segundo Kaplan (1989), verbos *dicendi* e verbos de atitude proposicional só podem ter conteúdos como argumentos e nunca caracteres. Vejamos isso com os exemplos abaixo, para os quais apresentamos de modo simplificado seu caráter e conteúdo:

²⁰ Lembrando que a sentença deve ser avaliada conforme o proferimento.

(9) (João diz:) Eu estou com fome.

Caráter de (9): o falante está com fome

Conteúdo de (9): João está com fome

(10) (Pedro diz:) O João falou que Ø está com fome.

(i.e., o João disse que o João está com fome)

(11) (Pedro diz:) O João falou que eu estou com fome.

(i.e., o João disse que o Pedro está com fome)

Como podemos ver, ao colocar como argumento de um verbo *dicendi* em discurso indireto num discurso reportado, é necessário usarmos uma formulação que remeta ao *conteúdo*, como em (10), e não ao *caráter* do que foi reportado, como em (11).

Mesmo com essa análise, num primeiro olhar, para o discurso reportado, ainda há nessa teoria pontos discutíveis, como os apresentados abaixo:

- (i) não é possível ignorar as semelhanças sintáticas entre descrições definidas e demonstrativas; vale notar que na teoria kaplaniana, existe um descompasso entre o nível sintático e semântico: se por um lado descrições definidas (DEF) e descrições demonstrativas (DEM) são semelhantes sintaticamente, já que ambas tomam as mesmas posições sintática e têm, em princípio, a mesma estrutura, cf. ‘a casa’ vs ‘essa casa’ (DEF + NP ou DEM + NP, ou seja, ambos são DPs); por outro lado, a interpretação e semelhança semântica é comprometida, já que, para o autor, ‘essa casa’, diferentemente de ‘a casa’, não apresenta composição interna e sua função é apenas fornecer um indivíduo para a proposição, o que, aparentemente, cria um outro problema: ou ‘casa’ em ‘essa casa’ não apresenta um conteúdo descritivo necessário para sua interpretação (ao menos não como em ‘a casa’) ou tratamos de dois itens lexicais diferentes quando tratamos de ‘essa’; seja como for, ambas as alternativas afetam diretamente a inocência semântica²¹.
- (ii) os efeitos de rigidez referencial dos indexicais podem ser capturados/mimetizados por mecanismos com motivações independentes (i.e., que desempenham outros papéis além

²¹ Em linhas gerais, a inocência semântica é um princípio que dita que o mesmo item linguístico sempre fornece a mesma interpretação semântica, evitando a ambiguidade. Dessa forma, no exemplo, ‘casa’ não deve ora fazer parte do conteúdo semântico (em ‘a casa’) e ora não (em ‘essa casa’).

de especificamente lidarem com indexicais), evitando assim a necessidade das funções caráter e conteúdo postuladas por Kaplan (1989), bem como uma composição mais complexa²².

- (iii) Os termos indexicais apresentam muito mais interpretações dos que aquelas reconhecidas por Kaplan (incluindo aqui, as leituras descritivas). Esse último ponto, obviamente, é de maior interesse para nosso trabalho, pois os indexicais parecem apresentar leituras descritivas, o que vai totalmente contra as previsões e axiomas propostos por Kaplan.

Na seção seguinte, ilustraremos esse último ponto e começaremos a apresentar as interpretações descritivas dos indexicais.

1.2. Indexicais descritivos e o desafio por eles colocado

Considere o seguinte exemplo:

(12) Você não deveria ter aberto a porta. *Eu* poderia ser um ladrão.

‘Eu’ é um indexical (puro) que apresenta uma leitura descritiva. Intuitivamente, ‘eu’, em (12), não parece ser compreendido como ‘o agente’ ou ‘o falante’ do contexto de proferimento, mas sim como a descrição ‘a pessoa que bateu à porta’, e assim a melhor paráfrase para a sentença (12) seria algo como (12b) e não o resultado da análise kaplaniana (12a):

(12a) (Dito por João:) Você não deveria ter aberto a porta. Eu poderia ser um ladrão
≈ Você não deveria ter aberto a porta. O João poderia ser um ladrão.²³

(12b) (Dito por João:) Você não deveria ter aberto a porta. Eu poderia ser um ladrão
≈ Você não deveria ter aberto a porta. A pessoa que bateu à porta poderia ser um ladrão.

Além disso, com (12b), não está disponível uma interpretação na qual o falante possa ser considerado, em algum mundo possível diferente, um ladrão, como sugere (12a). Ou seja, não há

²² Ver seção 2.3.1. de Hunter (2010).

²³ ‘João’ aqui poderia ser substituído por qualquer outro nome próprio; a ideia é que tenha um referente em específico e não simplesmente uma descrição.

interpretação na qual o referente esperado do indexical seja alvo de alguma operação que nos faça considerá-lo um ladrão – se (12b) for dita por João, ela não traz uma leitura na qual o indivíduo, João, possa ser um ladrão. Dito de outro modo, o “perfil modal” de João não é alterado de modo que (12b) nos leve a crer que João passe a contar ‘ser ladrão’ entre suas propriedades; o que (12b) veicula é que a pessoa que batia à porta poderia não ser João, mas sim um ladrão.

Para alguns teóricos, o verbo modal ‘poderia’ seria o responsável por modificar o conteúdo do indexical em questão. Contudo, o uso de verbos modais não parece ser o único meio capaz de interferir nas leituras indexicais; vejamos o caso em (13), dito no dia 23/12/2016:

(13) Amanhã é sempre o dia mais difícil do ano para se viajar.

Algo parecido acontece com ‘amanhã’ em (13) – esse item não se refere a apenas um dia em específico, ou seja, algo como ‘24 de dezembro de 2016’, e não deve ser tratado como um designador rígido. Na verdade, devido (provavelmente) ao quantificador ‘sempre’²⁴, ‘amanhã’ recebe uma leitura periódica, pois uma data específica, como ‘24 de dezembro de 2016’, tem somente uma leitura específica, que não envolve repetição; sendo assim, ‘amanhã’ em (13) se assemelha mais a uma descrição como ‘o dia antes do Natal’²⁵. Como deve ficar claro nesta altura, a análise kaplaniana resulta somente na interpretação indesejada de que o item ‘amanhã’ tenha apenas leitura específica, como ‘24 de dezembro de 2016’.

Desse modo, o modelo visto até aqui, num primeiro momento, parece não dar conta do fenômeno linguístico, e a teoria kaplaniana, ao menos como apresentada, não tem ferramentas para lidar com exemplos envolvendo indexicais, como em (12) e (13).

Diante desses fatos, encontramos algumas alternativas já exploradas na literatura:

²⁴ Podemos argumentar que ‘sempre’ pode se tratar também de um item modal, já que ele lida com tempo; contudo, mesmo que isso seja o caso, nos atemos aqui às diferenças apresentadas por Hunter (2010, p. 114); além disso, também é possível que o tempo e o modo tenham um papel importante para a leitura descritiva do indexical, conforme veremos na seção 2.3.8.

²⁵ Ver também a seção 2.5.8. em que apresentamos Sæbø (2015) e sua proposta, e discutimos sobre como lidar com a leitura dos indexicais com diferentes descrições definidas. Vale notar, no caso, por exemplo, que ‘o dia antes do Natal’ é apenas uma das possíveis descrições definidas que podem ser usadas como paráfrase relevante; ‘o dia anterior ao aniversário de Jesus Cristo’ seria uma descrição, num primeiro momento, tão boa quanto, e a própria existência dessas possibilidades pode ser usada como argumento a favor a presença de uma interpretação descritiva.

I – Os itens indexicais arrolados por Kaplan são necessariamente ambíguos ou homófonos, e aqueles que a teoria abarca (ou pelos quais se interessa) são apenas os que apresentam uma leitura rígida, e obviamente não uma leitura descritiva.

Como podemos perceber, essa certamente não é uma boa saída, pois além de criar uma ambiguidade para diversos itens linguísticos que num primeiro momento parece totalmente desnecessária, já que não existe nenhuma evidência linguística (ou mesmo cognitiva) que aponte para dois itens lexicais em ‘amanhã’, nem para essa duplicidade sistemática dos indexicais ou mesmo que explique como isso se dá sistematicamente através de diferentes línguas; além de pouco econômica e com indícios de manobra *ad hoc*, a teoria acaba por abarcar um número menor de fenômenos, perdendo robustez em sua construção teórica (tanto em explicação, quanto em generalização).²⁶

Sendo assim, é interessante procurar outras saídas.

II – Uma alternativa mais plausível, num primeiro momento, é manter o núcleo duro kaplaniano, mas ao mesmo tempo adicionar algum expediente ou mecanismo que possa lidar com os casos problemáticos. Um exemplo esperado dessa estratégia seria dizer que estamos diante de algum tipo de implicatura conversacional. A estratégia geral, como é o caso nas implicaturas, teria a ver, em princípio, com aumento da informação veiculada (cf. Pires de Oliveira e Basso, 2014), e seria disparada por algum tipo de incompatibilidade. Assim, por exemplo, poderíamos imaginar que a teoria kaplaniana é de fato o que precisamos para lidar com indexicais, e as leituras descritivas são derivadas pragmaticamente por meio de algum mecanismo de implicatura. Apesar de interessante, essa saída não é viável, como demonstram Elbourne (2008) e Stokke (2010).

Elbourne, por exemplo, argumenta que “pronomes são descrições definidas”²⁷ e que isso pode ser argumentado por conta da existência dos indexicais descritivos. O exemplo apresentado para fundamentar a opinião do autor é o que segue:

(14) (Apontando para o Papa Francisco:) Ele é geralmente italiano.

²⁶ Esse parece o rumo que a teoria kaplaniana toma para explicar diferentes usos de ‘esse’, como em “Esse carro é bonito” vs. “Esse é bonito”: ou ‘carro’ não apresenta um conteúdo descritivo necessário para sua interpretação ou estamos tratando de dois diferentes itens lexicais, igualmente pronunciados e ambíguos: ‘esse’.

²⁷ “Um terceiro motivo para crer que pronomes são descrições definidas é a existência de casos que às vezes são chamados de indexicais descritivos” (Elbourne, p.12, 2008) – tradução nossa.

A interpretação da sentença (14) é algo como ‘o Papa é geralmente italiano’; e não algo como ‘o indivíduo Francisco I e/ou Bergoglio é geralmente italiano’. E se, no caso, afirmássemos que ‘ele’ tem como valor semântico, simplesmente, ‘Francisco’ e que o significado ‘O papa é geralmente italiano’ é derivado através de algum tipo de processo pragmático, acabaríamos por aceitar que (14) e (15), ditas nas mesmas circunstâncias, são semanticamente idênticas, o que certamente não é o caso:

(15) ?? (Apontando para o Papa Francisco:) Francisco I é geralmente italiano.

Vale notar que ‘Francisco I’ introduz o indivíduo Francisco I na sentença sob o qual o processo pragmático deveria ocorrer; contudo, (14) e (15) não são idênticas; elas não apresentam a mesma interpretação: a primeira apresenta um indexical (com uma leitura descritiva); enquanto que a segunda apresenta um indivíduo em específico. Para o autor (e para Nunberg, 1993), essa falta de correspondência entre sentenças como (14) e (15) é um dos maiores empecilhos na tentativa de quem tenta explicar os indexicais descritivos usando como base uma semântica e pragmática de referência direta.²⁸

Stokke (2010), por outro lado, prefere por apontar para uma diferença fundamental entre implicaturas conversacionais e leituras descritivas: as leituras descritivas permanecem mesmo em contextos sentenciais em que implicaturas conversacionais são canceláveis. Os exemplos mostrados envolvem encaixamento:

(16) Se esse estudante tem uma boa caligrafia, então nós não deveríamos dar a ele uma bolsa.

(17) Se eu tradicionalmente tenho direito ao último pedido, então eles são justos aos prisioneiros condenados nesse país.

A implicatura que surge em (16) que ‘pessoas mais ricas e com maior grau de instrução têm boa caligrafia’, não surge localmente no escopo do condicional (ou seja, ela é global), apesar de ‘nós não deveríamos dar a ele uma bolsa’ corrobora e facilita essa interpretação. Contudo, a leitura descritiva em (17), como, por exemplo, ‘os prisioneiros desse país’ do indexical em questão ‘eu’, claramente, surge localmente. Por definição, implicaturas são identificadas e inferidas através do falante que expressa um conteúdo veri-condicional específico. Esse conteúdo não pode ser

²⁸ Nunberg (1993, 2004) *apud* Elbourne (2008).

computado localmente, como no caso de antecedentes de condicionais; se descrições descritivas podem ser computadas localmente, então elas, logicamente, não são implicaturas. Assim sendo, diante dos argumentos trazidos por ambos os autores, resta-nos o seguinte:

III – Buscar ou desenvolver uma nova teoria com fundamentos diferentes daqueles da teoria kaplaniana, e que seja capaz de abarcar os fenômenos envolvendo os indexicais, incluindo sua leitura descritiva, de maneira mais enxuta e elegante do que a que vimos até aqui.

A apresentação dessas outras teorias, que diferem do modelo kaplaniano, será o tema do próximo capítulo. Na próxima seção, traremos uma discussão sobre a natureza dos indexicais descritivos, mais especificamente, nos perguntaremos se todas as leituras descritivas de indexicais funcionam da mesma maneira.

1.3. Tipologias para os indexicais descritivos

Apesar da ideia envolvendo a leitura descritiva dos indexicais estar presente na literatura desde pelo menos os trabalhos de Nunberg, na década de 1970²⁹, somente com o trabalho de Hunter (2010), salvo engano, aparece uma primeira tipologia desse tipo de interpretação, que leva em conta os ingredientes ou elementos que a geram; conforme veremos na seção seguinte. Além dessa tipologia, Kijania-Placek (2015, 2017) também apresenta uma importante diferenciação entre as leituras descritivas de indexicais, que será o tema da seção 1.3.2.

1.3.1. Tipologia de Hunter (2010)

Como veremos mais adiante (e com maiores detalhes), Hunter divide o fenômeno dos indexicais descritivos em dois, a depender da estrutura sentencial; para a autora, diferentemente de Nunberg (1993), não podemos tratar a questão de forma homogênea, existindo, portanto, uma divisão em *reconstrução intensional* e *coerção quantitacional*. Ambas, obviamente, trabalharam com a leitura descritiva dos indexicais (como esperamos dos indexicais descritivos); as diferenças se encontram na estrutura sentencial que promove esse tipo de leitura.

No caso da reconstrução intensional, temos a leitura descritiva sendo desencadeada por conta da presença de um operador intensional. Veja o exemplo:

²⁹ Até onde pudemos apurar, o termo “indexical descritivo” aparece primeiramente em Recanati (1993), mas é Nunberg (1979) o primeiro autor a dar a merecida importância teórica e descritiva ao fenômeno.

(18) (Dito por um membro da Suprema Corte dos Estados Unidos): Se os Democratas tivessem ganho a última eleição, eu poderia ser liberal.

‘Eu’ na sentença em (18) claramente não se refere ao “agente” ou “o falante”; a leitura descritiva como “o membro da Suprema Corte” é a esperada, e essa leitura só ocorre, segundo a autora, por conta do modal ‘poderia’.

Já no caso da coerção quantificacional, o que temos é a leitura descritiva sendo desencadeada por conta de um quantificador. Veja abaixo:

(19) (Dito dia 07 de Janeiro de 2017, um sábado:) Raramente o tráfego é pesado amanhã.

‘Amanhã’ em (19) não pode ser estático e se referir à apenas um determinado dia, algo como ‘08 de Janeiro de 2017’. O que temos na verdade é uma leitura periódica do indexical, mais aos moldes de ‘quase todos os domingos’. Essa leitura, que é iterativa, só é possível por conta do quantificador³⁰ ‘raramente’.

1.3.2. Tipologia de Kijania-Placek (2015, 2017)

Kijania-Placek (2015, 2017) propõe também uma tipologia para os indexicais descritivos que prevê três categorias, separadas pelos mecanismos que geram e/ou que resolvem as interpretações descritivas. Tomemos os seguintes exemplos:

(20) [Apontando para o papa Francisco:] Ele costumava ser italiano, mas dessa vez elegeram um argentino.

→ reconstrução anafórica de propriedade

(21) [Apontando para uma grande pegada no chão:] Ele deve ser um gigante!

→ indisponibilidade de interpretação básica

³⁰ Trataremos advérbios e locuções adverbiais como “raramente”, “às vezes”, “de vez em quando”, entre outras, como quantificadores.

(22) [Durante uma palestra, um médico apontando para o próprio peito:] Se alguém leva um tiro aqui, geralmente podemos concluir que não se trata de suicídio.

→ irrelevância

No exemplo em (20), o que temos é a interpretação abaixo:

(20a) *O papa* costuma ser italiano, mas dessa vez elegeram um argentino.

Na qual encontramos a descrição definida ‘o papa’. Segundo a autora, chegamos a essa interpretação através da reconstrução, via anáfora, da propriedade relevante usando como recursos o apontamento e o material linguístico (i.e., o indexical) que o acompanha. Essa reconstrução é disparada pela incompatibilidade ou impossibilidade de uma interpretação literal para a sentença (20) no contexto apresentado.

Por sua vez, (21) terá uma interpretação como abaixo:

(21a) *A pessoa que deixou essa pegada* deve ser um gigante.

Diferentemente do caso de (20), não temos aqui nenhum tipo de incompatibilidade ou impossibilidade, mas sim a indisponibilidade da interpretação básica, dado que o referente do indexical sequer está presente no contexto. Por isso, a propriedade ‘a pessoa que deixou essa pegada’ é reconstruída, também via anáfora, mas dessa vez devido ao referente simplesmente não estar disponível.

Finalmente, para (22), a interpretação é algo como:

(22a) Se alguém leva um tiro *nessa região do corpo*, geralmente podemos concluir que não se trata de suicídio.

Diferentemente dos dois casos acima, a interpretação do indexical está disponível aqui, mas ela é irrelevante justamente porque se trata de uma situação na qual o médico não fala de si mesmo, mas sim trata-se de uma fala genérica.

1.4. Conclusões

Até o momento conseguimos apresentar o funcionamento básico dos indexicais descritivos, bem como o porquê da teoria mais bem aceita sobre os indexicais (a kaplaniana) não dar conta desse tipo de leitura, e portanto, ser insuficiente, precisando ou de uma revisão teórica que seja capaz de adicionar e acomodar essas leituras, ou ainda, a aplicação de uma nova teoria com novos fundamentos que levem em conta os indexicais descritivos desde os princípios de sua fundamentação.

É necessário, dessa maneira, que as novas revisões ou teorias apresentadas sejam claras no tratamento dos indexicais descritivos, e que, se possível, apresentem um tratamento não apenas formalizado do fenômeno, bem como, o mais simples possível. A teoria kaplaniana apesar de pecar ao não abarcar as leituras descritivas dos indexicais, é uma teoria tão bem aceita por ser, justamente, bem fundamentada, seja em sua simplicidade, seja em sua formalização.

Nos próximos capítulos tentaremos não apenas refutar e apresentar os problemas que uma teoria clássica (kaplaniana) tem ao lidar com o fenômeno, mas também, apresentar mais detalhadamente cada uma das teorias que cremos ser viáveis, num grau menor ou maior, seja em auxiliar adicionando e reformulando hipóteses de Kaplan (1989), seja apresentando uma teoria nova e original.

Capítulo 2

Teorias sobre indexicais descritivos

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar algumas das teorias encontradas na literatura que têm como foco justamente os indexicais descritivos. Começaremos, na seção 2.1, com os *insights* de Nunberg (1979, 1993, 2004) que é certamente um dos principais pioneiros sobre esse tema. Na sequência, na seção 2.2., veremos as ideias e a análise de Elbourne (2005b, 2008), que adota a proposta de Nunberg (1993) e promove uma formalização explícita. Veremos ainda as ideias de Hunter (2010), seção 2.3., e de Kijania-Placek (2015, 2017) na seção 2.4, e finalmente, Sæbø (2015) na seção 2.5.

2.1. Nunberg (1979, 1993, 2004)

2.1.1. Uma apresentação cronológica do desenvolvimento dos indexicais descritivos em sua teoria

O linguista americano Geoffrey Nunberg é um dos primeiros autores tanto a apresentar o fenômeno quanto a empregar o termo *indexicais descritivos*.³¹ Vale notar, contudo, que desde o seu texto inaugurador, de 1979, diversas ideias foram inseridas e inclusive remodeladas; aqui tentaremos dar conta daquelas que são mais relevantes para o tema em foco.

Em Nunberg (1979), o fenômeno dos indexicais descritivos é inserido dentro do que o autor chama de “referência deferida”³². Nesse artigo, o autor está primeiramente preocupado em explicar como ocorrem as polissemias, e o que ele chama de apontamento desviado é, dessa maneira, um dos possíveis processos para que elas ocorram. Seguem os exemplos adaptados que apresentam o fenômeno:

(20) (Apontando para uma cópia de um jornal:) Isso foi comprado por Carlos semana passada.

³¹ Apesar do trabalho de Nunberg (1979) ser o pioneiro no assunto, o termo *descriptive indexical* foi cunhado por Recanati (1993).

³² “*Deferred ostention*”, no original, Quine (1971) *apud* Nunberg (1979). Basicamente, se trata das circunstâncias em que um determinado objeto é apontado, mas apenas para chamar a atenção para outro com alguma característica descritiva semelhante (no caso do exemplo (20), um jornal (em papel) para chamar a atenção da instituição que o produz). Os indexicais descritivos envolvem um fenômeno semelhante: quando um determinado objeto é apontado, mas a atenção recai sobre sua descrição.

No caso, segundo o autor, o referente, a depender do contexto, pode ser tanto a própria cópia física de jornal, quanto a companhia que a publica. Na verdade, os paralelos envolvendo polissemia e as referências deferidas ocorrem mesmo em usos bem especializados. Vejamos os dois exemplos seguintes:

(21) (O garçom diz onde se deve direcionar seu atendimento:) O sanduíche de presunto está sentado na mesa 20.

Ou ainda:

(22) (O garçom diz onde se deve direcionar seu atendimento, apontando para o sanduiche de presunto:) Ele está sentado na mesa 20.

Segundo Nunberg (1979), tanto em (21), quanto em (22), os enunciados não envolvem ambiguidades, os termos demonstrativos não têm nenhum tipo de conteúdo lexical e não há nada neles que possa causar uma ambiguidade. Vale notar que para Kaplan (1989), essas duas sentenças tem a mesma interpretação: qual seja, que existe um sanduíche de presunto localizado na mesa 20. Para Nunberg, como veremos, existe uma diferença entre as duas sentenças, mas ela só pode ser resolvida por um viés pragmático. Por conta disso, para lidar com as interpretações relevantes, o autor lança mão de uma pragmática motivada independentemente³³, mas ela não deve ser voltada exclusivamente às referências deferidas, pois estas precisariam dar conta das propriedades das coisas/entidades, ao invés das palavras que as designam. Essa pragmática deveria ser voltada a referência, e deveria poder explicar a polissemia sem que tenhamos que introduzir algum tipo de convenção linguística; ou seja, assim que possamos mostrar a possibilidade de apontar para um jornal, como em:

(23) O jornal decidiu mudar o seu formato.

E identificar a companhia, interpretação produzida por meio do apontamento e do material linguístico usado; não teríamos maiores problemas em mostrar como é possível ‘o jornal’ ter exatamente o mesmo resultado.

³³ Veremos como essa pragmática é empregada em Nunberg na seção seguinte 2.1.2.

Um dos problemas envolvendo as referências deferidas verifica, justamente, em fatores que são difíceis de identificar (e mais ainda de formalizar); em uma sentença como:

(24) (Dentro de um navio, apontando em direção à estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro:) Essa é uma região densamente povoada.

Podemos estar nos referindo à região ao entorno do Cristo, à cidade do Rio de Janeiro, à toda região, e assim por diante; obviamente, a referência (do falante) está de acordo com o seu *demonstratum*, mas o ouvinte pode ter problemas em identificar exatamente até onde essa referência se estende. Seja como for, Nunberg (1979) prefere contornar o problema, argumentando que mesmo que o falante e o ouvinte não concordem com qual objeto esteja sendo indicado, será assumido em todos os casos que o falante e o ouvinte possam ao menos fornecer descrições (idênticas) do *demonstratum* em questão. Para o autor, o problema da identificação deve ser resolvido justamente pelo ouvinte; mesmo em uma sentença como:

(25) (Apontando para um livro qualquer:) Ele é meu amigo.

A identificação ocorre por conta do ouvinte, e ela é resolvida pragmaticamente: para Nunberg (1979) existem certas descrições que são mais úteis que outras; portanto, se o falante escolhe uma (descrição) para a qual seja mais difícil de identificar seu *demonstratum*, esse falante estaria violando o Princípio de Cooperação Griceano³⁴.

Vejamos em seguida como Nunberg propõe solucionar os casos de referência deferida, onde também se encontram os indexicais descritivos.

³⁴ O Princípio de Cooperação Griceano trata-se de como uma conversa envolvendo ao menos um falante e um ouvinte, é alcançada nos contextos ou condições mais comuns. Nessas condições, o ouvinte e o falante devem agir cooperativamente para se compreenderem mutuamente. Esse princípio costuma ser dividido em 4 máximas: quantidade, qualidade, relação e maneira.

2.1.2. O modelo de Nunberg (1979)

No caso das interpretações desviadas, nós teríamos que descobrir qual função³⁵ está sendo usada, e considerar como essa identificação³⁶ é projetada. Por exemplo, vamos supor que temos um *demonstratum* **a**, uma gama de referência **R**, e duas funções, **f** e **g**, que leva **a** a diferentes membros de **R**. Vamos considerar que o *demonstratum* seja um *carro* **x**, e a gama de referência seja *o conjunto dos homens* **y**, aplicado ao exemplo seguinte:

(26) (Numa exposição de carros esportivos e de luxo:) Ele é um amigo meu.

A interpretação desejada, no caso, é de que ‘o carro é amigo do designer’ – ‘o carro é amigo do mecânico’ seria uma outra possível interpretação, caso estivessemos trabalhando com um contexto diferente.

Se **f** for a função *x é geralmente consertado por y*, e **g** for *x é projetado por y*, e supondo que não há nada no contexto³⁷ que possa sugerir que estejamos falando, por exemplo, de mecânicos ao invés de designers, então a função de carro para designer é “melhor” que a função de carro para mecânico; nesse contexto, o designer é mais facilmente identificável como ‘a pessoa que projeta o carro’ do que o mecânico é identificável como ‘a pessoa que conserta o carro’. Logo, o ouvinte assume que o falante esteja sendo racional e cooperativo, sendo que ele seguiria, a grosso modo, esse raciocínio (adaptado de Nunberg, p. 159, 1979):

“O falante tem a intenção de se referir ao mecânico ou ao designer, e sabe que eu sei disso. Se ele pretende se referir ao designer, a identificação será relativamente simples; se ele pretende se referir ao mecânico, será mais difícil. Supondo que não há razão independente para preferir um ou outro referente, devo assumir que ele pretende que eu selecione essa função de referência que facilite a identificação; caso contrário, ele me pediria que eu fizesse um cálculo mais difícil na ausência de qualquer motivo para rejeitar um mais simples.”³⁸

³⁵ A noção de função é utilizada como normalmente compreendida dentro da Semântica Formal e das Ciências Naturais. De uma maneira geral: uma relação entre ao menos uma variável de input (entrada) e outra de output (saída). Para o caso, num modelo simplificado para a teoria em questão, a anotação seguiria: $f(a) \rightarrow R_1$, ou ainda, $g(a) \rightarrow R_2$.

³⁶ A noção detalhada e formalização de como se processa a identificação são apresentadas em Nunberg (p. 157-158, 1979). Para nós é suficiente ter em vista que um item pode ser identificado como sendo único em uma certa relação (com algum outro item) se for possível determinar e restringir apenas o que está naquela relação.

³⁷ Como pode ser observado durante a exposição da teoria de Nunberg, ele não tem uma noção muito bem definida e/ou formalizada do que se trata o “contexto”.

³⁸ “The speaker could intend to refer either to the mechanic or the designer, and knows that I know this, and so on. If he intends to refer to the designer, identification would be relatively simple; if he intends to refer to the mechanic, it would be more difficult. Assuming that there is no independent reason for preferring one or the other referent, I must assume that he intends that I should select that referring function which makes identification easiest; otherwise he would be asking me to make a more difficult calculation in the absence of any reason for rejecting a simpler one.”

Evidentemente, quanto mais informações tivermos sobre o referente, mais fácil computaremos a chamada referência deferida. Vale notar também que a aceitabilidade pode ser afetada pelo demonstrativo em questão: no caso do português, os demonstrativos apresentam gênero; uma informação a mais para cálculo do referente.

Vejamos agora como Nunberg tenta abranger sua teoria para leituras descritivas em seu texto de 1993.

2.1.3. Nunberg (1993)

Apesar de o termo *indexicais descritivos* também não aparecer em Nunberg (1993), o tema é tratado numa tentativa de expandir a teoria dos indexicais para que possa incluir expressões maiores, ou em outras palavras, descrições. Essa iniciativa fica clara no exemplo adaptado:

(27) (Dito numa sexta-feira, após as aulas terminarem) *Hoje* é sempre a maior festa do ano.

'Hoje' em (27) é equivalente à descrição 'toda sexta-feira após as aulas terminarem'. O autor ainda nota que esse tipo de interpretação não está disponível nem para nomes, nem para descrições referenciais³⁹, que dependem do escopo de certos operadores e que, portanto, têm interpretações, no mínimo, complexas de se resolverem.

Um detalhe importante é o posicionamento claro do autor quanto à preferência de tratar esses fenômenos dentro de uma análise semântica⁴⁰. Em seu texto de 1979 e 1993, mas principalmente em seu artigo de 2004, Nunberg deixa claro que prefere traçar uma linha clara entre o que é semântica e pragmática: assim sendo, os indexicais descritos se encontram dentro dos fenômenos semânticos. Logo, Nunberg sobre essa questão entra em conflito direto com Recanati, afirmando que (Recanati 1993 *apud* Nunberg, p. 31-32, 1993):

“(...) o uso referencial das descrições é opcional (pragmático), enquanto o uso referencial dos indexicais é obrigatório (marcado semanticamente) e pode ser mantido se for entendido como caracterizando o nível básico de interpretação. Nesse nível, os indexicais devem

³⁹ Referentially used description, no original. Nunberg (1993) não deixa muito claro do que elas se tratam, mas acreditamos que se trata dos usos de descrições definidas onde nem operadores, nem modalizadores atuam sobre o indexical. Ver a seção de Nunberg 2.1.6. para maiores detalhes.

⁴⁰ Aparentemente, Nunberg (1979) apenas queria delimitar o que é semântico e o que é pragmático, sem deixar muito claro de qual parte fazia os fenômenos em questão (como a referência deferida) - vale notar que até esse ponto, o fenômeno envolvendo os indexicais descritivos ainda nem tinha recebido esse nome, e muito menos havia sido bem delimitado. Nesse sentido se fala de uma “pragmática motivada independentemente”, assim como uma semântica independente – o autor enfatiza, portanto, que essa distinção deve ser feita. Nos seus textos posteriores (1993, 2004), ele opta por explicar o fenômeno exclusivamente através da semântica.

receber uma interpretação objetiva e singular, enquanto que as descrições podem ser interpretadas tanto referencialmente ou atributivamente.”⁴¹

Nessa circunstância, Nunberg lembra que um indexical como ‘hoje’, conforme o exemplo (27), deve envolver um quantificador, e que esse tipo de leitura não é possível se o sujeito da sentença for interpretado como referente a um indivíduo ou a um momento em particular. Portanto, é difícil definir qual “interpretação objetiva e singular” poderíamos atribuir a esse tipo de sentença.

2.1.4. Nunberg (2004)

Já em seu artigo de 2004, Nunberg opta por mencionar os diferentes tipos de leituras que uma sentença como (28) pode apresentar:

(28) A pessoa que estacionou em frente ao restaurante está com pressa.

A sentença em (28) pode apresentar tanto uma leitura *referencial*, quanto uma leitura *atributiva*. *Grosso modo*, na leitura referencial, a descrição ‘A pessoa que estacionou em frente ao restaurante’ seleciona um indivíduo em particular que o falante tenha em mente, por exemplo, ‘João’, um indivíduo que esperava numa fila de carros impacientemente. Por sua vez, a leitura atributiva trata essa mesma descrição de um modo não específico: apenas diz que alguma pessoa estacionou em frente ao restaurante com pressa, sem implicar que o falante tenha uma pessoa específica em mente ao pronunciar a sentença.

Esse fenômeno é próximo àquele que envolve as leituras *de dicto* e *de re*. Simplificando: a leitura referencial seria *de dicto*, e a atributiva, *de re*. Basicamente, a leitura de dicto (sobre o que foi falado) é assim chamada porque as palavras que, de fato, foram usadas são extremamente importantes para o conteúdo proposicional, e a leitura de re (sobre a coisa) diz respeito a algo em particular sob a qual uma atitude proposicional é atribuída. É possível notar inclusive que na literatura, as leituras do tipo *de dicto* e *de re* podem receber outros nomes, como, respectivamente: *referencial* e *atributivo*, *fregeana* e *russeliana*, *opaco* e *transparente* ⁴².

⁴¹ “(...) yet the asymmetry thesis, according to which the referential use of descriptions is optional (pragmatic) while the referential use of indexicals is mandatory (semantically marked) can be maintained if it is understood as characterizing the basic level of interpretation. At this level, indexicals must be given an objectual, singular interpretation, whereas descriptions can be interpreted either referentially or attributively.”

⁴² Perceba que a noção de *opaco* e *transparente* aqui é um pouco diferente de quando empregados dentro da semântica formal: num primeiro momento é possível que relacionemos uma leitura considerada *transparente* à uma leitura diretamente referencial (conforme seção 2.5.3., por exemplo) – esse não é o caso aqui. Ao menos não conforme a nomenclatura adotada

O que chama a atenção, contudo, é a divergência interpretacional dentro dos estudos semânticos: para os descritivistas, seguindo a linha de Russel (1905), não existe nenhuma ambiguidade em questão – a descrição em (28) é sempre interpretada como um quantificador com a interpretação referencial sendo assumida através de algum tipo de implicatura conversacional; nesse caso, o enunciado não diz algo especificamente de ‘João’, mas o falante pode identificá-lo. Para os referencialistas, seguindo a linha de Kaplan (1989), segundo Nunberg (2004), (28) é sim ambígua: ‘a pessoa que estacionou em frente ao restaurante’ funciona da mesma maneira que um indexical⁴³, e portanto, a sentença em (28) é semanticamente idêntica à sentença em (29):

(29) Ele está com pressa.

Em (29), segundo Nunberg (2004), o conteúdo descritivo da partícula ‘ele’, segundo os referencialistas, não desempenha nenhum papel em particular. Obviamente, isso acarretará alguns problemas para os referencialistas⁴⁴, que deverão projetar um maquinário necessário para que seja possível produzir uma desambiguação da sentença⁴⁵. Obviamente para referencialistas como Kaplan (1989), conforme vimos na seção 1.1., só existe uma leitura: a diretamente referencial; e a leitura descritiva não chega a ser desenvolvida ou discutida. Portanto, em princípio, o problema da ambiguidade que Nunberg (2004) aponta aos referencialistas, apenas aconteceria se houvesse, antes de mais nada, o reconhecimento do problema, o que não parece ser exatamente o caso, ao menos não em Kaplan (1989).

por Quine (p. 142, 1953) *apud* Abbott (p. 32, 2010). O exemplo utilizado por Abbott para ilustrar os dois tipos de leitura é o que segue:

(i) Édipo queria casar com sua mãe.

(Interpretação a) Édipo queria que fosse o caso que sua mãe fosse sua esposa.

(Interpretação b) Édipo queria casar com uma determinada mulher, e essa mulher, por acaso, acabou sendo sua mãe. Para Quine e Abbott, *opaco* é para a leitura que ocorre em escopo restrito (*narrow-scope*), ou seja, a primeira leitura, a qual era aparentemente a única leitura que Frege reconhecia; e *transparente* é a leitura em escopo amplo (*wide-scope*), a segunda, mais próxima de uma leitura descritiva. Agradeço imensamente a Teixeira e Basso por insistirem para que eu esclarecesse esse ponto.

⁴³ O operador responsável por tornar o conteúdo (descritivo/linguístico) numa função de *contextos* para *indivíduos* é o operador *dthat*. Um termo *dthat* tem a forma ‘*dthat*[*t*]’, onde *t* é um termo singular, como uma descrição definida ou um nome próprio. Em um exemplo como ‘O cachorro da esquerda é maior que o cachorro da direita’ teríamos a seguinte análise simplificada:

Dthat[o cachorro da esquerda] é maior que *dthat*[o cachorro da direita].

Tendo acesso ao *contexto* kaplaniano, o *agente* veria Totó a sua esquerda e Rex a sua direita; nessas condições, o *conteúdo* kaplanino do primeiro *dthat* seria o próprio indivíduo (de carne e osso) Totó, e do segundo *dthat* seria Rex. Para maiores detalhes, ver Kaplan (1989).

⁴⁴ Que não ocorrerá aos descritivistas.

⁴⁵ Ver exemplo (38) para maiores detalhes e os problemas envolvendo essa ambiguidade.

Seja como for, Kripke (1998) enfrenta um problema parecido através da ideia de *demonstrativo escondido*⁴⁶, no qual o ouvinte é capaz de descobrir⁴⁷ do que ou de quem estamos falando. Veja o exemplo:

(30) Toda garota que tem um *button* com a foto da Christina Aguilera está na festa da minha filha.⁴⁸

No caso, trata-se de um pai fazendo um comentário sobre a festa da própria filha, contudo por desinformação, o pai confunde a foto da cantora: não se trata de Christina Aguilera, mas sim da Britney Spears. Mesmo assim, um ouvinte é capaz de compreender ou mesmo acomodar o que foi dito, pois em ‘Toda garota que tem um button com a foto da Christina Aguilera’ temos um *demonstrativo escondido*⁴⁹.

Nunberg (2004), Wettstein (1991) e Recanati (1993), entretanto, creem que esse argumento através de uma descrição equivocada⁵⁰ não colabora muito para o problema apresentado em (29). Eles argumentam que não é essencial para uma visão referencialista que descrições usadas referencialmente consigam de alguma forma selecionar um indivíduo que não a satisfaçam. Se (29) é usado num contexto em que na verdade é ‘Paulo’ que está impaciente na fila de carros, e não ‘João’, pois bem, nesse caso, podemos dizer que a descrição seleciona ‘Paulo’, enquanto o ouvinte pode recuperar a referência pretendida pelo falante e usá-la como base se necessária e apropriada. Seja como for, essa descrição equivocada em pouco ajuda a resolver nosso problema. Perceba que a própria ideia de *demonstrativo escondido* é questionável. Se pretendemos trabalhar com estruturas linguísticas que de alguma forma se encontram ocultas, são necessárias evidências para tanto. Ao menos no caso apresentado, os dados não corroboram; o que tornaria a teoria em questão desnecessariamente mais complexa.

⁴⁶ Concealed demonstrative.

⁴⁷ Não fica claro se o ouvinte é capaz de determinar essas informações através de dados semânticos (contextuais) ou pragmáticos (máxima da quantidade).

⁴⁸ Para exemplos como esse, é possível que a verdade possa ser decomposta em outras proposições; pragmaticamente, podemos dizer que a sentença é verdadeira se a decomposmos, grosso modo, nesses moldes: ‘Toda garota que tem um button com a foto da Christina Aguilera está na festa da minha filha.’ Contudo era uma foto da Britney Spears, então ainda é verdade que: ‘Todas as garotas usavam algum tipo de button durante a festa’. Agradeço imensamente a Conde por notar essas nuances.

⁴⁹ O autor não deixa claro que tipo de *demonstrativo escondido* seria esse. Acreditamos que se trata de algo que permita a interpretação ‘aquelas garotas com buttons’ – ‘aquelas’ sendo o *demonstrativo escondido*.

⁵⁰ Onde temos o demonstrativo escondido.

Outro fenômeno semelhante e comum na literatura é das *descrições referenciais incompletas*⁵¹; elas não devem ser confundidas com *descrições referenciais*, tradicionalmente, representadas pelos exemplos a seguir:

(31) Quem é o homem com o Martini?⁵²

(32) A mesa está cheia de livros.⁵³

Em (31) e (32), em geral, temos situações em que o referente que desejamos é saliente no contexto imediato, e portanto, é possível imaginar se referir a este referente com uma descrição demonstrativa do tipo *aquele homem* ou *aquela mesa*. Contudo, *descrições referenciais incompletas* podem ser usadas para selecionar entidades que estejam remotas ou distantes, no qual o apontamento seria impossível. Nesses casos seria necessário que algum tipo de condição específica fosse satisfeita. Veja o exemplo:

(33) (Dito pelo soldado do Duque de Plaza-Toro:) O Duque está visitando Veneza.

Se não estiver evidente que existe apenas um duque no domínio do discurso, em que ajudaria dizermos que a descrição contém um indexical escondido? Como poderíamos identificar qual duque o falante tinha em mente sem exigir uma descrição completa, ou como já citamos, sem ao menos uma restrição no domínio do discurso? Seja como for, segundo Nunberg (2004), o argumento das descrições incompletas não tem qualquer influência sobre as expressões em questão, e portanto, não esclarece nosso problema.

Contudo, Nunberg (2004) também apresenta argumentos para um tratamento diferenciado entre indexicais e descrições definidas que, num primeiro momento, podem parecer equivalentes. O autor apresenta os seguintes exemplos:

(34a) Se estivéssemos conversando em 2 de novembro em vez de agora, o dia da nossa conversa seria o dia da maior festa do ano.

⁵¹ Incomplete referential descriptions. A análise é inspirada nos *quantificadores incompletos* (incomplete quantifiers) de Neale (1990) e Salmon (1991).

⁵² Donnellan (1966).

⁵³ Strawson (1950).

(34b) Se estivéssemos conversando em 2 de novembro em vez de agora, hoje seria o dia da maior festa do ano.

(35a) Se você tivesse colocado no canal 4 como eu pedi, o jogo na TV seria emocionante.

(35b) Se você tivesse colocado no canal 4 como eu pedi, esse jogo na TV seria emocionante.

Apesar das semelhanças semânticas entre os exemplos do tipo *a* e *b*, em (34a) e (35a) as descrições podem ser reavaliadas (conforme o contexto estabelecido pelo condicional), já em (34b) e (35b), ‘hoje’ é ancorado ao atual dia de fala, e ‘esse jogo’ se refere exclusivamente ao canal que o ouvinte e o falante estão assistindo naquele momento (e não ao que está passando no canal 4, por exemplo). Dessa forma, para o autor, ao menos indexicais como apresentados nos exemplos (34b) e (35b), são indexicais que selecionam dias específicos ou indivíduos, os quais devem ser avaliados conforme o contexto de fala. Independentemente de serem ‘diretamente referenciais’ ou não, eles são ‘diretamente interpretáveis’^{54 55}.

Ainda que seja possível defender uma leitura mais voltada aos referencialistas em exemplos como (34) e (35), Nunberg reconhece que esse tipo de leitura sofre de problemas quando trata de certas interpretações envolvendo, por exemplo, descrições definidas. Veja os exemplos:

(36) O aniversário de onze anos de Sofia cai na terça-feira.

(37) ?? O aniversário de onze anos de Sofia é sempre a maior festa do ano.

É plausível que a descrição definida ‘o aniversário de onze anos de Sofia’ em (36) indique um determinado dia, e por conta disso, tenha um uso referencial (semelhante, portanto, num primeiro momento, ao comportamento clássico de um indexical). Mas em (37), a mesma descrição definida é inconsistente com ‘sempre’; um indexical, contudo, conforme vimos no exemplo (27) aqui repetido como (38), não provocaria esse tipo de problema⁵⁶:

(38) *Hoje* é sempre a maior festa do ano.

⁵⁴ E por conta disso, segundo Nunberg (2004), outros operadores não têm escopo sobre esses indexicais.

⁵⁵ Autores como Bezuidenhout (1997), por exemplo, oferecem um tratamento simétrico para descrições e indexicais, em que tanto uma leitura referencial, quanto uma descritivista podem ser derivadas. Para os exemplos apresentados em (17) e (18), contudo, Nunberg não sabe ao certo como (e se) essas diferenças poderiam ser explicadas.

⁵⁶ Ver seções 2.3.7. e 2.3.8. para maiores detalhes sobre esse tipo de leitura.

Para o autor, caso aceitássemos uma leitura referencialista e argumentássemos a favor de um operador como o *dthat* de Kaplan, teríamos que enfrentar sérios problemas; a começar respondendo à questão: por que essas descrições não têm o mesmo alcance semântico, ou seja, as mesmas interpretações que indexicais como ‘eu’ ou ‘hoje’? No caso dos indexicais, tal como ‘hoje’, o que temos é um indexical que seleciona um certo indivíduo (no caso, um dia) de um contexto, fornecendo entrada para uma proposição. No caso das descrições definidas, tal como ‘o aniversário de onze anos de Sofia’, você é obrigado a manter o indivíduo à descrição que se aplica; não é possível selecionar algumas de suas propriedades salientes e fazê-las, assim, a interpretação da proposição.

Por outro lado, os descritivistas, não enfrentam esse problema, por justamente o mecanismo que produz uma leitura descritiva não entrar em jogo. Nesse tipo de interpretação, o indivíduo que a descrição se aplica não faz parte da proposição, portanto não temos acesso a nenhuma de suas propriedades, além daquelas, obviamente, que se façam explícitas na descrição. Para o autor, essa é uma clara evidência empírica a favor dos descritivistas.

2.1.5. Mais problemas: envolvendo uma explicação pragmática

Nunberg (2004) ainda tece fortes críticas ao envolvimento pragmático na questão, ao menos quanto à tentativa de explicar os indexicais descritivos através da implicatura. Como já sinalizamos a grosso modo na seção 2.1.3., essa é a linha seguida por Recanati (1993), sugerindo que numa sentença como (38), o indexical ‘hoje’ seja resolvido através de uma implicatura conversacional por meio de leituras literais que incluiriam referências “normais”, tais como dias, pessoas, entidades de uma maneira geral.

Esse tipo de interpretação, contudo, sofre de sérios problemas. Além das questões referencialistas indicadas na seção anterior; de um ponto de vista pragmático, se forçarmos uma interpretação através de uma implicatura conversacional, em (38) teríamos ‘hoje’ com uma interpretação de um dia em particular, tal como, por exemplo, ‘15 de Dezembro de 2017’, como sendo o dia da maior festa do ano, correto? Pois bem, o problema é que não existe nenhuma proposição que seja coerente ao associarmos com essa interpretação. Por conta disso, é impossível suspender a leitura descritiva do indexical, conforme o exemplo (34), o que geralmente é necessário para postular implicaturas conversacionais. Veja os exemplos seguintes:

(39) Algumas pessoas foram embora – na verdade todas foram.

(40) João tirou suas calças e foi para cama – mas não nessa ordem.

(41) ?Hoje é sempre o dia mais movimentado do ano – mas só se for 15 de Dezembro de 2017.

Além disso, mesmo se fosse possível surgir uma implicatura conversacional em (38), ainda teríamos que explicar porque esse tipo de implicatura surge envolvendo indexicais (como ‘hoje’), mas não com suas respectivas descrições (como ‘o aniversário de onze anos de Sofia’). Para Nunberg (2004), isso evidencia as diferenças entre indexicais e descrições definidas que num primeiro momento possam parecer “equivalentes”, mas que devem ser notadas para o cálculo semântico.

Nunberg (2004) tece ainda uma última crítica voltada à pragmática, específica àqueles que defendem a possibilidade de utilizar a Máxima da Maneira⁵⁷ para resolver a questão. Veja o exemplo seguinte:

(42) (Próximo a um cassino:) Geralmente tem um caixa eletrônico aqui.

(42) significa (aproximadamente) que ‘geralmente tem um caixa eletrônico próximo a um cassino’. Porém, essa interpretação não está disponível no exemplo abaixo:

(43) Geralmente tem um caixa eletrônico no bairro.⁵⁸

Em outras palavras: a descrição ‘o bairro’ não pode contribuir para uma propriedade diferente da sua própria. A única alteração entre (42) e (43) que possa explicar essa diferença é que num caso identificamos o lugar indexicalmente, e noutro identificamos descritivamente. E se não houver, uma diferença semântica entre as duas sentenças, o que poderia trazer uma implicatura conversacional através da Máxima da Maneira? Para Nunberg (2004), mais uma vez, é difícil corroborar algum tipo de análise de demonstrativo/indexical escondido e essa discussão, como já dito anteriormente, deve ser resolvida com os referencialistas: já que promovem que sentenças como (42) e (43) são semanticamente semelhantes (ou mesmo idênticas), mas que (ao menos num primeiro momento) a

⁵⁷ Basicamente, a Máxima da Maneira prevê que o falante tente ser tão claro, tão breve e tão ordenado quanto se possa ser, evitando sempre que possível a obscuridade e a ambiguidade.

⁵⁸ Perceba que é possível (42) ter a mesma interpretação que (43), ou seja, que o referente de ‘aqui’ (42) fosse o mesmo que ‘o bairro’ em (43). Contudo, além do contexto apresentado em (42) corroborar para uma interpretação diferente; a ideia discutida é que a partir de ‘o bairro’ não ser possível chegar a algum outro tipo de propriedade, como ‘o cassino’. Agradeço imensamente a Conde por insistir no esclarecimento dessa passagem.

única explicação que poderia validá-las (a diferença semântica entre as sentenças), não poder ser utilizada.

2.1.6. Então, como lidar com os indexicais descritivos?

Para Nunberg (2004), para dar conta dos indexicais descritivos precisamos de uma certa *granularização do contexto*⁵⁹. Granularização deve ser entendido aqui como uma restrição de contextos, e outras possíveis variáveis, como indivíduos e propriedades. Apesar do autor não o formalizar, ele indica determinados fundamentos que devem ser fornecidos nesse contexto. Voltemos ao exemplo (38); nele ‘hoje’ seleciona o dia em que ocorre o proferimento, mas existem tantos dias distintos quanto individualizados pelas propriedades relevantes para fins conversacionais; da mesma maneira que uma sentença como:

(44) Toda sexta-feira de fim de ano após as aulas terminarem é sempre a maior festa do ano.⁶⁰

Ou seja, não há uma maneira de individualizar o dia que ocorre o proferimento de outros que tenham as mesmas propriedades relevantes. Nesse sentido, a referência aqui não é “deferida”⁶¹: o significado linguístico ‘o dia (do calendário) em que ocorre o proferimento’ é satisfeito pelo único dia no domínio do discurso que corresponde ao momento do proferimento; mas em relação aos propósitos de conversação, esse dia simplesmente não tem as propriedades que o diferenciem dos outros que caem na mesma data.

Para Nunberg, esse contexto, portanto, deve além de restringir o domínio incluindo (apenas) os indivíduos relevantes, deve também conseguir restringir de forma semelhante suas propriedades relevantes. O importante é conseguir restringir quais propriedades são contextualmente relevantes (e quais não são), e atribuí-las (ou não) aos indivíduos. Uma vez que possamos identificar que (apenas) certas propriedades são relevantes para a conversação de indivíduos que figuram no domínio, a partir disso conseguiremos que os propósitos conversacionais possam determinar o que conta como um indivíduo. Ou seja, podem haver (apenas) tantos indivíduos no domínio como individualizados pelas

⁵⁹ Como veremos, Nunberg não promove nenhum tipo de formalização ou ao menos maiores detalhes para essa granularização, e esse será, certamente, o calcanhar de Aquiles de sua teoria.

⁶⁰ É possível que um exemplo como (44) seja resolvido através de processos pragmáticos, tais como a máxima da relevância ou o background. Contudo, a saída que Nunberg procura é semântica e não pragmática para resolver problemas envolvendo descrições e indexicais. Agradeço a Conde por notar essa possibilidade.

⁶¹ Diferentemente de como foi promovido em Nunberg (1979, 1993).

propriedades relevantes para a conversação: o contexto estará sujeito à uma granularização contextual. Vejamos o exemplo seguinte para esclarecer um pouco melhor essa questão:

(45) Eu preciso de uma carona para casa *agora*; o serviço de ônibus *aqui* é terrível.

Nesse caso, os propósitos de conversação impõem uma certa granularidade (contextual) espacial no domínio do discurso, de modo que dois lugares são distintos apenas quando a diferença entre estar em um ou em outro tem consequências significativas em conseguir uma carona para casa de alguém. É possível até que ‘aqui’ possa se referir a uma área tão grande quanto um país ou um planeta, da mesma forma que ‘agora’ possa se referir a um instante ou a uma era (histórica), se não houver essa granularidade.

Vejamos agora como Elbourne (2008) lida com a teoria de Nunberg.

2.2. Elbourne (2008, 2013)

A teoria de Elbourne é intrinsecamente ligada à teoria de Nunberg (1979, 1993, 2004), principalmente às conclusões e propostas avançadas em Nunberg (1993), pois o primeiro concorda com a maioria⁶² das noções introduzidas pelo segundo. Nesse sentido, Elbourne parece, num primeiro momento, mais um defensor da teoria de Nunberg, e sua teoria é, em larga medida, um desenvolvimento formal das ideias de Nunberg. Contudo, vale notar que ele se destaca também por discutir alguns detalhes mais a fundo e, principalmente, através de sua interpretação, formalizar a teoria de Nunberg.

Nessa seção apresentaremos justamente as concepções importantes que Elbourne traz diretamente da teoria de Nunberg e a sistematização (e formalização) dessa teoria.

2.2.1. Quanto aos indexicais descritivos

A análise do problema envolvendo as leituras descritivas dos indexicais para Elbourne (2005b, 2008) é muito semelhante àquela de Nunberg (1979, 1993, 2004), como vimos até então; porém, existem diferenças substanciais. Para o último autor, por exemplo, indexicais descritivos parecem ser semanticamente diferentes às descrições definidas, principalmente quanto a interpretação⁶³.

⁶² Apontaremos sempre que houver uma discordância entre os autores.

⁶³ Rever seção 2.1.2. para maiores detalhes.

Diferentemente de Nunberg (1993, 2004), Elbourne argumenta que os indexicais apresentam a interpretação (semântica) semelhante a uma descrição definida⁶⁴. Segundo Elbourne (pg. 10, 2008):

“Para ser exato, todos os fenômenos que citamos constituem evidências de que os pronomes às vezes são interpretados como descrições definidas; o passo final de concluir que eles são sempre descrições definidas com usos referenciais empregando condições descritivas como "idêntico a João" (Elbourne 2001b, 2005b), é feito com base na Navalha da Occam. Parece haver algo mais do que uma homonímia acidental acontecendo aqui, especialmente quando olhamos para outras línguas e vemos que seus pronomes também parecem ser ambíguos, por exemplo, envolvendo os usos referenciais, variáveis ligadas [i.e., “bound variables”] e “donkey anaphora”.”⁶⁵

Um dos principais exemplos usados para ilustrar essa questão é o que já vimos, envolvendo a figura do Papa (repetido aqui como 46):

(46) Ele geralmente é um italiano.

A interpretação desejada, como já vimos, é que “o Papa” (seja ele quem for) é geralmente um italiano, e não que Francisco I/Jorge Mario Bergoglio é geralmente um italiano – uma interpretação descabida e pragmaticamente anômala. Para Elbourne (assim como Nunberg) esse exemplo (e todo o fenômeno o envolvendo) não pode ser explicado via pragmática, envolvendo, por exemplo, uma implicatura conversacional⁶⁶; se fosse esse o caso, esperaríamos que um enunciado como (47), nas mesmas condições que (46), tivesse a mesma leitura, o que certamente não ocorre:

(47) ?? Francisco I é geralmente um italiano.

O nome próprio ‘Francisco I’ provavelmente apresentará o indivíduo (de carne e osso) Francisco I na proposição em questão e não uma leitura descritiva como em (46), inviabilizando esse (possível) processo pragmático; como (47) simplesmente não pode ter o significado de (46), isso causa

⁶⁴ Além das razões de cunho epistemológico (que são de nosso maior interesse) apresentadas e discutidas no texto, Elbourne (2008) também tem bons argumentos envolvendo o processamento sintático (inclusive envolvendo Aquisição de Linguagem) das descrições definidas em casos que (à primeira vista) possam ferir o Princípio B da Teoria de Regência e Ligação de Chomsky (1983), que basicamente, impede pronomes não-reflexivos na posição do objeto de ter o mesmo referente que o sujeito da mesma sentença. Ver Elbourne (p. 11, 2008) para maiores detalhes.

⁶⁵ “To be exact, all of the phenomena I cite here constitute evidence to the effect that pronouns are sometimes interpreted as definite descriptions; the final step of concluding that they are always definite descriptions, with referential uses employing descriptive conditions like “identical to John” (Elbourne 2001b, 2005b), is made on the basis of Occam’s Razor. There seems to be something more than an accidental homonymy going on here, especially when we look at other languages and see that their pronouns too seem to be ambiguous, for example, between referential, bound and donkey anaphoric uses.”

⁶⁶ Rever seção 1.2. para maiores detalhes.

uma grave dificuldade epistemológica para qualquer tentativa de explicar indexicais descritivos com base na referência direta e na pragmática, como notam diversos autores (cf. Nunberg, 1993; Recanati et al., 2005).

Esse é um dos principais argumentos para um tratamento referencial dos indexicais, que dá conta de sua leitura descritiva, e então postula mecanismos semântico-pragmáticos para lidar com sua leitura referencial. Vejamos a seguir como podemos sistematizar, de maneira simplificada e ainda não totalmente formalizada, a teoria de Nunberg pela ótica de Elbourne (2008) e aplicá-la ao exemplo em questão.

2.2.2. Uma primeira sistematização

Elbourne (2008) sistematiza as ideias que Nunberg expõe em seu trabalho de 1993 da seguinte maneira:

1. Um componente dêitico, que escolhe um objeto contextualmente saliente, que será chamado de *índice*. A interpretação do indexical, portanto, será computada conforme o *índice*.
2. Um *componente relacional*, que restringe a relação que existe entre o *índice* e a *interpretação*.
3. Um *componente classificatório*, incluindo restrições⁶⁷ como características Φ ⁶⁸, que apresentam informações adicionais sobre a *interpretação*.
4. Uma *interpretação*, que é um indivíduo ou uma propriedade contribuída à proposição expressa.

Assim, aplicando ao exemplo (46), o componente dêitico escolhe Francisco I/Bergoglio como o índice. O componente relacional, no caso de pronomes e demonstrativos de terceira pessoa, é mínimo e consiste apenas em uma máxima geral, algo como: “eles podem contribuir com qualquer indivíduo ou propriedade que corresponda aos seus respectivos índices de algum modo saliente”⁶⁹. A propriedade de ser papa corresponde a Francisco I/Bergoglio de forma saliente e, portanto, pode ser usada na proposição expressa (da mesma forma que um conteúdo descritivo de uma descrição definidas). Para deixar mais claro, vejamos esse outro exemplo e aplicaremos, novamente, o modelo de Nunberg/Elbourne:

⁶⁷ Elbourne (2008) não deixa muito claro quais outras restrições (ou características) além das Φ podem afetar, de alguma maneira, o componente classificatório.

⁶⁸ Não entraremos nos pormenores das características Φ , mesmo porque, como veremos adiante, Elbourne (2008) prefere se distanciar delas em sua formalização. Vale notar, contudo, que as características Φ podem ser tratadas como pressuposições. Ver Heim e Kratzer (1998) *apud* Elbourne (2008) para maiores detalhes.

⁶⁹ Nunberg (p. 25, 1993).

(48) Nós não podemos jantar essa noite.

No caso de ‘nós’, o componente dêitico (índice) seleciona o próprio falante⁷⁰. O componente classificatório assegura que a interpretação seja plural e animada – não é possível se referir a si mesmo e ao seu laptop como ‘nós’, a menos que se deseje personificar o computador. O componente relacional especifica que a interpretação deve ser um indivíduo plural do qual o índice é parte ou uma descrição definida, cuja instanciação é tal que o índice é parte dele. Por exemplo, se Nunberg diz (48), se referindo a ele e a sua esposa, então ele se refere ao indivíduo plural que tem em suas partes ‘Nunberg’ e ‘sua esposa’⁷¹.

Antes de seguirmos diretamente para a formalização da teoria, vejamos mais alguns exemplos, destacando o fenômeno que Elbourne (2008) foca: casos que em ocorre a omissão do NP⁷².

2.2.3. Ausência ou omissão do NP

Em certas circunstâncias, é possível que ocorram leituras descritivas de certos indexicais, mais precisamente, pronomes de terceira pessoa, sem a presença de um NP, e sem nenhum tipo de antecedente linguístico; contudo é necessário que haja uma forte pista visual no contexto, de preferência algo para o qual o falante está apontando. Assim, paralelamente a (46), por exemplo, temos algo como (49):

(49) [Com um apontamento em direção a Francisco I, enquanto ele desempenha alguma de suas funções papais:] Somente um foi inglês.

A sentença parece razoável e, evidentemente, significa algo como ‘Somente um (dos) Papa(s) foi inglês’. Esse é, portanto, um caso que envolve ausência de NP. Parece plausível, então, considerar que “os indexicais descritivos também envolvem a omissão do NP” (Elbourne, p. 203, 2013)⁷³. Temos, dessa forma, a forma lógica⁷⁴ de ‘ele’ em (46) como:

⁷⁰ O índice de ‘nós’ é idêntico ao índice de ‘eu’. As diferenças entre ‘eu’ e ‘nós’ são indicadas, ao menos na teoria de Nunberg/Elbourne, por outros componentes, como o classificatório e o relacional.

⁷¹ Nunberg (p. 12, 1993), Link (1983) *apud* Elbourne (2008).

⁷² NP-deletion.

⁷³ “The reason is that the circumstances under which descriptive indexical readings of third person pronouns are possible seem to constitute one of the sets of circumstances under which NP-deletion with no linguistic antecedent is possible: when there is a strong visual clue in the context, preferably something towards which the speaker is gesturing.”

⁷⁴ Aqui ainda simplificada. Para maiores detalhes, incluindo o exemplo (46), ver seção 2.2.4.

(46) Ele geralmente é italiano.

(50) [[ele Papa] s_1]

$s \rightarrow$ situação⁷⁵

Para analisar uma sentença como (46), contudo, é necessário levar em conta o quantificador em questão. Para Elbourne (2013), os advérbios quantificacionais (como ‘geralmente’) quantificam sobre situações. A ideia é que um item linguístico como ‘geralmente’ diz que a maioria das situações de um certo tipo são membros do conjunto das situações que envolvem a denotação da sentença matriz. Além disso, quando nenhum item linguístico que possa restringir (as intenções do falante ou as próprias condições de verdade) é dado explicitamente por meio, por exemplo, de uma cláusula como ‘se’ ou ‘quando’; então, esse item é formulado pelo falante e, posteriormente, (re)construído pelos ouvintes (e estando, da melhor maneira possível, de acordo com as intenções do falante). Assumiremos, no exemplo em questão, que o falante pretende quantificar sobre os reinados papais. O falante de (46) reivindicaria então que para a maioria das situações s_1 (de modo que s_1 é um reinado papal), o Papa único em s_1 é um italiano em s_1 . Intuitivamente, parece razoável considerarmos dessa maneira o funcionamento do mecanismo que leva à interpretação sugerida para (46). Como podemos imaginar, ocorre a omissão ou ausência do NP⁷⁶ em diversos contextos. Vejamos:

(51) [Numa discussão política em 2015, apontando para Michel Temer:] Ele é geralmente de um partido diferente do Presidente.⁷⁷

Assim como o exemplo (46), a sentença não será interpretada pelo ouvinte como dizendo que Michel Temer é geralmente de um partido diferente de Dilma Rousseff (ou quem quer que sejam as personalidades relevantes no período em questão). Ela será interpretada como dizendo que o Vice-Presidente (em geral) é de um partido diferente do Presidente (em geral).

⁷⁵ Não pretendemos entrar nos meandros dessa discussão, mas basta saber que numa semântica situacional, as expressões linguísticas são avaliadas em relação a partes do mundo, ao invés do mundo completo. Para maiores detalhes, ver o artigo disponibilizado pela *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (SEP) nomeado *Situations in Natural Language Semantics*.

⁷⁶ Vale notar que estamos mantendo a mesma nomenclatura do autor “NP-deletion”. Contudo, é importante considerar que o NP normalmente atua como uma categoria funcional e sempre se eleva a DP, ao considerarmos a análise sintática. Para maiores detalhes, ver Coene et al. (2003). Agradeço imensamente a Conde pela sugestão.

⁷⁷ Nunberg (1993) já observava, porém, que pronomes de primeira pessoa não tem esse funcionamento. Veja:

(Dito por Michel Temer em 2015): Eu sou geralmente de um partido diferente do Presidente.

A interpretação de que Vice-Presidentes (em geral) são de um partido diferente dos Presidentes (em geral), não parece disponível.

Elbourne (2008), portanto, defende seu ponto de vista argumentando que essa teoria prevê que sempre que um indexical descritivo possa ser usado, pelo menos uma instância de ausência ou omissão de NP será possível no contexto considerado, sendo possível capturar o mesmo material descritivo sem o auxílio de qualquer antecedente linguístico. E, contrariamente do que se possa esperar num primeiro momento, mesmo que a instância de uso envolva a ausência ou omissão do NP é ainda possível recuperar o conteúdo ou material descritivo necessário em diferentes tipos de análise, incluindo não somente os indexicais descritivos, como também sentenças envolvendo “donkey anaphora” e pronomes como variáveis ligadas.

2.2.4. Formalizando Nunberg (1979, 1993, 2004) através de Elbourne (2005b, 2008, 2013)

Como já discutido, Elbourne é o principal autor que não só compra a teoria de Nunberg (com algumas pequenas divergências, já apontadas na seção 2.2.1.) como também aquele que a formaliza de modo explícito. O pronome ‘ele’, por exemplo, será como em (52):

$$(52) [\text{ele } [R_1 i_2]]$$

Nessa estrutura, i é uma variável de tipo **e** constituindo o componente dêitico; seu valor será o índice, conforme apresentado pelos autores. R é uma variável de tipo $\langle \mathbf{e}, \langle \mathbf{se}, \mathbf{st} \rangle \rangle$ constituindo o componente relacional. O valor de R , mapeará o valor de i para uma função do tipo $\langle \mathbf{se}, \mathbf{st} \rangle$ ⁷⁸. O pronome, então, terá o mesmo tipo que um artigo definido.⁷⁹ Dessa forma, ‘ele’ e outros pronomes singulares de terceira pessoa significarão o mesmo que:

$$(53) [[\text{ele}]] = \lambda f_{\langle \mathbf{se}, \mathbf{st} \rangle} \lambda s. \iota x f (\lambda s'.x)(s) = 1$$

Das variáveis em questão, a única que ainda desconhecemos é o ι . Pois bem: ι se trata de um operador indicando que para qualquer situação s e função f do tipo $\langle \mathbf{se}, \mathbf{st} \rangle$ a denotação de uma expressão $\iota x f (\lambda s'.x)(s) = 1$ será do tipo **e**, se for definida; se houver uma entidade x tal que $f (\lambda s'.x)(s)$

⁷⁸ Note que esse é o mesmo tipo que um NP numa semântica de situações, em especial, na adotada por Elbourne (pg. 14, 2008).

⁷⁹ Sobre essa intuição, cf. Postal (1966); Stockwell, Schachter e Partee (1973); Abney (1987); Longobardi (1994); Uriagereka (1995); Elbourne (2001a), (2001b), (2005b), Neale (2005b) *apud* Elbourne (2008).

= **1**, a denotação de $\iota \mathbf{x}f(\lambda \mathbf{s}'\mathbf{x})(\mathbf{s}) = \mathbf{1}$ será esse indivíduo; se não existe tal indivíduo, toda a expressão não terá valor semântico.⁸⁰

Se assim for, “os pronomes (acompanhado com suas variáveis) serão como descrições definidas”.⁸¹

Aplicaremos esse modelo formalizado ao menos para um exemplo envolvendo indexicais com leitura descritiva (indexicais descritivos) e para outro envolvendo uma leitura referencial. Para o primeiro caso, vamos rever o exemplo do papa italiano:

(46) Ele geralmente é um italiano.

Agora podemos lidar com (46) da seguinte forma: o pronome ‘ele’ tomará variáveis indexadas como mostrado em (54); essas variáveis serão interpretadas por meio da regra em (55).

(54) [ele [R₁ i₂]]

(55) Interpretação variável: para todos os números naturais **n** e funções de atribuição **g**, se **i_n** é uma variável com índice **n**, então;

$[[i_n]]^g = g(\mathbf{n})$ desde que **n** esteja no domínio de **g**; caso contrário, $[[i_n]]^g$ não é definido.

A variável **i** terá ‘Francisco I’ como seu valor semântico. Suponha que o enunciado seja feito no mundo **w₀** no tempo **t₀**. A variável **R** terá, então, como valor a relação em (56):

(56) $\lambda \mathbf{x}.\lambda \mathbf{u}_{\langle s, e \rangle}.\lambda \mathbf{s}.\mathbf{u}(\mathbf{s})$ detém em **s** o ofício ocupado em **w₀** em **t₀** por **x**

‘ele’, portanto, será interpretado como um artigo definido. Isso significa que o valor semântico de todo o DP será o seguinte:

(57) $\lambda \mathbf{s}.\iota \mathbf{x} \mathbf{x}$ detém em **s** o ofício realizado em **w₀** em **t₀** por Francisco I

⁸⁰ Portanto, é necessário que a expressão avaliada introduza uma pressuposição assegurando a existência desse indivíduo.

⁸¹ Nas palavras do autor: “Pronouns with their accompanying variables, then, will be definite descriptions.” (Elbourne, p. 15, 2008).

Já que ‘Francisco I’ é, como podemos assumir, o Papa em w_0 em t_0 , essa fórmula é equivalente a seguinte:

(58) $\lambda s.tx\ x$ é o Papa em s

A sentença ‘Ele é um italiano’ terá o valor semântico conforme em (59):

(59) $\lambda s.tx\ x$ é o Papa em s é um italiano em s

De acordo com Berman (1987), Heim (1990), e principalmente, Elbourne (2005b) consideraremos que os advérbios quantificacionais como ‘geralmente’ quantificam sobre situações. Portanto, o falante em (46) reivindicaria que para a maioria das situações s tal que s é um reinado papal, o único Papa avaliado em s é um italiano em s ; intuitivamente isso soa adequado.

Agora para o caso de uso referencial: no qual apontamos para Francisco I e queremos exatamente como referente ‘Francisco I’, e não a propriedade de ser o Papa. Teríamos algo como:

(60) Francisco I ama pizza.

As variáveis i e R terão os valores conforme (61). Isso permite o valor em (62) ser a combinação do pronome com suas variáveis.

(61) a. $[[i]] = \text{Francisco I}$

b. $[[R]] = \lambda x\lambda u_{\langle s,e \rangle}. \lambda s.u(s) = x$

(62) $\lambda s.$ Francisco I

Elbourne (2008) argumenta que podemos considerar que querer falar sobre o índice, em casos assim, é tão universal e natural que a relação de identidade é geralmente saliente. Há também, uma certa evidência de que a faculdade da linguagem contém um procedimento de mudança de tipo que leva indivíduos (input) e retorna (output) para cada indivíduo a propriedade de ser idêntico a ele

mesmo⁸²; portanto, pode ser o caso que a função postulada como o valor de **R** em (61b) é parte integrante da faculdade de linguagem e, assim, sempre estará disponível.⁸³

Basso (2013) aplica as ideias expostas acima a alguns exemplos envolvendo o indexical ‘eu’, e defende, usando a teoria de Elbourne (2008), uma abordagem unificada para o que chama de “usos de ‘eu’”. Vejamos como o autor trata o uso referencial e o uso descritivo de ‘eu’; tomemos os exemplos abaixo (Basso, p. 271, 2013; modificamos a numeração dos exemplos, e adaptamos a exposição):

(63) Eu nasci em Tegucigalpa.

- traços- φ associados ‘eu’ resultam que o único referente que servirá como índice **i** será o falante do contexto – no caso, João.

- a relação **R** será a de identidade.

A derivação da interpretação pode ser vista abaixo:

(64) Eu nasci em Tegucigalpa.

(65) [eu [R i]] \rightarrow pelos traços- φ de ‘eu’, **i** é João, uma expressão do tipo $\langle e \rangle$.

[eu [R João]] \rightarrow a relação **R** é identidade, que resulta em João.

[eu [= João]] \rightarrow ‘eu’ ao se combinar com a propriedade [= João], resulta numa expressão do tipo $\langle se \rangle$ (i.e., um conceito individual), que se refere, com relação a uma dada situação, ao único indivíduo que é igual ao João, logo, João.

Para o caso de uma leitura descritiva, Basso (p. 273-274, 2013) apresenta o exemplo abaixo (considerando, obviamente, que ele foi utilizado em 2013):

(66) (Dilma Rousseff:) A Constituição me dá a palavra final.

(67) [eu [R i]] \rightarrow pelos traços- φ de ‘eu’, **i** é Dilma Rousseff

⁸² Partee e Rooth (1983), von Stechow (1993), van Benthem (1995) apud Elbourne (2008).

⁸³ Maiores detalhes ver Elbourne (p. 28, 2008).

[eu [R Dilma Rousseff]] → a relação **R** resulta no papel desempenhado pelo índice **i** – no caso, ‘ser o (atual) presidente do Brasil’ – de modo que $i \in R$, ou seja, **R** só pode ser a propriedade ‘ser o (atual) presidente do Brasil’ se Dilma Rousseff (que é o índice **i**) pertencer a essa relação.

[eu [‘ser o (atual) presidente do Brasil’ (e Dilma Rousseff o é)]] → ‘eu’ é uma expressão que, ao se combinar com a propriedade [‘ser o (atual) presidente do Brasil’], resulta no conceito individual que se refere, com relação a uma dada situação, ao único indivíduo que é a única presidente (atual) do Brasil.

O uso feito por Basso (2013) das ideias de Elbourne (2008), que, como vimos, são fortemente baseados em Nunberg (1993), oferece uma interessante solução para o problema das interpretações de um indexical como ‘eu’.

Sendo assim, pelo que vimos, Elbourne oferece uma saída interessante, que segue os preceitos da semântica formal das línguas naturais, para lidar com os indexicais, de um modo geral, e, em particular, com suas interpretações descritivas. O preço dessa solução, contudo, é eliminar quaisquer distinções profundas entre descrições definidas e indexicais – as duas classes seriam uma só – descrições definidas –, que se diferenciam com relação à presença de material descritivo e quanto ao uso de material extralinguístico para chegar à sua interpretação final.

Assim, indexicais seriam descrições definidas que podem ter seu material descritivo formado a partir de elementos do contexto e, se for o caso, apontamentos. Mais adiante, exploraremos as consequências dessa manobra para teoria sobre indexicais⁸⁴. Por ora, veremos como Hunter apresenta sua teoria e discute o problema.

2.3. Hunter (2010)

Para tratarmos da teoria de Hunter (2010) é necessário, antes de mais nada, levarmos em conta o funcionamento e desenvolvimento das chamadas teorias de semântica dinâmica, em especial, a versão trabalhada pela autora da DRT – Discourse Representation Theory. Vamos trazer, portanto, nas próximas seções algumas noções básicas da teoria, em especial, utilizando a ideia de pressuposição que será de grande importância para o entendimento da teoria em questão e comparações com as teorias de semântica clássica (como de Kaplan); para posteriormente, apresentar o modelo específico proposto por Hunter para lidar com as leituras descritivas dos indexicais.

⁸⁴ Ver seção 2.3.9. e 3.2. para maiores detalhes.

2.3.1. Uma alternativa à Semântica Tradicional: Semântica Dinâmica e a DRT

É atribuída à Semântica Tradicional grandes desenvolvimentos dentro da Filosofia e da Linguística. A formalização de fenômenos das mais diversas naturezas, desde pressuposições até acarretamentos, parecem se encaixar bem, ao menos num primeiro momento, dentro das teorias clássicas semânticas. Contudo, intuitivamente, existem certos fenômenos linguísticos, como pressuposições envolvendo leituras descritivas dos indexicais⁸⁵ que, para serem explicados, parecem demandar um mecanismo um pouco diferente, que vão além do nível sentencial e que apelam, portanto, ao discurso, considerando a informação como um fluxo, como algo que pode ser aumentado e manipulado.

Por conta desta necessidade, surgiram nos anos 1980, nos EUA e na Europa Ocidental, as Semânticas Dinâmicas, capazes, justamente, de trabalhar com discursos, relacionando os níveis sentenciais (e indo além deles). Essas semânticas podem ser caracterizadas, grosso modo, por considerarem que (i) o fluxo de informação aumenta com o tempo, (ii) as sentenças de um discurso são interpretadas diante e em função de um contexto, e (iii) a contribuição das sentenças, para além de seu valor de verdade, é seu potencial de mudança de contexto (ou seja, de que modo o contexto é alterado depois da computação de uma dada sentença). Podemos dizer que a interpretação/computação de uma sentença num contexto é agora vista como um processo pelo qual o contexto passa, e então o resultado é um contexto alterado justamente pela contribuição da sentença em questão.

Numa “semântica estática”, como relatam Cann *et al.* (2009, p. 147)

[...] cada sentença bem formada expressa uma proposição que pode ser avaliada veri-condicionalmente, e nenhum nível acima do sentencial é relevante para a interpretação. O contexto em que cada sentença é processada (textual, discurso ou diálogo) não é levado em consideração quando as sentenças são interpretadas.⁸⁶

Ao passarmos para uma “semântica dinâmica”, segundo Chierchia (2003, p. 578):

Parece legítimo dizer que o novo tratamento é mais dinâmico que o anterior na medida em que vê no significado não mais um conteúdo, e sim a maneira como uma sentença pode mudar o estado de informação dos falantes.

⁸⁵ Ver seções 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.8.

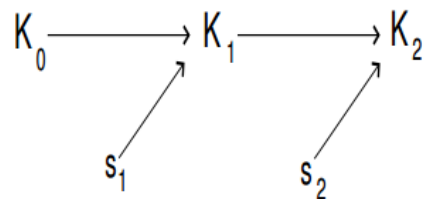
⁸⁶ “[...] each well-formed sentence is taken to express a truth-evaluable proposition, and no level above the sentence is recognised as relevant to interpretation. The context in which each sentence is processed (textual, discourse or dialogue) is not taken into account when sentences are interpreted.”

Essas ideias, obviamente, podem ser implementadas de diferentes maneiras: aqui utilizaremos a DRT, pela simples razão de que a alternativa pressuposicional para indexicais que analisaremos são feitas no âmbito dessa teoria.

Começemos pela ideia de que a interpretação de sentenças seja feita diante de um contexto e que o conteúdo de uma sentença muda o contexto e o estado de informação dos participantes de uma dada conversação; como diz Kamp (1995, p. 253): “[...] interpretação da(s) sentença(s) quase sempre envolve referência ao contexto em que a sentença é usada.”⁸⁷

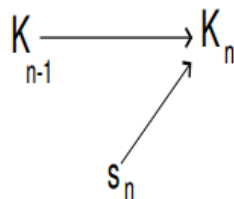
Assim sendo, é necessário que o contexto de trechos anteriores de um discurso seja mobilizado para a interpretação de uma nova sentença desse discurso: “[...] para fazer sentido uma sentença dentro de um discurso, o intérprete deve conectá-la à interpretação que ele atribuiu às sentenças que a precedem” (Chierchia, pp. 576-580, 2003).⁸⁸

Isso pode ser graficamente representado como abaixo:



Nesse gráfico, **K** representa o contexto, **s** representa uma sentença qualquer. Sendo assim, **K₀** pode ser considerado como o contexto inicial, que engloba o conhecimento compartilhado⁸⁹ pelos participantes de um dado discurso. Como podemos ver, a computação de uma sentença **s₁** tem como resultado uma alteração no contexto, que passará, por exemplo, a ser **K₁**, e assim sucessivamente.

O esquema abaixo representa a generalização desse procedimento:



⁸⁷ “[...]sentence interpretation nearly always involves reference to the context in which the sentence is used.

⁸⁸ “[...]to make sense of a discourse-internal sentence the interpreter must connect it with the interpretation he has assigned to the sentences preceding it”

⁸⁹ Também conhecido como “fundo conversacional”.

Passando às características mais importantes da DRT, temos que ela postula um nível de interpretação que corresponde à representação do discurso (e dos referentes discursivos). Conforme explicitam Geurts e Beaver (2011):

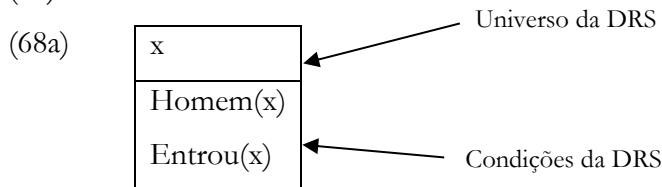
A principal (e mais controversa) inovação da DRT [...] é que ela introduziu um nível de representação mental chamada de estrutura de representação discursiva (DRS). A ideia básica é bem direta. Um ouvinte constrói uma representação mental do discurso à medida que ele o desdobra, e toda sentença que chega acaba adicionando material à representação. Essa discussão sempre foi comum na psicologia da linguagem. O princípio da DRT é que isso deveria ser o ponto de partida para uma teoria semântica.⁹⁰

Como podemos ver, os esquemas acima ilustram bem a ideia que os autores expressam na citação que acabamos de ver. Para dar conta desse modelo e do processamento do discurso, através de “estruturas de representação do discurso” (DRS), a DRT tem os seguintes ingredientes:

- ➔ uma definição recursiva do conjunto de todas as DRS bem formadas;
- ➔ um modelo teórico semântico para os membros desse conjunto;
- ➔ um procedimento de construção, que especifica como ampliar uma dada DRS, quando surge uma nova sentença.

As DRSs são formadas por duas partes, numa delas estão os referentes discursivos, que é a parte conhecida como universo da DRS, e na outra está o conjunto de condições, que são as predicções atribuídas aos referentes discursivos. Em geral, as DRSs são representadas graficamente através de caixas. Se tomarmos a sentença abaixo como exemplo, sua DRS seria como em (68a):

(68) Um homem entrou⁹¹.



⁹⁰ “DRT’s main (and most controversial) innovation [...] is that it introduced a level of mental representations, called discourse representation structures (DRSs). The basic idea is rather straightforward. It is that a hearer builds up a mental representation of the discourse as it unfolds, and that every incoming sentence prompts additions to that representation. This picture has always been commonplace in the psychology of language. DRT’s principal tenet is that it should be the starting point for semantic theory, too.”

⁹¹ Como é possível ver, na DRT, os indefinidos não são interpretados como um quantificador existencial. Não exploraremos esse fato aqui, mas é importante notá-lo, pois através dele várias propriedades peculiares dos indefinidos podem ser capturadas.

Para dar conta do fluxo de informação, a DRT possui mecanismos de encadeamentos de informações sentenciais, conhecidos como “DRS-merge”, que podem ser expressos como abaixo, segundo Geurts e Beaver (2011):

DRS-merge

- $\mathbf{K} \oplus \mathbf{K}' = \langle U_{\mathbf{K}} \cup U_{\mathbf{K}'}, Con_{\mathbf{K}} \cup Con_{\mathbf{K}'} \rangle$

Ou seja, as sentenças de um dado discurso, ao somarem-se no fluxo da conversão, acrescentam a um dado contexto \mathbf{K} os referentes discursivos e as condições aplicadas a eles presentes na nova/próxima sentença. Desse modo, é possível capturar o aumento do fluxo de informação apresentado por um dado discurso.

Apenas para dar um exemplo de como a DRS-merge opera, vamos adaptar a análise oferecida por Cann *et al.* (2009, pp. 153-154) através da sequência:

(69) Um fazendeiro entrou.

x
Fazendeiro(x)
Entrou(x)

(70) Ele tem um burro e ele está orgulhoso.

x, y, z, u
Fazendeiro(x)
Entrou(x)
y=x
Burro(z)
Tem(y, z)
Orgulhoso(u)
u=x

(71) João o alimentou.

x, y, z, u, j, w
Fazendeiro(x)
Entrou(x)
y=x
Burro(z)
Tem(y, z)
Orgulhoso(u)
u=x
João=j
Alimentou(j, w)
w=z

Os pronomes são introduzidos no universo de discurso – no caso, ‘y’, ‘u’ e ‘w’ como pronomes – e trazem como condições uma identidade – ‘y=x’, ‘u=x’, ‘w=z’ – com algum outro elemento do universo de discurso. Essa característica captura o fato de que os pronomes são termos anafóricos.⁹²

Vejamos ainda duas outras características importantes da DRT e das DRS: o encaixamento e a acessibilidade.

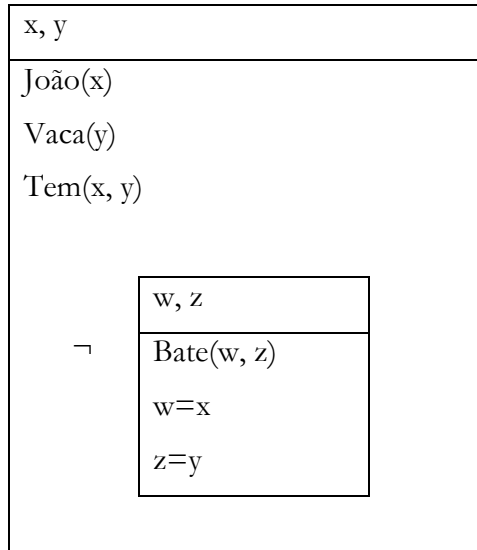
Algumas expressões introduzem condições atômicas nas DRSs, como é o caso dos indefinidos, dos nomes próprios e dos pronomes. Contudo, além das condições atômicas, há condições que se aplicam (recursivamente) às próprias DRSs, de modo que umas se encaixam (i.e., estejam, num certo sentido, subordinadas) em outras. Esse é o caso do que acontece com que a negação e os condicionais, por exemplo. Para ilustrar o encaixamento, tomemos a sequência abaixo, considerando com especial cuidado a negação:

(72) João tem uma vaca.

x, y
João(x)
Vaca(y)
Tem(x, y)

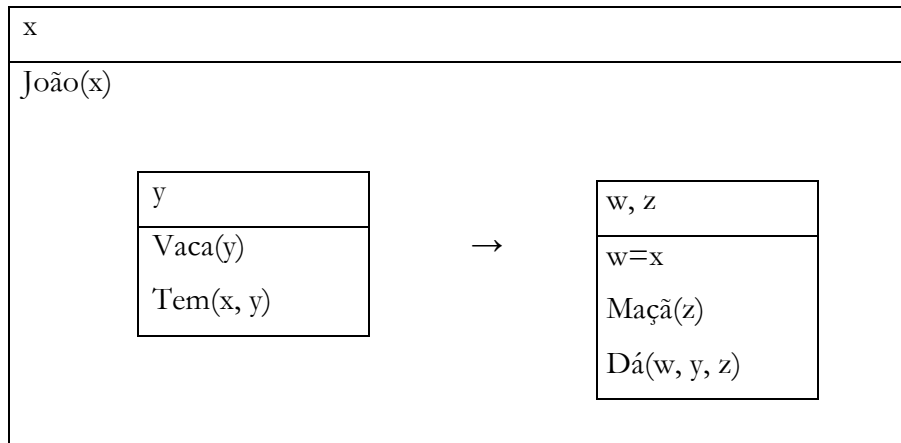
⁹² Para maiores detalhes da importância da anáfora e sua aplicabilidade na DRT, ver Hunter (2010; 2012).

(73) Ele não bate nela.



Ao tratarmos de uma sentença com um condicional, o que temos é o seguinte:

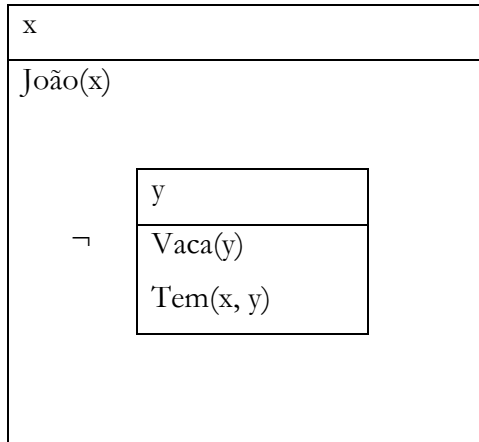
(74) Se João tem uma vaca, ele dá maçã para ela.



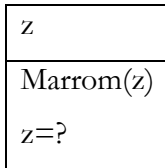
Em ambos os casos, além de termos exemplos de condições que se aplicam a DRSs e criam novas DRSs dentro de outras – chamadas às vezes de sub-DRSs; vemos também que certos referentes discursivos aparecem somente dentro de algumas sub-DRSs. Esse fato poderia, por exemplo ser usado para explicar (im)possibilidade de certas anáforas.

Para ilustrar esse fenômeno, e introduzir a ideia de acessibilidade em DRT, consideremos a sequência abaixo e suas DRSs:

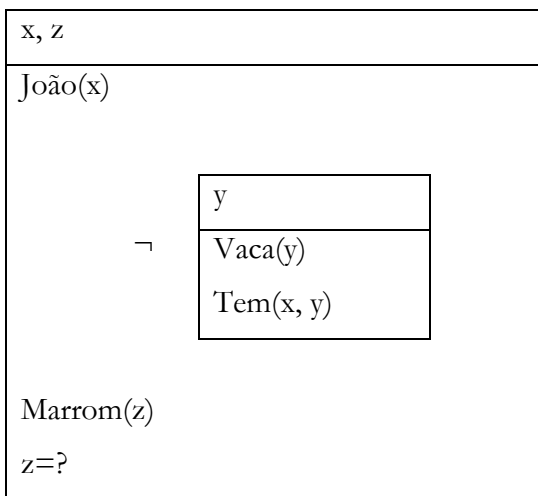
(75) João não tem uma vaca.



(76) Ela é marrom.



A DRS abaixo de (76) indica, com a condição ‘z=?’, que temos um pronome que não encontrou ainda seu antecedente. Ao combinarmos (75) e (76), usando a regra de DRS-merge, o resultado é como abaixo:



Assim como a sequência em língua natural “João não tem uma vaca. Ela é marrom.” é ruim pois falta saber a quem ou ao que o pronome ‘ela’ se refere, vemos que na DRS acima a previsão é que sequência seja de fato ruim – como indica a linha ‘z=?’; o pronome ela não encontra um

antecedente. Isso se dá porque ‘vaca’ (i.e., y , dado que ‘ $Vaca(y)$ ’) está numa sub-DRS que não está acessível à DRS principal, e, portanto, não pode fornecer antecedentes para os pronomes (i.e., as representações dos pronomes) que lá aparecem, como é o caso de ‘ z ’.

Como podemos ver, a acessibilidade é uma importante relação entre DRSs e uma parte fundamental da DRT. Seguindo Cann *et al.* (2009, p. 164), podemos definir acessibilidade, ou melhor a restrição de acessibilidade, como segue: “Restrição de acessibilidade: um referente discursivo x que é inserido em uma DRS como resultado do processamento de um pronome deve ser igualado a algum referente discursivo y , o qual é um membro do universo acessível da DRS em que x ocorre.”⁹³

Precisamos ainda de uma definição de universo acessível, U_K , de uma DRS_K . Tal noção pode ser entendida como: o universo acessível de uma DRS_K é composto pela união do universo de todas as DRS que a encaixam (i.e., contém), além de seu próprio universo.

Se usarmos uma representação na qual as sub-DRSs são numeradas, de modo que a DRS maior seja o número 1, e considerando o esquema abaixo (adaptado de Geurts e Beaver, 2011):

$$[1 \dots [2 \dots] \Rightarrow [3 \dots \neg[4 \dots]]]$$

Podemos dizer que o universo das DRSs consideradas incluem o seu próprio e o de nenhuma (sub-)DRS que excede seu próprio. Assim, a DRS marcada como 4 tem acesso ao seu próprio universo e ao universo de todas as outras DRSs; porém, a DRS em 2 tem acesso ao seu próprio universo e ao da DRS marcada como 1.

Se adaptar essa notação aos exemplos (75) e (76), veremos que ‘ z ’ não tem acesso ao referente discursivo y :

$$[1 \ x, z: João(x), \neg[2 \ y:Vaca(y), Tem(x,y)], Marrom(z)]^{94}$$

Ao lado desses elementos e das regras de construções de DRSs, a DRT conta também com regras de interpretação semântica composicionais e recursivas. Não entraremos nessas regras, pois elas não serão estritamente necessárias para explicar o fenômeno em foco. Com o conteúdo apresentado do funcionamento da DRT, e conseqüentemente, da DRSs podemos partir para o nosso próximo

⁹³ “Accessibility constraint: a discourse referent x which is inserted in a DRS as a result of processing a pronoun must be equated to some discourse referent y which is a member of the accessible universe of the DRS in which x occurs.”

⁹⁴ Nessa notação, o universo da DRS aparece antes dos dois pontos, e as condições, depois dele.

tópico: as pressuposições. Na próxima seção, portanto, lidaremos com o fenômeno da pressuposição, alguns de seus desenvolvimentos e sua implementação na DRT.

2.3.2. Pressuposição

A pressuposição é certamente um dos mais importantes e estudados fenômenos semânticos, e faz parte do que podemos chamar de “nexos de significação”, ao dar-se na relação entre sentenças num dado contexto/discurso.

Nesta seção, procuraremos apresentar algumas das principais características desse fenômeno, que é parte fundamental do funcionamento da DRT, bem como suas definições.

Em primeiro lugar, é importante separar “pressuposição” como um termo técnico, a ser estudado pela semântica e pela pragmática, da ideia de “pressuposição” corrente, presente na linguagem comum. Na primeira acepção, a que nos interessa, devemos entender pressuposição como certas informações linguísticas que os participantes de uma conversação assumem como certo, ou seja, assumem que ambos sabem ou consideram como sendo o caso. Essa definição é ainda um pouco ampla demais, pois, através dela, podemos considerar, por exemplo, como sendo uma pressuposição “saber que estamos falando em português”, no caso de uma conversa em português. Apesar de parecer correto e intuitivo, informações desse tipo não são tratadas por teorias semânticas e não configuram fenômenos linguísticos típicos. De fato, esse tipo de conhecimento pode ser associado ao que se chama de “pressuposição conversacional”, “pragmática” ou “do falante”, e se opõem às pressuposições ligadas a itens linguísticos, conhecidos como “gatilhos pressuposicionais”, e que são chamadas de “pressuposição semântica” (cf. Beaver e Geurts, 2011); seriam, então, as pressuposições semânticas que nos interessam, em especial, aqui. É importante então avançarmos e precisarmos um pouco mais a ideia de pressuposição.

Uma formulação comum desse nexo de significado é a seguinte: uma sentença A pressupõe uma sentença B sempre que para A ser verdadeira ou para A ser falsa, B tem que ser verdadeira.

Vamos considerar um primeiro exemplo, com gatilho explicitado:

(77) A: Maria parou de fumar.

B: Maria fumava/já fumou antes.

A sentença A só pode ser verdadeira se a sentença B também o for; contudo, como a definição acima deixa claro, o mesmo se dá para a negação de A:

(78) negação de A: Não é verdade que (Maria parou de fumar)⁹⁵.

B: Maria fumava/já fumou antes.

Como podemos ver, também nesse caso a sentença pressuposta expressa em B também deve ser verdadeira.

Podemos então dizer que a pressuposição “sobrevive” à negação, ou seja, para verificarmos se uma sentença A pressupõe uma sentença B, podemos checar se a negação de A também pressupõe B; se de fato para a negação de A ser o caso B precisa ser verdadeira, podemos dizer que A de fato pressupõe B.

Uma maneira interessante de explorar essa definição e suas particularidades é opor esse nexo de significação a outros, principalmente o acarretamento. Tradicionalmente, acarretamentos são relações direcionais entre duas sentenças A e B⁹⁶, de modo que A acarreta B se e somente se (sse) A for verdadeira, B também o será (necessariamente). Como exemplo, podemos pensar nos seguintes casos (sempre considerando que a sentença A é verdadeira, a pergunta é saber se B também o é, ou seja, se A acarreta B):

(79) A: Maria e João chegaram.

B: Maria chegou.

(80) A: João está respirando.

B: João está vivo.

(81) A: A porta está aberta.

B: A porta não está fechada.

(82) A: Essa mistura é inodora.

B: Essa mistura não cheira como canela.

(83) A: João correu para a escola.

B: João fez alguma coisa.

Como é possível verificar, temos uma relação de acarretamento para todos os pares de sentenças acima – é interessante também notar a direcionalidade da relação: se trocarmos, por exemplo,

⁹⁵ Para evitar qualquer tipo de ambiguidade ou interação de escopo, usaremos uma negação sentencial, expressa na construção ‘não é verdade que’.

⁹⁶ Na verdade, o acarretamento pode se dar entre várias sentenças e não apenas duas. Ou seja, A acarreta um conjunto de sentenças B sse A é verdadeira, B também o é.

as sentenças nos pares (82) e (83), não teremos um acarretamento; Para o caso de (83), se João fazer alguma coisa, não podemos concluir que ele foi para a escola; para (82), se a mistura não cheirar como canela, não podemos concluir que ela é inodora.

Além disso, podemos claramente verificar que o acarretamento é um nexos de significado que, diferentemente da pressuposição, não “sobrevive” à negação. Comparemos as sequências abaixo, a primeira, (84), delas traz uma pressuposição e a segunda, (85), um acarretamento:

(84) A: João continua chegando atrasado.

Negação de A: Não é verdade que (João continua chegando atrasado).

B: João chegou atrasado antes.

(85) A: João foi assassinado.

Negação de A: Não é verdade que (João foi assassinado).

B: João está morto.

Ao passo que em (84) tanto A quanto a negação de A pressupõe B, em (85) vemos que A acarreta B, mas a negação de A não acarreta B. Logo, esses dois nexos de significado são diferentes, e essa diferença pode ser vista através do uso da negação.

Além da negação, é comum associarmos à pressuposição outros testes, constituindo assim o que Chierchia (2003, p. 542) chama de p-família, ou família pressuposicional. A p-família pode ser definida como abaixo (exemplos e numeração como no original):

“Se uma sentença A [i.e., Foi Léo quem trouxe a sobremesa] pressupõe uma sentença B, também a negação de A, e suas versões interrogativa ou hipotética pressupõem B:

2. a. Não foi Léo quem trouxe a sobremesa.
b. Foi Léo quem trouxe a sobremesa?
c. Se foi Léo quem trouxe a sobremesa, estamos sem sorte, porque ele é um péssimo cozinheiro.
(a)-(c) pressupõem: Alguém trouxe a sobremesa.”

Com o teste da p-família temos então um modo de verificar empiricamente se a relação entre duas sentenças (ou seja, seu nexos de significado) é de fato uma pressuposição. Contudo, identificar uma pressuposição é apenas um primeiro passo no entendimento e descrição desse complexo fenômeno. Na sequência, tratamos de alguns – mas, obviamente, não todos – aspectos importantes

da pressuposição, como os gatilhos pressuposicionais, a projeção das pressuposições e a acomodação de pressuposições.

2.3.3. Gatilhos pressuposicionais

Podemos definir gatilhos pressuposicionais como itens lexicais ou construções linguísticas que, quando presentes numa dada sentença, relacionam a ela um conteúdo pressuposto. Em outras palavras, um gatilho pressuposicional é aquilo que é responsável por uma dada pressuposição ou conteúdo pressuposicional estar relacionado a uma dada proposição. Entre os gatilhos pressuposicionais mais importantes e universalmente reconhecidos pela literatura, podemos citar os seguintes, que aparecem sublinhados nas sentenças abaixo (cf. Beaver e Geurts, 2007, a partir do qual adaptamos os exemplos abaixo; o símbolo “→” indica a pressuposição):

- Verbos factivos
João sabe que ele está vendo o fim da Copa de 2014.
→ João está vendo o fim da Copa de 2014
- Verbos aspectuais
O Brasil parou de/continua a estocar petróleo.
→ O Brasil estocava petróleo (antes).
- Orações temporais encabeçados por ‘antes’, ‘depois’, etc.
João liberou o vídeo depois de/antes de sair para o shopping.
→ João saiu/foi pro shopping.
- Advérbios de modo
João rapidamente desviou da bola.
→ João desviou da bola.
- Itens lexicais particulares
João é solteiro.
→ João é não casado.
- Sentenças clivadas
Foi João quem me deu o dinheiro.
→ Alguém me deu o dinheiro.
- Quantificadores
Eu escrevi para todos os professores primários da escola.

→ Há professores primários na escolar.

- Descrições definidas

O Primeiro Ministro do Japão se levantou e manifestou seu voto.

→ O Japão tem um (único) primeiro ministro.

- Nomes

O autor é Machado de Assis.

→ Machado de Assis existe.

- Entoação (para dar foco, ou contraste)

ELE me deu o dinheiro.

→ Alguém me deu o dinheiro.

Os exemplos acima não esgotam a lista dos gatilhos pressuposicionais conhecidos, mas já serve para ilustrar o quanto o fenômeno da pressuposição está comumente presente nas línguas naturais. Mesmo com essa grande variedade de gatilhos, é interessante notar como o fenômeno é robusto, e merece uma explicação unificada. Por ora, nossa primeira descrição do que vem a ser um conteúdo pressuposto – “Uma sentença A pressupõe uma sentença B sempre que para A ser verdadeira ou para A ser falsa, B tem que ser verdadeira” – ainda captura os casos que acabamos de ver.

Com a ideia “um pouco mais clara” que pressuposições podem ser associadas a sentenças devido à presença de um gatilho pressuposicional, passemos abaixo à projeção das pressuposições.

2.3.4. Projeção das pressuposições

Não seria incorreto dizer que o problema da projeção das pressuposições é um dos mais complexos e mais bem estudados dos fenômenos relacionados à pressuposição em língua natural. O que está envolvido nesse problema, basicamente, é sabermos se e quando (i.e., sob quais condições) pressuposições associadas a sentenças simples se mantêm, ou seja, se projetam para sentenças mais complexas.

Na verdade, ao lançarmos mão do teste da p-família o que fizemos foi explorar a projeção de pressuposições. Reinterpretando esse teste, podemos dizer que se um dado conteúdo é pressuposto por uma sentença A, esse conteúdo se projeta quando A é negada, está sob uma interrogação, ou é o antecedente de uma sentença condicional. Uma pressuposição de uma sentença A é projetada quando ela se mantêm nos casos em que a sentença A está encaixada sob certas construções, ou no escopo de alguns operadores.

Como mais um exemplo, vejamos de que modo as pressuposições são projetadas quando consideramos o conectivo ‘e’ (tomaremos como base o que está exposta em Chierchia, 2003, pp. 544-555). Tomemos inicialmente uma sentença simples, como (86), que pressupõe (86a):

(86) João parou de fumar.

(86a) João fumava (antes).

Ao associarmos (86) como uma outra sentença qualquer por meio do conectivo ‘e’, a pressuposição em (86a) se mantém? Se sim, podemos dizer que ela se projeta, e se não, diremos que ela não se projeta.

Tomemos então a sentença (87), e a combinação de (86) e (87) em (88) e em (89):

(87) Maria não bebe bebidas alcoólicas.

(88) João parou de fumar e Maria não bebe bebidas alcoólicas.

(86a) João fumava (antes).

(89) Maria não bebe bebidas alcoólicas e João parou de fumar.

(86a) João fumava (antes).

Como podemos ver, tanto (88) quanto (89) carregam a pressuposição indicada em (86a), portanto, podemos concluir que a pressuposição da sentença simples (86) se projeta nas sentenças complexas (88) e (89), que apresentam a conjunção ‘e’. Supondo que essa situação possa ser generalizada, a seguinte regra pode ser formulada:

$$\text{Press}(A \text{ e } B) = [\text{Press}(A) + \text{Press}(B)]$$

Em que “Press(X)” está por “pressuposições de X”.

Porém, como demonstra Chierchia (2003, pp. 545-548), as coisas não são assim tão simples, pois há um caso em que as pressuposições não se projetam, e que pode ser ilustrado como abaixo (exemplo adaptado daquele apresentado por Chierchia):

(90) João não estava em casa e Pedro percebeu que ele não tinha chegado.

Supondo que os falantes saibam que Pedro esperava João em casa, podemos supor que a segunda sentença da conjunção – “Pedro percebeu que ele [i.e., João] não tinha chegado [em casa]” – pressupõe que João não esteja em casa. Porém, em (90), a primeira sentença da conjunção – “João não estava em casa” – é justamente essa pressuposição. Logo, ao analisarmos a sentença em (90) como um todo, vemos que é pressuposto pela segunda sentença é dito explicitamente pela primeira, eliminando qualquer projeção de pressuposição (justamente porque o conteúdo pressuposto é dito/explicitado) pela primeira sentença.

Como mostra Chierchia, tal caso é ilustrativo e pode ser generalizado, de modo assim a capturar a dinâmica da projeção de pressuposição quando temos uma sentença complexa com o conectivo ‘e’. Vejamos abaixo tal generalização:

$$\text{Press}(A \text{ e } B) = [\text{Press}(A) + \text{Press}(B)] - P$$

$$\text{Press}(A) = \text{pressuposições de } A$$

$$\text{Press}(B) = \text{pressuposições de } B$$

$$P = \text{pressuposição de } B \text{ que não explicitadas ou acarretadas por } A$$

Além de itens que permitem a projeção de pressuposição sem maiores problemas, como é o caso da negação, e de itens que permitem esse tipo de projeção sob certas condições, como é o caso da conjunção ‘e’, há também itens que não permitem a projeção de pressuposição, como é caso de verbos do tipo ‘disse que’. Consideremos os exemplos abaixo:

(91) João continua a vender livros.

(92) Pedro disse que João continua a vender livros.

(93) João vendia/já vendeu livros (antes).

Ao passo que (91) pressupõem (93), o mesmo não se dá com (92): a mesma sentença que aparece em (91) encaixada sob ‘disse que’ em (92) não pressupõe mais o conteúdo em (93).

Como dissemos, a projeção das pressuposições é um fenômeno extremamente complexo e aqui nos basta apenas notá-lo. Vejamos agora do que consiste se fenômeno conhecido como “acomodação de pressuposição” que será relevante para a compreensão das leituras descritivas dos indexicais.

2.3.5. Acomodação de pressuposição

Vimos anteriormente que pressuposições são, num certo sentido, informações dadas por certo e mutuamente compartilhadas pelos participantes de uma conversação. Contudo, não são incomuns situações nas quais sentenças que carregam pressuposições sejam usadas num discurso ou conversação sem que as pressuposições exigidas estejam de fato presentes no fundo conversacional⁹⁷. Tomemos um exemplo:

(94) Minha irmã se separou no ano passado.

Imagine a sentença (94) sendo usado numa conversação entre duas pessoas, A e B, e que não seja conhecimento compartilhado que A, o falante, tem uma irmã e que era ela casada. O ouvinte, B, e qualquer falante de português brasileiro, na verdade, não verá problema em aceitar (94), mesmo que as pressuposições dessa sentença – A tem uma irmã, a irmã de A casou – não estejam presentes no fundo conversacional, ou, como dissemos, não sejam conhecimento compartilhado.

O que acontece, no cenário descrito acima para a sentença (94), é que suas pressuposições passam automaticamente a fazer parte do fundo conversacional – elas são acomodadas.

Karttunen (1974, p. 191), descreve e define esse fenômeno como abaixo:

“Uma conversa comum nem sempre ocorre da maneira ideal e ordenada descrita anteriormente. As pessoas fazem saltos e atalhos usando sentenças cujas pressuposições não são satisfeitas no contexto conversacional. Essa é a regra e não a exceção [...] acho que podemos afirmar que uma sentença é sempre considerada como um adicional para um contexto que satisfaz suas pressuposições. Se o contexto de conversação atual não é suficiente, então o ouvinte tem o direito e podemos inclusive esperar que ele alargue o contexto conforme necessário.”⁹⁸

Von Stechow (2008, p. 137) apresenta uma versão mais enxuta e contemporânea do que vem a ser o fenômeno da acomodação: “A acomodação da pressuposição é o processo pelo qual o contexto é ajustado silenciosamente e sem maiores problemas para aceitar o proferimento de uma sentença que impõe certos requisitos no contexto em que ela é processada.”⁹⁹

⁹⁷ Background.

⁹⁸ “Ordinary conversation does not always proceed in the ideal orderly fashion described earlier. People do make leaps and shortcuts by using sentences whose presuppositions are not satisfied in the conversational context. This is the rule rather than the exception [...] I think we can maintain that a sentence is always taken to be an increment to a context that satisfies its presuppositions. If the current conversational context does not suffice, the listener is entitled and expected to extend it as required.”

⁹⁹ “Presupposition accommodation is the process by which the context is adjusted quietly and without fuss to accept the utterance of a sentence that imposes certain requirements on the context in which it is processed.”

O mecanismo por trás das acomodações de pressuposições pode ser descrito como segue:

Se uma sentença A aparece num determinado ponto em uma conversação ou discurso, e as pressuposições de A não fazem parte do fundo conversacional, então:

→ as pressuposições de A passam a fazer parte do fundo conversacional;

→ desde que as pressuposições de A não entrem em contradição com outras informações já presentes no fundo conversacional.

A descrição que fizemos acima deve muito à formulação de (Lewis 1979 *apud* von Stechow, p. 144, 2008) que reproduzimos abaixo:

“A Regra da Acomodação para a Pressuposição
Se no tempo t algo é dito que requer que a pressuposição P seja aceitável, e se P não é pressuposto imediatamente antes de t, então - ceteris paribus e dentro de certos limites - a pressuposição P passa a existir em t.”¹⁰⁰

Como podemos ver, o mecanismo acima torna a conversação muito mais dinâmica, tirando dos seus participantes a necessidade de explicitar todas as pressuposições que uma interação envolve.

Os casos em que a acomodação não acontece podem ser ilustrados pelos exemplos abaixo:

(95) ?? A: Eu não tenho animais de estimação, mas minha cachorrinha deu cria.

A sentença em (95) é claramente ruim, e o motivo para tanto é que a primeira parte dela (“Eu não tenho animais de estimação”) traz uma informação que se choca diretamente com a pressuposição da segunda parte (o falante tem animais de estimação).

Nem precisamos dizer, a caracterização que fizemos aqui é bastante sumária e deixa de lado não só diversos pormenores e detalhes importantes, mas também os problemas que as teorias de acomodação têm que enfrentar. Mais uma vez, nossa intenção é apenas “mapear” alguns dos principais problemas e fenômenos que envolvem pressuposição nas línguas naturais. Sendo assim, passemos na seção abaixo ao tratamento das pressuposições em DRT.

2.3.6. Pressuposições na DRT

Os pronomes, na DRT, estão associados a uma condição segundo a qual eles devem ser iguais/idênticos a um (respectivo) referente discursivo já introduzido anteriormente nas DRSs que

¹⁰⁰ “The Rule of Accommodation for Presupposition

If at time t something is said that requires presupposition P to be acceptable, and if P is not presupposed just before t, then — ceteris paribus and within certain limits — presupposition P comes into existence at t.”

esteja acessível a eles. Vários autores associam esse vínculo anafórico de pronomes ao funcionamento de pressuposições devido ao fato de que, em ambos os casos, uma determinada informação depende da presença e disponibilidade de informações anteriores. Assim sendo, em DRT, um item que dispara uma pressuposição indica que uma informação (i.e., a pressuposição relevante) esteja disponível em DRSs anteriores – é nesse sentido que pressuposição e anáfora são próximas. Contudo, diferentemente da interpretação de pronomes (e de anáforas em geral), a pressuposição, como vimos, pode ser acomodada (dentro de certos limites, que é quando não há contradição com as informações já presentes). Como explicitam Beaver e Geurts (2007):

Pressupostos, de acordo com a teoria, introduzem informações que preferem estar vinculadas a referentes discursivos que já estão disponíveis na DRS, como pronomes. Entretanto, se um referente discursivo adequado não estiver disponível, um novo será acomodado, e a pressuposição estará ligada a ele. De um modo geral, a acomodação não é uma opção na interpretação dos pronomes, e uma possível razão para isso é que o conteúdo descritivo dos pronomes é relativamente pobre.¹⁰¹

Hunter pede para considerar o discurso (i.e., a computação sucessiva de sentenças) como gerando uma série hierárquica de DRSs, de modo que a primeira delas (a DRS global) seja numerada como K_0 e as demais sucessivamente como $K_1, K_2, K_3, \dots, K_n$. Vamos supor agora que uma pressuposição φ seja disparada por algum item ou estrutura em K_n ; sendo assim, segundo Hunter (2010): “ φ será resolvido em K_0, \dots, K_n [...] apenas no caso de alguma subsequência $K_i, \dots, K_m, m \leq n$ satisfazer a pressuposição.”¹⁰²

É justamente nesses moldes que Hunter (2010; 2012) procurará lidar com indexicais, propondo um operador, notado como \uparrow ¹⁰³ que, prefaciado a uma dada expressão – no caso, indexicais –, indicará que tal expressão carrega uma pressuposição que deverá ser revolvida no contexto mais global possível.

Apenas para termos uma ideia desse tratamento, uma formalização envolvendo esse operador para um indexical comum (não-descritivo) teríamos:

¹⁰¹ “Presuppositions, according to the theory, introduce information that prefers to be linked to discourse referents that are already available in the DRS, and in this respect they are like pronouns. However, if a suitable discourse referent is not available, a new one will be accommodated, and the presupposition is linked to that. Generally speaking, accommodation is not an option in the interpretation of pronouns, and a possible reason for this is that a pronoun's descriptive content is relatively poor.”

¹⁰² φ will be resolved in K_0, \dots, K_n [...] just in case some subsequence $K_i, \dots, K_m, m \leq n$ satisfies the presupposition.

¹⁰³ Não entraremos em maiores detalhes, mas é importante ressaltarmos a existência de tal operador, no tratamento das DRSs, para dar conta dos indexicais. O operador em questão, por exemplo, força a resolução da pressuposição trazida pelo indexical na DRS mais global possível. Para compreensão dos indexicais descritivos, contudo, nos focaremos em outros operadores específicos. Para maiores detalhes sobre o operador \uparrow , ver dall’Ava (2015).

(96) Eu estou cansado.

Na proposta de Hunter (2010, p. 29) para entrada lexical de “eu” temos:

$$[[\text{eu}]] = \lambda P(\exists x' (\uparrow \exists e_\pi (\text{ag}(e_\pi, x') \wedge e_\pi = ?) \wedge P(x')))$$

Nesta fórmula, podemos identificar os seguintes componentes principais:

P uma variável de uma propriedade;

$\uparrow \exists e_\pi (\text{ag}(e_\pi, x') \wedge e_\pi = ?)$ material pressuposto que deve ser buscado na DRS mais global possível, a começar por \mathbf{K}_0 ¹⁰⁴;

$e_\pi = ?$ indica que estamos diante de algo como uma anáfora, que será resolvida justamente na DRS mais global possível pois está no escopo de \uparrow ;

Resumindo: o indexical ‘eu’ pressupõe um evento de proferimento ($e_\pi = ?$), que deve ser buscado na DRS mais global possível, para que possamos identificar o agente de (e_π, x'); feito isso, podemos atribuir a propriedade **P** a x' . Usando o modelo das caixinhas (simplicadamente), para ‘eu’ em (96) teríamos:

\mathbf{K}_0	$e_{\pi 1}$
	$E_\pi(e_{\pi 1})$
	$\text{ag}(e_{\pi 1}, x_0) = \text{John_Lennon}$

¹⁰⁴ \mathbf{K}_0 , em geral, é a primeira DRS construída e avaliada, e muito comumente (mas não necessariamente), a mais global.

K₁

x'
cansado(x)
x = John_Lennon

Contudo, nosso objetivo, daqui em diante, é justamente avaliar, com base em dados do PB, a teoria de Hunter (2010; 2012) e de que modo ela possa ser (ou não) empiricamente superior à proposta de Kaplan (1989) avaliando os indexicais descritivos.

Na próxima seção focaremos em como as leituras descritivas dos indexicais são compreendidas dentro da DRT de Hunter (2010), levando em conta as pressuposições, e posteriormente, sua forma lógica.

2.3.7. Sobre os indexicais descritivos em Hunter (2010)

Ao apresentar o problema envolvendo os indexicais descritivos, Hunter (2010), assim como Elbourne (2008) e Nunberg (1993, 2004), começa criticando o modelo kaplaniano (1989). Como já vimos, as leituras descritivas das sentenças abaixo, apesar de intuitivas, não são previstas num modelo kaplaniano:

(97) (Dito por um juiz da Suprema Corte dos EUA): Se os democratas tivessem vencido as últimas eleições presidenciais, *nós* poderíamos ser liberais.

(98) (Dito dois dias antes do Natal): *Amanhã* é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

E como já vimos também, as leituras pretendidas de (97) e (98) são capturadas por (99) e (100), respectivamente, através de uma leitura descritiva dos indexicais em questão, ‘nós’ e ‘amanhã’:

(99) Se os democratas tivessem vencido as últimas eleições presidenciais, *os juízes do Supremo Tribunal* poderiam ser liberais.

(100) *A véspera de Natal* é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

Contudo, apesar de Hunter (2010) concordar com Elbourne (2008) quanto à impossibilidade de leitura descritiva dos indexicais no modelo kaplaniano conforme apresentando em 1989, a autora discorda que tipo de abordagem tomar para lidar com a questão. Para Hunter, diferentemente de Nunberg/Elbourne a resolução da questão se encontra na Pragmática e não na Semântica. Ou seja, em princípio, seja uma teoria como a LD de Kaplan, seja uma teoria como aquela proposta por Hunter (denominada PI¹⁰⁵), se ela for receber um tratamento pragmático, isso será necessário e suficiente para tratar dos indexicais descritivos; dessa forma, Hunter (2010), vai oferecer os elementos para uma (possível) solução do problema, segundo a qual os indexicais sempre mantêm seus significados padrão no nível da forma lógica, mas em certos casos, um material é adicionado a essas interpretações durante o processo de composição, com o objetivo de reparar as predicções que sejam problemáticas. O argumento da autora prossegue, então, em três etapas:

- ➔ Primeiro, ela considera que o argumento de Nunberg/Elbourne contra uma abordagem pragmática dos indexicais descritivos, como o proposto em Recanati (1993) e Hunter (2010), não é convincente.
- ➔ Segundo, embora PI rejeite a estrutura bidimensional da LD (pois divide o item linguístico analisado em *caráter* e *conteúdo*), ela não rejeita as características epistemológicas da LD que Nunberg e Elbourne criticam. A PI sempre se refere a um agente de um evento enunciado; 'hoje', por exemplo, se refere ao dia do enunciado ou, talvez, um período geral que incluía também o dia da pronúncia (como os casos envolvendo os indexicais descritivos). Os indexicais nunca são interpretados como descrições definidas no PI¹⁰⁶. PI e LD concordam sobre os tipos de significado que precisam ser analisados em uma semântica envolvendo indexicais; elas discordam, contudo, sobre a análise formal (bidimensional para LD, unidimensional para PI) desses significados envolvidos.
- ➔ Além disso, como veremos, a autora esboça uma solução pragmática e argumenta que essa abordagem pragmática é mais desejável que a proposta de Nunberg/Elbourne.

Antes de partirmos para solução que a autora sugere, contudo, veremos como ela observa e classifica o fenômeno envolvendo os indexicais descritivos.

¹⁰⁵ Presuppositional Indexicals: um dos conceitos levantados na DRT em que indexicais trazem pressupostos. Também pode ser compreendido como a versão da DRT defendida por Hunter (2010).

¹⁰⁶ Ao menos envolvendo apenas a Semântica.

2.3.8. Reconstruções Intensionais e Coerções Quantificacionais

Boa parte dos dados que Hunter (2010) utiliza são emprestados ou adaptados de Nunberg (1993), porém, enquanto Nunberg trata esses dados como sendo apenas um fenômeno, a autora crê que eles não formem uma classe homogênea; para Hunter, então, existem duas subclasses, como vimos rapidamente na seção 1.3.1. . A primeira delas é chamada de reconstrução intensional e será representada em exemplos como os abaixo:

(101) (Dirigindo-se à Câmara dos Deputados:) Se o talibã estivesse no comando, *vocês* seriam homens.

(102) Você deveria ter verificado o olho mágico. *Eu* poderia ser um ladrão.

(103) (Apontando para Obama em 2014:) Se os republicanos tivessem ganho a última eleição, *ele* seria um homem branco velho.

(104) (Dito em 25 de novembro por alguém nascido em 25 de novembro:) Se eu tivesse nascido um mês depois, teria recebido muito mais presentes *hoje*.

Como já vimos, esses exemplos podem ser parafraseados substituindo os indexicais por descrições definidas. Além disso, as leituras descritivas nesses exemplos são desencadeadas pela presença de operadores intensionais¹⁰⁷: se os removêssemos, não haveria esse tipo de leitura.

Um outro fenômeno semelhante é coerção quantificacional, que surge quando os indexicais interagem com certos quantificadores:

(98) *Amanhã* é sempre o dia mais movimentado para viajar.

(105) (Apontando para o vice-presidente:) *Ele* geralmente é de um partido diferente do presidente.

(106) O tráfego raramente é pesado *nesse fim de semana*.

(107) (Apontando para uma escultura numa festa de gala:) Às vezes *isso* é feito de gelo.

Assim como ocorreu com as reconstruções intensionais, as coerções quantificacionais também podem ser parafraseados substituindo os indexicais por descrições definidas; porém o que desencadeia essa leitura, nos casos acima, é um quantificador ('raramente', 'às vezes', 'geralmente', etc.). Mais adiante, veremos que essa distinção é epistemologicamente interessante, não apenas por mostrar que é possível obter leituras descritivas dos indexicais por diferentes meios, mas também quando

¹⁰⁷ Em inglês, esse operador, nos exemplos como vimos, seria o *would*. Em português esse operador está intrinsecamente ligado à morfologia verbal, mais precisamente, ao futuro do pretérito dos verbos em questão ('seria', 'teria', 'poderia', etc).

compararmos nomes e indexicais, e verificarmos que esses itens, apesar de muito semelhantes, mostram um funcionamento diferente em sentenças envolvendo coerções quantificacionais e reconstruções intensionais¹⁰⁸. Por ora, contudo, veremos como Hunter (2010) aborda Kaplan (1989).

2.3.9. Uma pequena defesa a teoria kaplaniana?

A discussão e introdução da teoria kaplaniana em Hunter (2010) é muito diferente do que ocorre em Nunberg (1993) ou Elbourne (2008). Vejamos como Kaplan representaria os exemplos abaixo:

(98) *Amanhã* é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

(98a) Sempre (t_2 é o dia mais movimentado para viajar)

(108) (Nos EUA, se um democrata tivesse ganho a última eleição governamental, então:) *Eu* poderia ter sido mexicano.

(108a) \diamond (Mexicano(a)), onde a se refere ao agente.

É claro que a abordagem kaplaniana por si só não pode gerar as leituras pretendidas de (98) e (108). Como já discutido, um tratamento kaplaniano de (98) produzirá uma leitura de acordo com o qual o dia específico do dia do proferimento é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar, como mostrado em (98a), e um tratamento kaplaniano de (108) produzirá uma leitura segundo o qual o agente pode ter sido mexicano, como mostrado em (108a). Por outro lado, a PI gerará aproximadamente a mesma forma lógica para (98), e, portanto, é claro que a PI sozinha não pode gerar a leitura pretendida.

Uma hipótese razoável é que (98a) e (108a) são as formas lógicas para (98) e (108), mas os contextos das sentenças recebem leituras envolvendo coerção quantificacional ou reconstrução intensional, o que permite uma suplementação pragmática das formas lógicas literais. O contexto, então, deixaria claro que a interpretação literal não é a desejada/apropriada, e o ouvinte utiliza de seu conhecimento para a interpretação padrão do indexical, juntamente ao contexto para construir um novo *conceito*¹⁰⁹ para interpretar o indexical em questão. Vejamos, portanto, como esse conceito pode ser construído informalmente.

¹⁰⁸ Ver seções 2.3.10 e 2.3.11. .

¹⁰⁹ Como veremos, a ideia de conceito faz parte dos fundamentos da DRT que Hunter (2010) desenvolve. Apesar da autora não definir exatamente do que se trata esse “conceito”, é possível compreender, ao menos informalmente com os exemplos abaixo do que a autora fala.

2.3.10. O primeiro passo para a resolução do problema em Hunter (2010)

Ao ouvir um enunciado como, por exemplo (98), dois dias antes do Natal, um ouvinte pode usar seu conhecimento de mundo e interpretar que o dia após o dia do proferimento também é o dia antes do Dia do Natal e assim construir um conceito do dia anterior ao Natal. O ouvinte perceberá que o falante não pretende atribuir a propriedade de “sempre” ser o dia mais movimentado para viajar para um único dia, então ele vai deixar de pensar em apenas um único dia (dado pela semântica do ‘amanhã’) para pensar sobre uma propriedade contextualmente saliente desse dia. Se isso estiver correto, então não é estritamente necessária uma revisão geral de uma teoria como a kaplaniana; apenas precisamos que essa teoria seja complementada com mecanismos pragmáticos.

Porém, como podemos lembrar na seção 2.2.1, Elbourne (2008) tem argumentos razoáveis contra uma implementação pragmática. O argumento (levando em conta os exemplos discutidos), como vimos, é vagamente o que se segue: se (98a) fosse a forma lógica de (98) e o mesmo de (108a) em relação a (108), e que os mecanismos pragmáticos eram responsáveis por fornecer formas lógicas adequadamente suplementadas, então esperávamos ver reconstruções intencionais e coerções quantificacionais em exemplos envolvendo nomes próprios. Tanto em LD quanto em PI, nomes e indexicais fazem a mesma contribuição ao conteúdo veri-condicional (LD) ou assertado (PI). Em LD, ambos contribuem com um indivíduo (ou talvez uma constante que denote o indivíduo relevante), e na PI ambos contribuem com um referente do discurso. Se os mecanismos pragmáticos funcionam nas formas lógicas nos exemplos com indexicais, por que então eles não funcionariam nas formas lógicas envolvendo os exemplos com nomes próprios?

A proposta desses autores é que os mecanismos em questão não são pragmáticos, mas surgem através da semântica (exclusiva) dos indexicais e demonstrativos. Na verdade, o que eles propõem é que mecanismos pragmáticos como os propostos, por exemplo por Hunter (2010), devem ser incorporados à semântica dos indexicais. Contudo, vale notar que isso criaria uma assimetria entre indexicais e outros termos definidos (como os nomes): apenas os indexicais teriam mecanismos pragmáticos incorporados em sua semântica.

Em defesa de sua teoria, Hunter (2010) afirma que, de fato, existe uma diferença entre nomes e indexicais quando envolvemos coerções quantificacionais ou reconstruções intensionais. No entanto, não é possível tirarmos conclusões muito precisas sobre isso. Mesmo que as coerções e reconstruções sejam mais difíceis com nomes e descrições definidas, isso não implica, necessariamente, que elas surjam de mecanismos especiais na semântica dos indexicais. Em PI, não é apenas o conteúdo

assertado de um item definido que importa; o conteúdo pressuposto é tão importante quanto, e pode fazer toda diferença em como esse item será interpretado no discurso (i.e., numa sequência de DRSs).

Além disso, a autora considera que sejam possíveis leituras envolvendo reconstruções intensionais seja com nomes, seja com descrições definidas. Veja:

(109) Ele poderia ser republicano.

(110) Obama poderia ser republicano¹¹⁰.

Ou então:

(111) Você deveria ter verificado o olho-mágico. (...)

a. Eu poderia ser um ladrão.

b. João poderia ser um ladrão.

c. Seu pai poderia ser um ladrão¹¹¹.

Ou seja: as leituras descritivas também parecem ser possíveis com descrições definidas (e nomes). Em exemplos como os acima, uma descrição definida é usada para escolher um determinado indivíduo *a*, para que possamos considerar outro indivíduo *b*, que possa ter uma propriedade *P* que *a* possua, contudo, essa propriedade não é determinada pela descrição definidas, como no exemplo, ‘seu pai’.

Contudo, nomes e descrições definidas parecem não ter a interpretação descritiva, quando tentamos forçá-los em exemplos envolvendo as coerções quantificacionais:

(112) (Apontando para Xuxa:) Ela geralmente é homem.

(113) ?? Xuxa geralmente é homem.

(114) (Pointing to Oprah:) She’s usually male.

(115) ?? Oprah is usually male.

¹¹⁰ Uma crítica menor de Hunter (2010) em relação a Elbourne (2008), é que o autor comumente utiliza uma lista de nomes (quando apresenta exemplos envolvendo nomes) para apresentar a impossibilidade leituras descritivas, ao menos da mesma maneira como ocorre com os indexicais. Para a autora, isso apenas dificulta o processamento da sentença e tira a atenção do problema central.

¹¹¹ Em inglês, segundo Hunter (2010), todos os exemplos passam gramaticalmente com o uso do artigo indefinido ‘a’ antes de ‘thief’. Em português conseguimos resultados semelhantes tanto com o uso do artigo definido, quanto do indefinido.

É muito difícil ouvir ‘Oprah’ em (115) e não atribuímos uma leitura que não seja a referencial. Para Hunter (2010), no entanto, se pluralizarmos ‘Oprah’, como ‘Oprahs’, é possível que a leitura descritiva seja razoável.¹¹² Dessa forma, a autora considera que a pluralização permite uma mudança na leitura do nome avaliado.

Perceba, contudo que no caso do PB, principalmente por conta do uso do artigo definido antes do nome, uma sentença como (113) não é necessariamente estranha. É possível, por exemplo, falarmos de ‘a Xuxa’ e ‘o Xuxa’ e estarmos nos referindo, respectivamente a ‘Maria da Graça Meneghel’ (a antiga apresentadora de programas infantis) e ‘Fernando de Queiroz Scherer’ (ao antigo nadador profissional), e sendo assim, discutível se ‘Xuxa’ geralmente é o homem ou não, e portanto, verificável e falseável – a sentença não seria, dessa forma (com a inclusão do artigo definido), estranha. Esse não é o caso em inglês, já que não é possível marcar o gênero com o uso do artigo.

Já em relação às descrições definidas, a autora simplesmente afirma que não existem exemplos de coerções quantitativas que envolvam descrições definidas¹¹³:

(116) (Numa festa de aniversário envolvendo também um noivado:) *O presente que eu lhe dei de aniversário* geralmente é feito de ouro.

(117) (Durante uma seção na Câmara dos Deputados:) *Seu professor de música* geralmente é homem.

(118) (Um empregado conversando com o seu chefe:) *Seu aniversário* é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

Respectivamente, não é possível obter/capturar as seguintes leituras:

(119) *Os anéis de noivado* geralmente são feitos de ouro.

(120) *O Presidente da Câmara* é geralmente homem.

(121) *A véspera de Natal* é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

Mesmo que o presente de aniversário seja um anel de noivado, o professor de música seja o Presidente da Câmara, e o aniversário do ouvinte seja na véspera de Natal. Ao menos nesse tipo de contexto, não é possível partir de uma descrição definida e chegar em outra.

¹¹² Se pluralizarmos o nome para ter essa leitura descritiva como em ‘Xuxas geralmente são homens’, então estaremos falando de *kind* (tipo). Para mais sobre o assunto, ver Carlson (1977).

¹¹³ Originalmente, a autora não apresenta um contexto específico para os exemplos (116), (117) e (118); cremos que a ideia seja que independentemente do contexto nunca é possível ter coerções quantitativas através de descrições definidas.

Para concluir os conceitos trazidos na teoria de Hunter (2010), vejamos como poderíamos formalizá-la.

2.3.11. Em direção à formalização de Hunter (2010)

A autora entende que nos exemplos envolvendo coerções quantificacionais existe uma tensão entre as exigências do advérbio quantificador e a interpretação padrão do indexical. O advérbio quantificador quantifica sobre um grupo de entidades (dias, eventos, situações, etc), mas é apresentado apenas a uma única entidade, ou seja, o valor de um (único) indexical. Isso leva a um problema com a construção de formas lógicas em coerções quantificacionais, que são condicionadas (ao menos, em parte) pelos tipos de predicados e argumentos, e não apenas por seus conteúdos.

Nunberg (1993) e Hunter (2010) argumentam que as interpretações literais em exemplos com coerções quantificacionais nem sequer são possíveis. Contudo, ao menos a autora concorda que essas coerções sugerem um processo que ocorre durante a composição para, de certa forma, “consertar” uma predição que consideramos problemática¹¹⁴.

Asher (2011) fornece alguns dos mecanismos que precisamos para dar conta de exemplos envolvendo a coerção quantificacional sem interferir com a semântica dos indexicais (conforme prevista na PI). No sistema de Asher, cada item lexical é atribuído a um tipo lógico, não muito diferente da gramática de Montague (1974), mas esses tipos atribuídos são relativamente mais refinados.

Quando as pressuposições falham, sob certas condições, Asher postula que um tipo especial de coerção pode ocorrer, por conta da acomodação de operação de tipo (lógico). Um conflito de tipos durante a composição pode desencadear a adição de conteúdo extra para “colar” um predicado com seu argumento em uma predicação que podemos considerar problemática, originalmente. Veja:

(122) A guitarra é barulhenta.

(123) João aproveitou o livro.

Em (122), o predicado ‘é barulhenta’ quer modificar um som (que sai da guitarra), e não o objeto concreto (a própria guitarra). Não é realmente a guitarra que é barulhenta, mas o som feito por ela. Através da coerção, não mudamos o significado ou o tipo de ‘guitarra’ ou de ‘barulhenta’, mas adicionamos material extra para que seja o som da guitarra que acabe por ser barulhento. Em (123),

¹¹⁴ Aliás, essa é a razão do nome, ao menos da parte de “coerção”: uma coerção para uma determinada interpretação.

‘aproveitar’ requer um evento de algum tipo, mas um livro não é um evento. Novamente, através da coerção, obtemos o resultado de que João aproveita fazer alguma coisa com o livro, como por exemplo, lê-lo, mas fazemos isso sem mudar o tipo ou significado do argumento ou do predicado.

Para Hunter (2010), esse tipo de coerção é exatamente o que está acontecendo nas coerções quantificacionais. Nos exemplos mostrados, há um choque entre a demanda do tipo de advérbio quantificacional (ou do contexto quantificacional) e o tipo do indexical. A ideia é que um advérbio quantificacional irá quantificar sobre um conjunto de eventos ou situações, e que levará duas proposições como argumentos. Vejamos os exemplos abaixo para compreender como podemos formalizar essa ideia:

(98) Amanhã é sempre o dia mais movimentado do ano para viajar.

Vamos assumir que ‘sempre’ quantifica sobre um conjunto de eventos ou situações, mas o único tempo que é oferecido pela sentença é dado pelo valor de ‘amanhã’, que representaremos por t_2 . Como t_2 está vinculado em um DRS maior¹¹⁵, ‘sempre’ não pode quantificar sobre ele; e como não há outro evento ou situação para quantificar, não há nada para ‘sempre’ quantificar. Em consonância com os mecanismos de Asher (2011), podemos postular uma coerção que nesse caso permitiria ‘sempre’ quantificar sobre um conjunto de eventos, que sejam como t_2 , de alguma forma, contextualmente salientes. Por exemplo, esses eventos podem compartilhar a propriedade de ‘ser a véspera de Natal’ de algum ano. O que ‘sempre’ precisaria então é uma mudança como a que segue, onde Φ variaria as propriedades:

(124) $\Phi(t_2) \rightarrow \lambda x(x \sim_p t_2 \rightarrow \Phi(x))$

O termo $(x \sim_p t_2)$ na fórmula denota uma classe de equivalência de indivíduos que são tais que cada x na classe compartilha alguma propriedade contextualmente saliente em p com t_2 . A relação p deve ser lida como “o mesmo em relação a p ” ou “compartilha p com”. A variável p varia em relação às propriedades; seu valor final é determinado pelo contexto.

¹¹⁵ Como sabemos, as DRSs são partes integrantes da DRT. Até momento, a autora havia representado as DRSs através de caixas; para as coerções quantificacionais e as reconstruções intensionais a autora prefere por não as utilizar. Seja como for, trata-se apenas de uma forma de representação do modelo teórico: as DRS, portanto, não devem, necessariamente, serem representadas por caixas. Apenas seguiremos os passos da autora ao apresentar sua explicação.

Agora como essa mudança é implementada durante a composição é uma questão considerada sensível pela autora. Em (97), por exemplo, podemos adicionar conteúdo em torno do valor de ‘amanhã’ da seguinte forma:

$$(125) \lambda P(P(t_2)) \rightarrow \lambda P \lambda x(x \sim_p t_2 \rightarrow P(x))$$

Supondo que p^{116} seja a propriedade de ‘ser o dia da véspera de Natal’, $(x \sim_p t_2)$ denota a classe de equivalência de dias que compartilham a propriedade de ‘ser o dia da véspera de Natal’ (em algum ano) com t_2 . Agora ‘sempre’ tem uma variável sobre a qual pode quantificar.

O resultado, portanto, teria a interpretação padrão do indexical inalterada, e assim, disponível (em alguma DRS) para uma posterior predicção ou referência anafórica que pudesse exigir o significado padrão do indexical avaliado.

Já para as reconstruções intensionais, vamos reconsiderar o exemplo abaixo:

(108) [Dito no Supremo Tribunal do Texas em relação ao juiz:] Se um democrata tivesse vencido as últimas eleições, então eu poderia ser um mexicano.

Suponha que (108) seja proferido pelo membro eleito pelo Supremo Tribunal do Texas, o qual não é mexicano. Imagine ainda que um candidato democrata (que perdeu) havia proposto que ele nomearia um mexicano, caso ele fosse eleito. Agora, o antecedente de (108) torna relevante todos os mundos (conjunto de mundos) que são exatamente como o nosso, salvo apenas o detalhe que nesses mundos os democratas venceram as últimas eleições. Esse conjunto de mundos, por sua vez, serve como um *background* modal para ‘poderia’. Contra esse *background* modal, uma interpretação literal entrará em conflito com o que o ouvinte provavelmente acreditará de seu próprio mundo (o conhecimento de mundo nos diz que os resultados das eleições não deveriam ter nenhuma influência sob a nacionalidade das pessoas). Sendo assim, a leitura da reconstrução intensional do exemplo seria: de acordo com o papel do juiz recentemente nomeado, embora preenchido por um não-mexicano, poderia (esse papel) ter sido preenchido por um mexicano.

Informalmente, poderíamos definir como: um indivíduo x num mundo possível w que num *background* modal antecedente tem nesse w uma propriedade contextualmente saliente que o

¹¹⁶ Na notação usada por Hunter (2010), p (minúsculo) trata-se da propriedade ‘ser o dia da véspera de Natal’, como indicamos. P (maiúsculo) é uma variável/propriedade (ou conjunto de variáveis/propriedades) em aberto.

falante/agente tem no mundo de proferimento, a saber, a propriedade de ser o juiz nomeado para a Suprema Corte do Texas (levando em consideração o evento da sentença, obviamente). Mais uma vez, precisamos adicionar conteúdo em torno da interpretação padrão de ‘eu’ para construir uma classe de indivíduos que compartilham a propriedade de ser ‘o juiz do Supremo Tribunal do Texas recentemente eleito pela Suprema Corte’ com o agente/falante da sentença. Em casos assim, no entanto, os indivíduos terão de compartilhar a propriedade em relação aos mundos possíveis em vez de compartilhá-las com as propriedades envolvendo eventos. Portanto, precisamos agora de uma relação de equivalência que seja sensível a mundos.

Formalizando, então, teremos: seja \sim_c uma relação, onde c (assim como p) é uma variável de propriedade. Depois de passar pela mudança em **(S)**, vamos obter a forma lógica em (124):

$$(S) \lambda P(P(x_a)) \rightarrow \lambda P \lambda x(x \sim_c x_a \rightarrow P(x))$$

$$(126) \diamond \forall x (x \sim_c x_a \rightarrow \text{mexicano}(x))$$

A sentença será verdadeira apenas no caso de haver um mundo w no *background* modal fornecido pelo antecedente, que é tal que todos os indivíduos que têm a propriedade c em w e que x_a tem no mundo real, são mexicanos em w .

Para finalizar a teoria de Hunter, vale notar algumas diferenças entre as coerções quantificacionais e as reconstruções intensionais.

2.3.12. Considerações finais da autora em relação as coerções quantificacionais e as reconstruções intensionais

Embora os mecanismos envolvidos nesses dois fenômenos sejam semelhantes, como pudemos ver, eles não são exatamente os mesmos. Enquanto as coerções quantificacionais envolvem algum tipo de choque entre as demandas de um advérbio quantificador e a interpretação padrão do indexical; as reconstruções intensionais parecem surgir de um choque entre uma leitura literal de uma sentença e o conhecimento de mundo do ouvinte. Dessa forma, segundo Hunter (2010), a reconstrução intensional parece ser um fenômeno muito mais pragmático.

Além disso, o fenômeno envolvendo as coerções quantificacionais é relativamente mais restrito que as reconstruções intensionais: as primeiras não parecem funcionar com descrições definidas. Em contraste, exemplos envolvendo as reconstruções intensionais são mais fáceis de gerar e funcionam com descrições definidas, conforme vimos, sucintamente, na seção 2.3.10.

2.4. Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017)

2.4.1. Fundamentação teórica da autora

Uma outra pesquisadora que faz diversas considerações teóricas sobre o funcionamento dos indexicais descritivos é K. Kijania-Placek. Sua reflexão pode ser encontrada em uma série de artigos desenvolvidos a partir dos anos 2010; aqui vamos focar em apenas 4 deles (aqueles mencionados no título da seção) que cremos apresentar o desdobramento teórico geral da autora.

O modo como a autora identifica o problema relativo aos indexicais descritivos não é muito diferente do que temos visto em outros autores até então; Kijania-Placek (2017) inclusive se apoia nos exemplos trazidos por Nunberg (1993) para elaborar sua discussão; veremos mais uma vez, portanto, o exemplo (14) da seção 1.2. aqui renumerado como (127):

(127) (Apontando para o Papa Francisco:) Ele é geralmente italiano.

Para a autora, assim como vimos até então, em (127) não se expressa uma proposição apenas sobre o Papa Francisco, mas uma proposição geral sobre todos os papas. Porque ‘geralmente’ é um quantificador que requer uma gama de valores para quantificar e como ‘ele’, em sua interpretação padrão, fornece apenas um objeto, há uma tensão¹¹⁷ nessa sentença que desencadeia a busca de uma interpretação alternativa. A tensão não é causada pelo fato de que o próprio Papa Francisco seja o referente, mas é uma tensão entre a generalidade do quantificador e a singularidade do indexical na sua interpretação padrão. Essa tensão existe independentemente de quem é o referente.

A autora propõe, então, tratar o uso descritivo de indexicais como um tipo especial de uso anafórico, que ela chama de descritivo, e assim estamos diante de uma “reconstrução anafórica”^{118, 119}. A estrutura da proposição geral é determinada por um quantificador binário (e que, portanto, tem escopo sob duas variáveis) sendo este, geralmente, o próprio quantificador que desencadeou o mecanismo da anáfora descritiva. A anáfora é descritiva no sentido que o antecedente não fornece um

¹¹⁷ *Tension*, no original. A autora não define exatamente o termo, mantendo num nível mais informal e intuitivo.

¹¹⁸ *Descriptive Anaphora*, no original. Preferimos, contudo, traduzir como “reconstrução anafórica” ao invés de “anáfora descritiva”, por receio que a segunda tradução possa implicar que se trate de um fenômeno diferente dos indexicais descritivos.

¹¹⁹ I propose treating descriptive uses of indexicals as a special kind of anaphoric use which I call descriptive (Kijania-Placek, p. 6, 2015).

referente para o pronome. Em (127), por exemplo, ‘Francisco I’ não é o valor semântico de ‘ele’, pois nenhum antecedente seria para a anáfora; ele apenas fornece o valor.¹²⁰

Assim como vimos em Nunberg (1993, 2002), Kijania-Placek (2017) também faz uma distinção entre uso desviado e uso descritivo dos indexicais em sua teoria (o uso desviado ocorre quando, por exemplo, usa-se um demonstrativo com apontamento para uma fotografia para falar sobre uma pessoa retratada na fotografia); tais usos, como vimos, já foram identificados em Nunberg (1978, 1993). Para Kijania-Placek, a diferença mais relevante entre os usos desviados e descritivos dos indexicais é que no primeiro, a proposição expressa numa sentença como:

(128) (Uma mãe identificando seu filho numa foto:) Esse é o meu filho.

É uma proposição singular; ainda que não se trate simplesmente do objeto demonstrado (por exemplo, a fotografia), mas sim sobre o objeto relacionado à fotografia pela relação de ‘ser representado na fotografia’, estamos diante de um único referente. Contudo, nos usos descritivos uma proposição geral é expressa¹²¹ e existe uma leitura descritiva do indexical avaliado, como pode ser observado em nossa descrição de (127).

Kijania-Placek (2017) também considera que sua proposta abranja a pragmática veri-condicional e que sua teoria permita: “Pragmática e semântica (...) se misturem para estabelecer o conteúdo veri-condicional.”¹²²

No caso, para estabelecer a proposição expressa, a contribuição da pragmática não deve se limitar apenas a fornecer os valores dos elementos indexicais da sentença¹²³.

Além disso, ainda levando em conta a pragmática, a autora considera que sendo o uso descritivo de um indexical o seu uso não padrão/básico; a interpretação descritiva dos indexicais (que também podem ser compreendida como o significado não-presuntivo¹²⁴) não se trata de interpretações de tipos¹²⁵, mas de tokens dos itens avaliados. O processo de interpretação descritiva é desencadeado

¹²⁰ Ver seção 2.4.4. para uma formalização mais detalhada.

¹²¹ Para maiores detalhes, ver Kijania-Placek (2012a).

¹²² Pragmatics and semantics (...) mix in fixing truth-conditional content (Recanati, p. 3, 2010 *apud* Kijania-Placek, p. 6, 2017).

¹²³ Jaszczolt (1999); Recanati (2004, 2010); Sperber e Wilson (1986, 2004); Carston (2002); Levinson (2000); Kamp (1983); Heim (1988); Macagno e Capone (2015) *apud* Kijania-Placek (2017).

¹²⁴ Em suma, o significado presuntivo considerado pela autora é o básico e trivial de um determinado item lexical. Para os indexicais é quando um item como ‘ele’ tem como referente no mundo uma determinada entidade. Para maiores detalhes, ver Levinson (2000) *apud* Kijania Placek (2017).

¹²⁵ Types.

pela inadequação semântica de seus usos padrões (presuntivos): no caso os usos dêiticos, anafóricos ou desviados; isso pode ser observado no exemplo (127) onde discutimos sobre a tensão que essa inadequação semântica provoca.

Assim como Levinson (2000), vale notar que Kijania-Placek (2017) reconhece o fato de que para toda língua para a qual já existe alguma análise linguística mínima, os linguistas notaram cinco funções para os indexicais: variável ligada, anafórica, dêitica, desviada e descritivas são realizadas pelos mesmos itens pronominais, sugerindo que as características semânticas dos indexicais abranja todas essas funções¹²⁶.

Levando em conta a abordagem admitida pela autora, faremos algumas análises gerais (ainda informais) levando em conta o exemplo (127), assim como outros exemplos que ilustrem bem a questão.

2.4.2. Análises gerais

Como vimos em (127), o significado linguístico de ‘ele’ requer referência a uma pessoa em particular, ao passo que ‘geralmente’ é um quantificador que quantifica sobre um conjunto de pessoas. Para autora, essa tensão desencadeia uma busca por uma interpretação alternativa através da anáfora descritiva que envolve ‘Francisco I’ como sendo o antecedente demonstrado. Contudo, o ‘Francisco I’ não é o valor semântico para ‘ele’; ‘ele’ sendo um antecedente NÃO É o valor da anáfora, ele apenas FORNECE esse valor. A propriedade saliente do Papa Francisco ‘ser um papa’ que é o valor semântico de ‘ele’.

Porém, essa propriedade não tem como ser simplesmente o referente do pronome avaliado; apesar da autora não deixar muito claro o motivo dessa incompatibilidade, ela provavelmente ocorre por conta dos tipos lógicos em questão: ‘ele’ exige um tipo lógico <e> (uma entidade) e não um predicado do tipo <e, t> (‘ser um papa’) como seu referente. Para dar conta disso, uma estrutura de proposição geral é determinada por um quantificador binário e a propriedade que é recuperada do contexto funciona como um conjunto de contexto¹²⁷ que limita o domínio de quantificação do quantificador¹²⁸. Em casos típicos, a reconstrução anafórica é desencadeada pelo uso de termos quantificadores como ‘tradicionalmente’, ‘sempre’ ou ‘geralmente’ em contextos que quantifiquem

¹²⁶ Levinson 2000, pp. 269-270.

¹²⁷ Context set. Para maiores detalhes ver a seção 2.4.4.

¹²⁸ Para maiores detalhes ver a seção 2.4.4.

sobre as mesmas entidades que os indexicais avaliados na sentença em questão. No caso de (127), é justamente esse quantificador que desencadeia o mecanismo da reconstrução anafórica.

Vejamos um outro exemplo que a autora considera e que ilustre bem a relação do quantificador com o indexical. O trecho é retirado de um filme (*The Year of Living Dangerously*, de 1982, com Mel Gibson); nele o protagonista, um repórter australiano chamado Hamilton, tenta investigar sobre o tráfico de armas por comunistas na Indonésia. Em certa passagem, Hamilton conversa com o administrador do armazém, que lhe apresenta o seguinte conselho:

(129) Eu poderia ser um comunista.

Para Kijania-Placek (2017), o falante diz explicitamente que ele não é um comunista, e ele certamente não está advertindo Hamilton por conta de sua presença. É (no mínimo) improvável que o valor semântico do indexical ‘eu’ nessa sentença seja o próprio falante, o que seria o caso se o indexical fosse interpretado de forma referencial. Se avaliarmos, contudo, apenas levando em conta o modal, tal proposição seria verdadeira se e somente se o interlocutor é comunista em algum mundo possível¹²⁹ contrafactual, o que não é exatamente a interpretação que desejamos: se fosse essa a proposição, ela seria irrelevante como um aviso – para a segurança do ouvinte (Hamilton) não é interessante saber quem o falante é em um mundo contrafactual desde que ele não seja comunista no mundo avaliado. Alguém deve ser um comunista nesse mundo para colocar Hamilton em perigo. Para que o que foi proferido funcione como um aviso, não podemos interpretar a modalidade quanto às propriedades do falante em algum mundo contra factual.

Vale constar, além disso, que o papel do contexto para autora é crucial para a interpretação descritiva. Veja o exemplo seguinte:

(130) Ele é sempre o último a saber.

A leitura descritiva em (130) é desencadeada somente se interpretarmos essa expressão como um provérbio que geralmente é proferido na ausência do marido relevante e, portanto, é o contexto

¹²⁹ O que chamamos de mundo aqui, Kijania-Placek chama de situação (*situation*). Para maiores detalhes, rever nota 71, seção 2.2.3.

do provérbio que desencadeia a interpretação ‘Todo marido é sempre o último a saber’, em que ‘marido’ é a propriedade¹³⁰ recuperada do contexto através do mecanismo de anáfora descritiva.

Kijania-Placek (2017) prevê inclusive em quais contextos as leituras descritivas dos indexicais podem surgir. Veja o exemplo:

(131) Ele geralmente é calmo.

Nesse caso, não ocorre uma leitura descritiva do indexical avaliado ‘ele’, mesmo com a presença do quantificador ‘geralmente’. Então, o que provoca a leitura descritiva? A diferença entre (127) e (131), é que na primeira sentença, diferentemente da segunda, uma propriedade (relativamente) estática é atribuída ao sujeito, uma propriedade que normalmente não muda com o tempo, mas muda de pessoa para pessoa. E é a atribuição dessa propriedade que é o fator decisivo na determinação do domínio das pessoas como o domínio da quantificação em (129), levando à interpretação descritiva de ‘ele’. Para que a interpretação descritiva seja desencadeada, a predicação deve ser não acidental, no sentido de Aristóteles (Aristotle, Topics 102b5ff, 2003, *apud* Kijania-Placek, p. 7, 2017): “[um] acidente é algo que [...] pertence ao sujeito [mas] pode possivelmente pertencer e não pertencer a um e a mesma coisa, seja o que isso for.”¹³¹

Se uma propriedade é, nesse sentido, acidental, nada impede o ouvinte de considerar diferentes eventos que possam ser atribuídos ao mesmo sujeito, permitindo que a interpretação referencial seja descomprometida (livre) em relação ao indexical avaliado e, portanto, não desencadeando a interpretação descritiva. Paralelamente, a propriedade não precisa ser uma propriedade essencial do objeto (por essencial, a autora se refere a uma propriedade metafisicamente necessária). Por exemplo, ‘nascer na Itália’ é uma propriedade não acidental que não pode ser atribuída e negada a mesma pessoa, mas não é uma propriedade necessária. Ainda assim, o uso de ‘nascer na Itália’ vai desencadear uma interpretação descritiva de ‘ele’ em ‘Ele geralmente nasceu na Itália’ num contexto semelhante ao de (127).

Como podemos ver através do esboço geral da teoria de Kijania-Placek (2015, 2017), ela tenta levar em consideração diversos fatores (contexto, modalização, relevância informacional, etc.) para

¹³⁰ A autora chama marido de propriedade (*property*) no sentido de ‘ser marido’.

¹³¹ “[A]n accident is something which [...] belongs to the subject [but] can possibly belong and not belong to one and the same thing, whatever it may be”.

avaliar uma sentença que tenha um indexical descritivo. A seguir veremos, agora com maiores detalhes, como a autora trata e classifica diferentes sentenças que possam desencadear uma leitura descritiva.

2.4.3. A classificação e tipologia geral de Kijania-Placek

Como vimos na seção 1.3.2. , Kijania-Placek (2015, 2017) traz basicamente 3 formas diferentes que uma leitura descritiva pode ser desencadeada. A maioria dos exemplos que vimos até então, incluindo (127) tratam-se do tipo I:

Tipo I – desencadeada por uma tensão entre a singularidade do indexical e a generalidade do quantificador. Esse é o tipo que tratamos até o momento, principalmente, nas duas seções anteriores. Por conta disso, nesta seção, vamos nos focar nos outros dois tipos.

Tipo II – desencadeado por indisponibilidade da interpretação básica. A falta de um referente claro na sentença pode ser o resultado de uma ausência do referente no contexto que preencha as restrições mínimas do significado exigido pela sentença avaliada. Considere o exemplo abaixo¹³²:

(132) (Quando alguém vê uma pegada gigante na areia:) Ele deve ser um gigante.

Aqui, o potencial referente dêitico não está presente no contexto, e como (132) é a sentença que inicia uma conversa, não há antecedentes linguísticos para o indexical. Como o falante não tem nenhum indivíduo masculino específico em mente, a interpretação desviada¹³³ também não é uma opção. A interpretação descritiva é assim considerada devido à ausência de outras possíveis interpretações.

Tipo III – desencadeado por irrelevância da interpretação referencial. Nesse caso, existe uma incompatibilidade desse tipo de interpretação (referencial) com o objetivo da sentença, ou ainda, devido à sua trivialidade ou falsidade. O exemplo trazido pela autora é o seguinte:

¹³² Schiffer (1981) *apud* Kijania-Placek (2015).

¹³³ No caso da referência diferida envolvendo uma interpretação desviada, segundo a Kijania-Placek (pg. 4, 2015), a proposição resultante é singular, envolvendo uma atribuição rígida de uma propriedade ao referente (deferido) real. Porém, em (132) a proposição expressa é bastante geral, tal como ‘O homem que deixou essa pegada, quem quer que seja, deve ser um gigante’; se outro gigante tivesse deixado a pegada, a especulação teria recaído sobre essa outra pessoa (e não a original). Agradeço imensamente a Teixeira por insistir que eu esclarecesse essa passagem.

(133) (Um médico apontando para o seu próprio peito:) Quando uma pessoa leva um tiro aqui, geralmente podemos concluir que não se trata de um suicídio.¹³⁴

Como vimos a interpretação da sentença acima seria algo como “quando alguém leva um tiro nessa (numa determinada) região do corpo, geralmente podemos concluir que não se trata de suicídio”. Nesse caso, a interpretação do indexical está disponível, mas ela é irrelevante justamente porque se trata de uma situação na qual o médico não fala de si mesmo, pois se trata aqui de uma fala genérica.

Apesar da autora apresentar esse tipo, ela diz explicitamente que não vai os considerar (ao menos, até o momento) em suas análises mais formais. Tanto na seção 1.3.2., quanto nessa seção, seguiremos o cronograma da autora.

Agora com um apanhado geral das ideias e reflexões da autora, além de uma classificação razoável em tipos de leituras descritivas dos indexicais, vejamos como Kijania-Placek reuni e associa seus argumentos através de sua proposta de formalização.

2.4.4. Formalização de Kijania-Placek

Para desenvolver sua formalização, Kijania-Placek (2011, 2015, 2017) se debruça sobre exemplos envolvendo o tipo I e o tipo II.

Considerando o tipo I, a autora analisa mais uma vez a sentença (127); nela, uma propriedade saliente da pessoa demonstrada deve ser considerada, no caso, a propriedade de ser “papa”. Como já apontado anteriormente, para a autora essa propriedade é o valor semântico do pronome avaliado, mas não é o referente do pronome: ele funciona como um conjunto do contexto para um quantificador que desencadeia a interpretação anafórica e que restringe a estrutura da proposição gerada. Formalmente, teríamos para (127):

geralmente_x (papa(x), italiano(x))

‘Os papas são geralmente italianos’, o que estaria de acordo com nossa intuição de que (127) nada diz sobre Francisco I em específico. As condições de verdade para o quantificador em questão seriam, segundo a autora, o de maioria:

¹³⁴ Nunberg (1993) apud Kijania-Placek (2015).

$M^{gi} \models$ geralmente_x ($\varphi(x), \psi(x)$) sse $|\varphi^{M^{gi}} \cap \psi^{M^{gi}}| > |\varphi^{M^{gi}} \setminus \psi^{M^{gi}}|$, em que;

M é o modelo;

g é uma atribuição de objetos do domínio do modelo (M) para variáveis;

i é o contexto;

\models é a relação de satisfação obtida entre a sentença (ou a fórmula), o modelo (M) e o contexto (i) em uma atribuição (g);

φ e ψ são fórmulas a serem avaliadas;

$|A|$ representa a cardinalidade do conjunto A ;

$\varphi^{M^{gi}}$ é uma interpretação da fórmula φ no modelo M no contexto i na atribuição g .

Paralelamente e informalmente, a leitura seria (aproximadamente) a que segue: num modelo M que considera a atribuição de objetos g em seu domínio para variáveis e um contexto i , onde chamaremos esse modelo de M^{gi} ; ele será satisfeito se as fórmulas a serem avaliadas φ e ψ , no caso, **papa** e **italiano** respectivamente, tiverem na sentença avaliada e no modelo M^{gi} em questão a (cardinalidade de) sua intersecção maior que a (cardinalidade de) sua diferença, o que fornece justamente a maioria (**geralmente**). Isso vai gerar a leitura que a autora propõe “Os papas geralmente são italianos” para a sentença (127) “Ele geralmente é italiano”.¹³⁵

Para uma sentença do tipo II, como (132) o operador é determinado pelas propriedades do predicado ‘ter deixado uma pegada’ (uma propriedade que deve ser recuperada do contexto extralinguístico) e ‘ser um gigante’ (contexto linguístico), as quais são tipicamente propriedades de apenas um indivíduo (conhecimento do mundo). O raciocínio seria como se segue: o homem que deixou essa pegada (quem quer que seja) é (deve ser) um gigante, onde ‘o’ é um quantificador e interpretado da seguinte forma:

o_x (homem-que-deixar-essa-pegada(x); gigante(x))

E tem as seguintes condições de verdade:

$M^{gi} \models o_x (\varphi(x), \psi(x))$ sse $|\varphi^{M^{gi}}| = 1$ e $\varphi^{M^{gi}} \subset \psi^{M^{gi}}$

¹³⁵ Vale notar que a autora não deixa muito claro como chegamos a essa interpretação para (125). Para maiores críticas, ver seção 3.4.

Semelhante a leitura da sentença anterior, temos informalmente algo próximo de: num modelo \mathbf{M} que considera a atribuição de objetos \mathbf{g} em seu domínio para variáveis e um contexto \mathbf{i} , onde chamaremos esse modelo de $\mathbf{M}^{\mathbf{g}\mathbf{i}}$; ele será satisfeito se as fórmulas a serem avaliadas φ e ψ , no caso, **homem-que-deixar-essa-pegada** e **gigante** respectivamente, tiverem na sentença avaliada e no modelo $\mathbf{M}^{\mathbf{g}\mathbf{i}}$ em questão – a (cardinalidade da) primeira fórmula como verdadeira, ou seja, que existe (no modelo) ao menos um homem que deixa uma determinada pegada, e além disso, que a primeira fórmula esteja contida na segunda, no caso, que a fórmula φ (**homem-que-deixar-essa-pegada**) esteja contida em ψ (**gigante**). Se essas condições forem satisfeitas, conforme propõe a autora, isso vai gerar a leitura de \mathbf{o} como um quantificador. Isso fornecerá a leitura “O homem que deixou essa pegada é um gigante” para a sentença (132) “Ele deve ser um gigante”.

2.5. Sæbø (2015)

Como nosso último autor, decidimos por apresentar Sæbø (2015) e assim fizemos, pois além desse autor apresentar ao menos “um esboço” (*sketch*, segundo o próprio autor) de como considerar o problema, ele também toma, como veremos, diversos desenvolvimentos e ideias dos outros autores apresentados até então. Primeiramente veremos, contudo, o tipo de abordagem que ele emprega e como ele se aproxima da questão.

2.5.1. Alguns pontos considerados pelo autor: leituras *de re* e *de dicto*

Para Sæbø (2015), devemos considerar duas teorias gerais para as chamadas leituras *de re* quando envolvemos descrições definidas em contextos modais. Numa primeira teoria (chamada de “Teoria de Transparência”), a descrição é avaliada no mundo real; numa segunda (chamada de “Teoria de Substituição”), essa descrição é substituída por outra descrição, sendo essa então avaliada nos mundos possíveis (em consideração). Em princípio, existe pouca tensão entre essas duas teorias, em boa parte porque a primeira tende a ser favorecida pelos linguistas, enquanto a segunda tende a ser sustentada pelos filósofos, mas também porque muitas vezes, se a segunda teoria é aplicável, suas previsões costumam coincidir com as da primeira, em especial, quando os nomes e indexicais apresentam sua leitura padrão (rígida)¹³⁶.

Dessa forma, uma descrição definida pode apresentar três leituras, considerando as principais classes de contextos modais: uma *de re* sob a primeira teoria, uma *de re* sob a segunda teoria e uma *de*

¹³⁶ Ver seções 2.5.3. e 2.5.10. para maiores detalhes.

dicto. O objetivo principal do autor é argumentar a favor dessa segunda teoria de leitura *de re* (Teoria de Substituição), e, assim, mostrar que ela é necessária, caso desejemos avaliar todos os tipos de leituras que as descrições definidas (além de nomes e indexicais) possam apresentar.

2.5.2. Adentrando no problema

Vale notar que os primeiros exemplos apresentados por Sæbø (2015) não trabalham necessariamente com indexicais, que são nosso foco neste trabalho, o que pode parecer um desvio, em princípio. Contudo, Sæbø não o faz assim à toa: para ele, nomes, indexicais e descrições definidas são estruturas linguísticas que apresentam diversas características semelhantes, que justificam seu tratamento em conjunto; apesar de apenas nomes e indexicais apresentarem leituras rígidas; tanto nomes, quanto indexicais e descrições definidas (podem) apresentar leituras descritivas.

Para introduzir os conceitos indicados (*de re* e *de dicto*) acima, Sæbø apresenta um exemplo, como o abaixo, adaptado e retirado de uma notícia de jornal¹³⁷:

(134) (Os proprietários dormiam quando seu cachorro começou a latir muito forte. Do lado de fora, o casal podia ouvir as coisas serem derrubadas:) Os proprietários inicialmente acharam que *o urso* era um ladrão.

Para o autor, intuitivamente, no contexto descrito, (134) significa algo como (135), mais precisamente, ‘o urso’ tem uma interpretação que coincide mais ou menos (ao menos num primeiro momento) com uma interpretação simples *de dicto* do termo em itálico em (135):

(135) Os proprietários inicialmente acharam que *a criatura que fazia o cachorro latir e derrubava coisas no chão* era um ladrão.

Porém, Sæbø nota que ‘o urso’ em (134) não tem exatamente uma leitura *de dicto*, mas sim de uma descrição definida em contexto intensional.¹³⁸ Apesar de não ser uma leitura *de dicto*, a outra opção (*de re*), também pode apresentar alguns problemas, já que isso depende do tipo de teoria adotada. Se

¹³⁷ Anchorage Daily News (02/10/2006) *apud* Sæbø (2015).

¹³⁸ Como veremos, Sæbø (2015) considera certas tipologias e classificações de outros autores, como Hunter (2010). Para maiores detalhes, ver seções 2.3.8. e 2.5.5.

apelarmos, por exemplo, por uma Teoria de Transparência¹³⁹ (TT) a variável no mundo de avaliação da descrição (em questão) pode ser vinculada a um mundo não-local, para ser, eventualmente, instanciado no mundo real. Se aplicarmos a TT ao exemplo (134), teríamos uma análise (no momento, simplificada) em que poderíamos prever que o indivíduo denotado por ‘o urso’ no mundo real \mathbf{v} (o mundo do contexto ou mundo de proferimento) é um ladrão (em algum outro mundo possível):

$$(136) \{ w \mid \text{o urso}_v \text{ é um ladrão}_w \}$$

Sæbø (2015) chama esse tipo leitura de *interpretação transparente* (da Teoria de Transparência).

O autor, contudo, não desconsidera que apesar de (134) e (135) serem sentenças semelhantes, elas não apresentam exatamente e necessariamente as mesmas condições de verdade: é possível que (134) seja falsa, enquanto (135) seja verdadeira, por exemplo. Por conta disso, ele também argumenta que:

- (a) existem interpretações descritivas de todos os termos referenciais, isto é, existem leituras dos nomes próprios e das descrições definidas que correspondem às dos indexicais descritivos;
- (b) essas interpretações transitam pelas principais classes dos contextos modais (atitudes, modais, contrafactuais);
- (c) interpretações descritivas não são leituras *de dicto* nem são leituras *de re* (ao menos na TT), isto é, não são interpretações transparentes.

A teoria que essa leitura exige pertence a um tipo alternativo, no qual as descrições não são rigorosamente avaliadas como estão. O desenvolvimento desse tipo de teoria¹⁴⁰ tem sido amplamente motivado por casos que possam envolver designadores rígidos, nomes ou indexicais, nos quais a interpretação desses itens linguísticos apresenta problemas caso forem tomados em seu “valor nominal”¹⁴¹, ou seja, se seu significado não for de alguma forma completado ou preenchido, por exemplo, por alguma relação que o indivíduo tenha sobre a atitude proposicional. *Grosso modo*, o conceito expresso é substituído por outro, um conceito coextensional (um que designa o mesmo indivíduo no mundo real), que então fornece uma leitura *de dicto*; dessa forma, o termo *de re* não é apropriado; o que temos é uma redução *de re* para *de dicto* através de uma substituição. Aplicado aos

¹³⁹ Ver Schwager (2011) e Percus (2000). Também conhecido como “solução padrão” (standard solução) por von Fintel e Heim (2011) apud Sæbø (2015).

¹⁴⁰ Ela pode ser rastreada desde Quine (1956) via Kaplan (1968), Lewis (1979) e Cresswell e von Stechow (1982), Aloni 2005 e Maier 2009a apud Sæbø (2015).

¹⁴¹ Face-value, no original.

exemplos acima (134 – 135), esse tipo de análise pode através de ‘o urso’ e ‘a criatura que fazia o cachorro latir e derrubava coisas no chão’ denotar o mesmo indivíduo no mundo real, conforme a seguinte proposição:

(137) { w | [a criatura que fazia o cachorro latir e derrubava coisas no chão] $_w$ é um ladrão $_w$ }

Sæbø (2015) nomeia esse tipo de análise como Teoria de Substituição (ST), e a sua leitura como *interpretação de substituição*.

A fim de esclarecer o funcionamento geral da TT e ST, vejamos por ora, como o autor classifica esses dois tipos de teorias.

2.5.3. TT e ST – *de re* ou *de dicto*?

Sæbø (2015), por vezes, parece um pouco contraditório ao classificar a TT e ST e suas respectivas leituras de nomes e indexicais, quanto a serem *de re* ou *de dicto*. Esta seção foi aberta justamente para tentar esclarecer sucintamente essa questão.

A TT é *de re*. Basicamente, isso significa que a leitura da primeira estrutura descritiva “o urso” é semelhante a “o ladrão”. Note que na formalização apresentada ($o\ urso_w = o\ ladrão_v$) a diferença entre os dois termos é evidenciada pela indexação em mundos diferentes, no caso w e v .

A ST, por outro lado, também trata de uma leitura *de re* (ao menos num primeiro momento), mas ela acaba se tornando *de dicto* através de uma substituição. De ponto de vista estrutural, a substituição feita é de uma estrutura nominal por uma descrição: em geral, o mundo real (a criatura que fazia o cachorro latir e derrubava coisas no chão $_w = o\ ladrão_w$). Note que na formalização a indexação de ambos os termos é no mesmo mundo, no caso w .

A insistência do autor para implementação e consideração de ambas teorias vem exatamente de exemplos envolvendo os indexicais descritivos, conforme veremos na seção abaixo – isso já aponta algumas das limitações da Teoria de Transparência e a razão dela ser insuficiente para lidar com esse fenômeno em específico.

2.5.4. Introduzindo os indexicais descritivos

Após a apresentação mais geral de como Sæbø (2015) avalia e introduz os nomes, descrições e indexicais em geral, vamos nos centrar nesse último item que é de nosso especial interesse.

Semelhante ao exemplo (102):

(102) Você deveria ter verificado o olho mágico. *Eu* poderia ser um ladrão.

Sæbø expõe então um exemplo baseado em Heim (2004), para o qual o seguinte contexto é apresentado:

(138) (Antes que a Mãe Cabra sáísse, ela instrui seus filhos a não abrir a porta a nenhum estranho; “Se alguém bater na porta, peça para que ele mostre sua pata na janela e abra a porta somente se você reconhecer a pata como a minha”. Mas como a Mãe Cabra não acredita que seus filhos tenham entendido o recado, ela decide colocá-los à prova. Ela retorna e bate na porta, e as crianças abrem a porta imediatamente. Ela os repreende e diz:) Vocês não deveriam ter aberto a porta! *Eu* poderia ser o Lobo!

Como já vimos de maneira semelhante em (102), em (138) a interpretação de que o falante (no caso, a Mãe Cabra) poderia ser idêntico ao ‘Lobo’ é ofuscada por outra: ‘a criatura que bateu na porta’.

E Sæbø (2015) apresenta alguns outros exemplos semelhantes envolvendo indexicais descritivos, como:

(139) Eu costumava gerenciar o programa da cúpula de Davos. Eu havia dito que em dez anos metade de *voçês* seriam mulheres.

A única interpretação sensata de (139) do indexical ‘vocês’ é que, dentro de dez anos, metade dos participantes na Cúpula do Fórum Econômico Mundial de Davos seria constituído por mulheres, e não a interpretação segundo a qual uma parte dos interlocutores de (139) mudem de sexo em 10 anos.

Vejamos outro exemplo:

(140) (Se Pablo, um defensor do Design Inteligente, for eleito para o Conselho de Educação, conhecido por intercalar entre os defensores do Design Inteligente e os Evolucionistas, profere a seguinte sentença aos seus colegas:) *Nós* poderíamos ser evolucionistas.

Intuitivamente, a interpretação esperada do indexical em questão é ‘os membros vigentes do Conselho de Educação’; já que nessa leitura, Pablo está falando dos reais membros do Conselho

(aqueles que são efetivamente parte do Conselho de Educação no momento do proferimento de (140)), os quais poderiam ser evolucionistas. Em outra leitura, no entanto, ele diz que poderia haver outras pessoas mais amigáveis à teoria darwiniana, e que elas poderiam ter sido eleitas para o Conselho de Educação. Essa última leitura, pelo menos, parece exigir que ‘nós’ seja sinônimo da descrição definida ‘os potenciais membros do Conselho de Educação’ (adaptado de Nunberg 1993, pp. 13 – 14 apud Sæbø (2015)) – há evidências, então, a favor da afirmação de que ‘nós’ pode ter leituras equivalentes às das descrições definidas (Elbourne 2008, p. 420 apud Sæbø (2015)).

Dessa maneira, não muito diferente dos autores que vimos até então, Sæbø (2015) reforça a existência de leituras descritivas dos indexicais; o que muda, como veremos, é o tratamento do fenômeno no esboço de sua própria teoria. Seja como for, a intuição é que, nesses casos, a proposição expressa não é sobre um determinado indivíduo ou grupo, mas sim sobre um indivíduo ou grupo que preencha uma determinada posição/função.

Sæbø (2015), como podemos ver através dos exemplos e especialmente por conta das intuições de Nunberg (1993) e Elbourne (2008) mencionadas com relação ao exemplo (140), reconhece as contribuições de alguns autores quanto ao funcionamento do fenômeno. Por ora, veremos que segmentos o autor considera mais interessantes (e os usa para tecer sua teoria) e aqueles que, segundo o Sæbø (2015), merecem críticas e serem revisados.

2.5.5. Apreciação de Sæbø (2015) a teorias prévias

Em sua revisão de outras propostas para lidar com indexicais descritivos, primeiramente Sæbø (2015) tece alguns elogios à análise de Elbourne (2008), em especial, por ela ser composicional, e evitar impor uma ambiguidade aos itens envolvidos, como o pronome ‘he’ (ele) do inglês. Além disso, faz parte de uma teoria mais abrangente em que os pronomes são interpretados como descrições definidas, tal ideia sustentada por evidências de pronomes que exigem interpretações descritivas (como (140)). Mas a análise de Elbourne (2008), segundo Sæbø (2015, p. 7), dificilmente pode ser estendida aos nomes próprios e descrições definidas, e, por essa razão, não é geral o suficiente para capturar toda a gama de usos descritivos dos termos referenciais.

Sæbø (2015) menciona também o trabalho de Stalnaker (1978), que teve grande influência sobre Nunberg (1979) e Elbourne (2008), e tece algumas críticas (cf. Sæbø, 2015, p. 15). Para Stalnaker (1978), existe um procedimento de reinterpretação baseado em uma semântica bidimensional conhecido como *diagonalização*, que segundo Sæbø (2015), é considerado uma boa ferramenta para

lidar com sentenças nas quais os termos indexicais ameaçam causar um resultado inesperado¹⁴², como (141):

(Num contexto semelhante a (138):)

(141) Abram a porta, meus queridos cabritinhos! *Eu* sou sua mãe!

Grosso modo, a diagonalização transforma um significado que depende do *contexto de proferimento* para um que só dependa do *contexto de avaliação*, basicamente, fazendo com que o último desempenhe o papel reservado ao primeiro; assim, no caso, ‘eu’ seria reinterpretado como ‘o falante’. Então, dessa maneira, levando em conta ‘eu’ na sentença (138), sua *proposição diagonal* ‘o falante’ seria, desta forma, informativa:

(138) Vocês não deveriam ter aberto a porta! *Eu* poderia ser o Lobo!

Após a diagonalização, o papel da situação de proferimento é desempenhado pela situação de avaliação, de modo que a mudança de situação ou contexto (proferimento → avaliação) do pronome dependa do modal. Assim, o argumento proposicional do modal ‘poderia’ se tornaria um conjunto de situação *s* tal que, num tempo marcado antes do proferimento¹⁴³, o falante de *s* seja *o lobo*. Ressalta ainda Sæbø (2015) que essa solução não é muito diferente daquela utilizada por Elbourne (2008): o conjunto de situações *s* é tal que, num tempo marcado por um momento um pouco antes do proferimento, a criatura que bate na porta em *s* seja *o lobo*.¹⁴⁴

Um dos problemas dessa estratégia é que não haverá sempre um falante nas situações (ou contextos) possíveis relevantes. Nem para todos os contextos (com mundos e tempos definidos para eles) existem contextos proferidos (com falantes definidos para eles também). Esta abordagem tem também outra grande desvantagem: a diagonalização só é efetiva para os termos cujas intensões variam com o contexto de proferimento, entre eles, indexicais (incluindo os demonstrativos) e nomes próprios; mas dificilmente, ou ao menos, não incondicionalmente¹⁴⁵, para descrições definidas. Resumidamente: a estratégia de diagonalização apresenta um alcance muito limitado em relação aos

¹⁴² Zimmermann 2012, pp. 2374 *apud* Sæbø (2015). “Inesperado” aqui deve ser entendido, por exemplo, como uma leitura referencial em casos que intuitivamente temos uma leitura descritiva de um indexical.

¹⁴³ Apesar do autor não deixar muito claro, aparentemente existe uma variável (relacionada ao tempo) t_0 que deve ser marcada antes do proferimento t_1 . Para maiores detalhes ver Sæbø (p. 15, 2015).

¹⁴⁴ Para maiores detalhes, rever seção 2.2.4.

¹⁴⁵ Sæbø (2015) não deixa claro que condições poderiam ser essas.

termos que exibem leituras descritivas, e continua mantendo uma distinção entre, por exemplo, indexicais e descrições definidas.

Maier (2009a), também está no rol de autores para os quais Sæbø (2015) desenvolve críticas interessantes. Maier analisa ambiguidades envolvendo leituras *de dicto* e *de re* através de pressuposições (ligação ou acomodação)¹⁴⁶, algo comum em estruturas baseadas em DRT (conforme vimos em Hunter (2010)), como é o caso. A ideia geral é que uma pressuposição possa ser resolvida globalmente de onde derivaríamos a leitura *de re*, ou então, localmente de onde derivaríamos uma leitura *de dicto*.

Considerando a composicionalidade e os tipos lógicos uniformes, ambos são preservados, já que todos os termos que tem interpretações *de re* podem desencadear pressuposições; essas pressuposições, por sua vez, desencadeiam uma relação de pressuposições, se e somente se, elas forem resolvidas não-localmente. Veja o exemplo apenas para termos uma ideia de sua teoria:

(142) João acha que o fundador da Microsoft é rico.

(142) poderia significar duas coisas muito diferentes. Primeiro, pode significar que João acredita que a proposição de que quem é o fundador da Microsoft seja rico seja verdadeira, com base, por exemplo, em sua crença geral de que os fundadores das grandes corporações sejam sempre ricos; esta é a leitura *de dicto*. Mas há uma leitura extra para essa sentença. João acredita que um indivíduo em específico, que por acaso é o fundador da Microsoft, é rico. Nessa leitura *de re*, a sentença é feliz apenas se João estiver falando sobre Bill Gattes, por exemplo, numa festa em seu iate, e assim, profere algo como “Nossa! Esse homem deve ser muito rico!”¹⁴⁷

Grosso modo, se a descrição definida “o fundador da Microsoft” não for resolvida localmente (o que resultaria na leitura *de dicto*), isso acaba desencadeando uma pressuposição: um referente discursivo y para “o fundador da Microsoft”, e uma variável R para uma relação de pressuposições entre x (para João) e y . Apesar de R não aparecer na formulação abaixo, ele poderia ser vinculado em (143), se uma sentença anterior fornecer essa relação. Seja como for, a formalização básica seria:

(143) $\lambda x \lambda y y$ é um homem sobre quem x acabou de falar em uma festa no iate de y .

¹⁴⁶ Binding or accommodation. Binding (ou ligação) se trata, bem a grosso modo, da possibilidade dos referentes discursivos de uma determinada sub-DRS ser anafórico a de uma DRS anterior. Accommodation (ou acomodação), como vimos na seção 2.3.5., se trata da introdução de novos referentes discursivos (não apresentados anteriormente) e sua organização nas sub-DRS. Ambas fazem parte do aparato da DRT. Para maiores detalhes ver Hunter (p. 67, 2010).

¹⁴⁷ Adaptado de Maier (p. 432f, 2009a) *apud* Sæbø (p. 17, 2015).

Isso resulta em uma interpretação na qual o que João acredita, de fato, que o homem de quem ele falou na festa é rico.

Porém, se, por um lado, a análise é unificada, já que o mecanismo de pressuposição pragmático faz todo o trabalho, e a sintaxe e a semântica são bem diretas, por outro lado, o preço a ser pago é uma definição relativamente complexa de pressuposição envolvendo ligação e acomodação suprimindo, em especial, contextos que envolvam crença (“*contexts of belief*”, no original). Segundo Sæbø (2015), possivelmente existem aí problemas de composicionalidade¹⁴⁸.

Um outro autor trazido por Sæbø (2015) cujas ideias julgamos interessante discutir, mesmo que de forma breve e bastante sintetizada é Aloni (2005), inclusive porque Sæbø (2015) aproveita alguns de seus conceitos. A teoria das “coberturas conceituais” (“*conceptual covers*”, no original) de Aloni pode ser considerada uma Teoria de Substituição de interpretações e, como tal, ela envolve tanto os contextos intensionais quanto os termos referenciais. Bem basicamente, uma cobertura conceitual é um conjunto de conceitos individuais que, para cada indivíduo **d** e para cada mundo *w*, contém exatamente um conceito **c** tal que **c(w) = d**. A ideia é que o que é avaliado *in situ* é um conceito restringido contextualmente e pragmaticamente, e que coincida extensionalmente com o termo *res*. Contudo, segundo Sæbø (2015), assim como Maier (2009a), Aloni (2005) também apresenta problemas de composicionalidade.¹⁴⁹

Já no caso de Hunter (2010), Sæbø (2015) apresenta a distinção que a autora faz nos contextos intensionais em que as leituras descritivas dos indexicais foram observados na literatura:

(A) contextos criados por advérbios de quantificação, envolvendo intensidade (“Quantificational Coercion”).

(B) contextos criados por operadores modais, envolvendo intensionalidade em relação a mundos possíveis ou situações (“Intensional Reconstruction”).¹⁵⁰

Além disso, também como apontado por Hunter¹⁵¹, Sæbø reconhece que os contextos apresentados por Elbourne (2008) e Nunberg (1993) para mostrar que apenas os indexicais permitem leituras descritivas são todos contextos envolvendo advérbios de quantificação, e não exatamente em contextos modais. Elbourne (2008), por exemplo, observa que ninguém que diga (139) pode ser interpretado como dizendo que o papa é geralmente um italiano:

¹⁴⁸ A composicionalidade que Sæbø comenta se refere a uma operação de substituição, aos moldes de sua interpretação na Teoria de Substituição, a qual, segundo o autor, falta equivalente em Aloni (2005). Para maiores detalhes ver Sæbø (p. 24, 2015).

¹⁴⁹ Para maiores detalhes ver Sæbø (p. 18, 2015).

¹⁵⁰ Rever seção 2.3.8.

¹⁵¹ Hunter (2010, p. 121) *apud* Sæbø (2015).

(144) Francisco I geralmente é um italiano.

E isso, ao menos num primeiro momento, está correto. Mas quando se volta para os contextos modais no sentido estrito¹⁵², o cenário muda: alguém que diga (145) pode ser interpretado como dizendo que muitos, (talvez tendo em mente o cardeal Peter Turkson de Gana) sentiram que o sucessor do Papa Bento XVI deveria ter sido da África.

(145) Muitos acharam que Francisco I deveria ser africano.

Além disso, assim como outros autores citados, Hunter (2010) não oferece uma alternativa composicional; a interpretação ocorre por conta de uma determinada operação que não é enraizada em uma palavra ou em algum outro componente com input linguístico. De fato, a resolução para leituras descritivas dos indexicais para Hunter (2010) é tratada por meio de diferentes pressuposições e seus mecanismos (gatilhos e acomodação), conceitos que regem mais sob a pragmática e menos sob áreas mais “estruturais” da língua como a sintaxe e a semântica.¹⁵³

Embora Sæbø (2015) concorde com Nunberg (1993) e Elbourne (2008) sobre a existência de uma assimetria entre nomes e indexicais quanto à disponibilidade de leituras descritivas, é mais uma Hunter (2010) que mostra que os nomes também podem ter leituras descritivas, mais especificadamente, em contextos modais (reconstruções intensionais), por exemplo, envolvendo modais epistêmicos contrafactuais, como em (146):

(146) Michel Temer poderia ser de esquerda.

(147) O presidente do Brasil poderia ser de esquerda.

A leitura descritiva é aquela na qual (146) tem interpretação semelhante à de (147). É diferente de uma leitura propriamente *de re* na qual considerariamos um mundo em que, digamos, Michel Temer fez diferentes escolhas no âmbito político; tudo que precisamos, na verdade, é um mundo com um diferente resultado quanto ao processo de impeachment – sendo mais preciso: a acessibilidade desse mundo possível através de alguma DRS anterior¹⁵⁴.

¹⁵² O autor não deixa claro o que seria esse “sentido estrito”, mas supomos que se tratem especificamente de verbos modais como “deve” ou “tem que”.

¹⁵³ Rever seção 2.3.

¹⁵⁴ Sobre acessibilidade, rever seção 2.3.1.

Sentenças e interpretações como (146) e (147) parecem ir contra a ideia de Kripke¹⁵⁵ de que “ninguém além de Nixon poderia ser Nixon”; na verdade, elas indicam que, em princípio, uma sentença como “João poderia ser Nixon” poderia ser verdadeira. Note, no entanto, ao menos para Sæbø (2015) que elas não desafiam a tese de que os nomes são designadores rígidos no que diz respeito ao seu significado literal, apenas desafia o fato de que seu significado literal é a única interpretação que os nomes podem ter. Qualquer nome, portanto, pode, em princípio, ter uma leitura descritiva nas circunstâncias corretas.

Por último, Sæbø (2015) também credita Hunter (2010) por mostrar que as leituras descritivas são possíveis não apenas com indexicais e nomes, mas também com descrições definidas, como em (148), exemplo e fenômeno semelhante ao que ocorre com o nome (134):

(148) Você deveria ter checado o olho mágico. *Sua mãe* poderia ser um ladrão.

Apesar de não ser o foco de nosso trabalho, realmente vale notar as semelhanças entre nomes, descrições definidas e indexicais, principalmente, caso venhamos a esboçar uma teoria que seja minimamente coerente e robusta (como é o caso de Sæbø).

Por ora, veremos como Sæbø (2015) começa a constituir sua própria teoria.

2.5.6 O que aproveitar de cada autor?

Procurando desenvolver uma teoria geral e composicional, Sæbø (2015) considera minuciosamente cada uma das ideias ou teorias apresentadas por outros autores que trabalharam com o fenômeno envolvendo os indexicais descritivos. As teorias de Aloni (2005) e Hunter (2010) são gerais o suficiente (apesar de não composicionais, segundo o autor) para cobrir toda a gama de termos e contextos relevantes. Elas também atribuem à pragmática e ao conhecimento de mundo um papel importante para determinar como e se surge uma *interpretação de substituição*. Da mesma forma segue a teoria de Maier (2009a), mas como adicional, essa teoria, segundo Sæbø, se aproxima mais do objeto de ser composicional.

Ainda segundo Sæbø (2015), em especial, Hunter (2010) tem uma estratégia interessante em considerar uma *interpretação de substituição* através de um operador opcional (operador \uparrow , no caso), que é aplicado somente quando surge uma *necessidade* ou *oportunidade*; em sua teoria, *necessidade* deve ser

¹⁵⁵ Kripke (p. 7, 1972) *apud* Sæbø (p. 10, 2015).

entendida (na perspectiva do ouvinte) como as razões para não acreditar que a interpretação literal seja a desejada, enquanto que *oportunidade* corresponde às razões para acreditar na intenção de transmitir uma interpretação alternativa¹⁵⁶. Essa operação é opcional e apenas provocada por pressão pragmática.

De Aloni (2005) vem a ideia de que uma relação envolvendo algum tipo de substituição ocorre entre dois conceitos individuais coextensivos (funções de mundos para indivíduos) e o fato de o segundo argumento ser o único que permite a função seja do tipo $\langle \langle s, e \rangle, \langle s, e \rangle \rangle$. Dessa maneira, portanto, trata-se de uma operação que mapeia um conceito individual x para o seu substituto (contextualmente selecionado) atribuindo, dessa forma, o mesmo indivíduo no contexto avaliado.¹⁵⁷

Maier (2009a) contribui com a noção de que o (conceito individual) substituto é pressuposicional; basicamente, isso significa que deve haver um referente discursivo que tenha sido previamente introduzido e possa ser recuperado, ou então, acomodado.

Para que a interpretação de uma ST (Teoria de Substituição) seja uma função de significados e para que ela seja minimamente composicional, a substituição deve ser codificada em uma das partes dessa composição, e não em uma regra ou princípio especial, evitando assim manobras *ad hoc*. Esse requisito, segundo Sæbø (2015), não é cumprido nas análises feitas por Aloni (2005) e Hunter (2010), o que as tornam, ao menos num primeiro momento (sem nenhum tipo de revisão) não-composicionais. Aloni (2005) não apresenta uma formulação completa. Hunter (2010) apresenta, mas a mudança de uma TT para uma ST não é vinculada em nenhum constituinte estrutural específico.¹⁵⁸

Após considerarmos as influências de diferentes autores sob Sæbø, vejamos como o autor desenvolve sua teoria, considerando não apenas os autores apresentados até então, mas também a distinção que o mesmo considera de grande importância para lidar com os indexicais descritivos: a TT e a ST.

¹⁵⁶ Rever seção 2.3.6.

¹⁵⁷ Ver seção seguinte para maiores detalhes da aplicação de Aloni (2005) em Sæbø (2015).

¹⁵⁸ Para maiores detalhes ver Sæbø (p. 24, 2015).

2.5.7. Esboçando Sæbø (2015)

Um tópico importante para o autor, que ele repete e faz questão de esclarecer é que a interpretação clara¹⁵⁹, implausível e indesejada dos indexicais nos contextos relevantes corresponde à interpretação *de re* das descrições definidas sob uma determinada teoria, a saber, a Teoria de Transparência (TT); enquanto a mais plausível, ou seja, a interpretação descritiva¹⁶⁰ corresponde à interpretação *de re* reduzida a *de dicto* na Teoria de Substituição (ST). Além dessas, é possível que também exista uma leitura normal¹⁶¹ *de dicto* do indexical, embora essa leitura seja geralmente improvável, ou mesmo absurda.

Vejamos mais alguns exemplos que ilustrem cada uma dessas interpretações:

(149) *Eu* poderia ser um ladrão.¹⁶²

Leitura 1 – clara, transparente, *de re*: “meu irmão é um ladrão, então eu poderia facilmente ter me tornado um” ou “eu sou tão habilidoso em abrir cadeados, portanto eu seria um ótimo ladrão”.

Leitura 2 – descritiva *de re*, mas reduzida a *de dicto* sob substituição: “a pessoa na porta da frente poderia ter sido um ladrão ao invés de mim, então você não deveria ter aberto sem primeiro verificar quem estava lá”.

(150) *O pedinte* poderia ser um ladrão.

Leitura 1 – de forma transparente, *de re*: “o irmão dele é um ladrão, então ele poderia facilmente se tornar um” ou “ele é tão habilidoso em abrir cadeados, portanto ele seria um ótimo ladrão”.

Leitura 2 – descritivo, *de re*, mas reduzida a *de dicto* sob substituição: “a pessoa na porta da frente poderia ser um ladrão em vez de um pedinte, então você não deveria ter aberto sem primeiro verificar quem estava lá”.

Sæbø (2015) aponta ainda que existe também, em princípio, uma terceira leitura (*de dicto*):

¹⁵⁹ Clara, descritiva e normal (“*plain*”, “*descriptive*” e “*normal*”, respectivamente) aparecem todos entre aspas no original; talvez por falta de algum outro termo mais preciso.

¹⁶⁰ Vide nota anterior.

¹⁶¹ Vide nota anterior.

¹⁶² Perceba que não há uma indicação clara de contexto. Sæbø prefere por deixar os contextos em aberto, inclusive afirmando que dificilmente as leituras devem aparecer exatamente no mesmo contexto (Sæbø, p. 12, 2015); porém também percebe que esses contextos podem ser recuperados de alguma forma por conta de cada uma das leituras avaliadas.

Leitura 3 – existe em algum mundo possível w , um pedinte em w que também seja um ladrão, algo como em um “ladrão-pedinte”. Esta leitura, contudo, confirma o autor, é nada natural¹⁶³.

Essa última leitura, ao menos em português, não parece ser tão clara ou talvez nem acessível por “poderia”. É possível que isso ocorra por uma questão de tradução do termo em inglês “could”. Traduções de termos como modais são particularmente difíceis e complexas. Veja, porém, em (146), caso traduzíssemos como “podia”, a leitura 3 torna-se um pouco mais clara:

(151) *O pedinte* podia ser um ladrão.

Se assim for, isso apenas confirma e registra como as diferenças de aspecto e/ou tempo em modais em português apresentam certas estruturas e/ou interpretações diferentes do inglês. Entretanto, focar nesses tópicos, fugiria de nosso tema, por isso não adentraremos nesse assunto que vale uma investigação à parte.¹⁶⁴

Ainda sobre as leituras de tipo 1 e 2 apresentadas anteriormente, Sæbø (2015) para distingui-las mais claramente, considera uma formalização (simplificada) do modal ‘poderia’ para ambas interpretações de (145), respectivamente:

(150a) $\{w \mid \text{ladrão}_w (\text{ix. pedinte}_v(x))\}$

(150b) $\{w \mid \text{ladrão}_w (\text{ix. pessoa-na-porta-da-frente}_v(x))\}$

Considerando que $\text{ix. pessoa-na-porta-da-frente}_v(x) = \text{ix. pedinte}_v(x)$

v é o mundo real (o mundo do contexto de proferimento). A condição $\text{ix. pessoa-na-porta-da-frente}_v(x) = \text{ix. pedinte}_v(x)$ exprime que utilizamos ‘o pedinte’ no sentido de ‘a pessoa na porta da frente’. Consequentemente, teremos como pressuposto que esses dois conceitos individuais serão coextensivos.

Para o autor, também deve ficar claro que as duas primeiras leituras de (150) se diferem da mesma maneira que as duas leituras apresentadas em (149) e que, portanto, a leitura descritiva do indexical ‘eu’ corresponde diretamente à interpretação de substituição da descrição definida ‘o pedinte’.

¹⁶³ “Unnatural”, no original.

¹⁶⁴ Para uma ideia geral sobre o funcionamento de modais em PB, ver Pires de Oliveira e Scardulli (2008) e Scardulli (2011).

Então, se a interpretação transparente do indexical for contra-intuitiva, também o será a interpretação transparente da descrição definida (Sæbø, p. 13, 2015). Portanto, também deve ficar claro que da mesma forma que as duas interpretações de (150), no caso, (150a) e (150b) diferem uma da outra, essas duas leituras são possíveis e semelhantes em (149).

Tendo em mente essas diferenças notáveis entre a TT e a ST, nas semelhanças no tratamento tanto de indexicais, quanto de descrições, e suas respectivas interações com as leituras *de re* e *de dicto*, partiremos para apresentação das variáveis, e conseqüentemente, das formalizações da teoria de Sæbø.

2.5.8 Formalizando e examinando Sæbø (2015)

O primeiro passo para apresentarmos a de teoria de Sæbø e sua formalização é assumir um operador **S** que pode se unir a qualquer expressão do tipo *e*. Seu significado, conforme definido abaixo, é parcial: é definido apenas para um contexto de proferimento **c** e um conceito individual **δ**, se **c** fornecer um conceito individual único e saliente **ε** tal que $\epsilon_c = \delta_c$, ou seja, o “novo” conceito **ε** fornecido contextualmente e o conceito “antigo” **δ** devem atribuir o mesmo indivíduo no contexto de proferimento, em particular no que diz respeito ao seu mundo de proferimento (o mundo real). Segue a formalização em seus pormenores (cf. Sæbø, 2015, p.39-41):

O operador de substituição **S**

$$[[\mathbf{S}]]^{c,j} = \lambda \delta_{\langle s, e \rangle} \{ \epsilon_j \rightarrow \text{se existe um } \epsilon \text{ único e saliente em } \mathbf{c} \text{ tal que } \epsilon_c = \delta_c \}$$

$$\{\text{indefinido} \rightarrow \text{caso contrário}\}$$

Resumidamente: **c** é o contexto (ou a situação) de proferimento, e **j** é o contexto (ou situação) de avaliação. A extensão do operador **S** nesses dois índices é uma função de conceito individual **δ** que é definida se e somente se **c** fornece um conceito individual único e saliente **ε**, cujo valor no contexto de proferimento (o mundo e o tempo de proferimento) é o mesmo que o de **δ**, o qual então produz o valor de **ε** no contexto de avaliação **j**.

Vale notar, sobretudo que a condição de que o conceito novo **ε** e o conceito antigo **δ** sejam correferenciais no contexto de proferimento é o que torna necessário, segundo Sæbø (2015), trabalhar com uma semântica bidimensional¹⁶⁵.

¹⁶⁵ O autor revela que também seria possível desempenhar papel semelhante empregando uma variável designada para o contexto de proferimento, tal como a variável **R** de Elbourne (2008). Porém, vamos seguir com o modelo original do autor. Para maiores detalhes, ver Sæbø (p. 25, 2015).

Observe também que a saliência do conceito individual pode ser reforçada pelo proferimento da (primeira) sentença. Isso é claro num exemplo como (12), aqui repetido como (152), em que o proferimento topicaliza o evento de abertura da porta em reação ao evento de alguém batendo na porta:

(152) Você não deveria ter aberto a porta. *Eu* poderia ser um ladrão.

Além disso, o operador **S** pode ser opcional, o que significa que, em princípio, qualquer indivíduo avaliado pode apresentar duas leituras: um com o operador e outra sem. A leitura com o operador será restrita e nem sempre definida; já a outra leitura (sem o operador), vai ser considerada a leitura desejada quando existir uma razão para tanto. Para isso, além da definição do operador **S** (como já apresentada), também é necessário trazer o que o desencadeia: em especial, o que vem a gerar um conceito único e saliente¹⁶⁶. Seja como for, razões para desconfiar do significado mais literal (sem operador) fornecem motivos para sermos receptivos a um substituto (com operador). De acordo com Aloni (2005, apud Saebo, 2105, p. 28), uma vez que existem razões para preferirmos termos curtos e rígidos como indexicais e nomes ao invés de termos maiores e não rígidos, os falantes, em geral, vão preferir por leituras substitutas desses últimos termos.

Veja o exemplo a seguir:

(153) (Numa discussão sobre o atropelamento envolvendo uma criança e um trenó:) E se a árvore fosse um alce, um veado ou outro trenó, isso ainda aconteceria?

Embora não exista uma maneira muito simples de formular uma descrição definida que exprima **e** nesse caso, sua existência e sua pressuposição seriam verificados, e seria claro para ambos os interlocutores que **e** e **δ** (a árvore) são correferenciais. Em geral, o conceito **e** é baseado em eventos: ele designa o agente ou algum outro participante de algum evento apresentado (ou inferido), de modo que a descrição definida que o expressa envolverá uma propriedade; no caso de (153), por exemplo, pode ser a propriedade de obstruir o curso do trenó conduzido de uma determinada maneira e num determinado momento, sendo o resultado de algo como ‘o objeto que obstrui o caminho de veículos em alta velocidade’.

¹⁶⁶ Em geral, isso é explicado pela pressão pragmática. Ver pontos (i) e (ii) ainda nessa mesma seção.

Em muitos casos, o conteúdo¹⁶⁷ é originalmente desconhecido, mas acaba por ser um determinado indivíduo; os exemplos envolvendo o ladrão (149), (150) e (152) são desse tipo.

É, portanto, compreensível, segundo Sæbø (2015), considerar um conceito saliente como algo que o contexto possa fornecer.

Porém, vamos rever o exemplo (134):

(134) Os proprietários inicialmente acharam que *o urso* era um ladrão.

Na verdade, uma variedade de conceitos diferentes se oferece como alternativas à descrição “*o urso*”, entre elas:

- a) O ser que está derrubando as coisas.
- b) O ser que está fazendo o cachorro latir sem parar.
- c) O ser que está causando movimentação no quarto.

Embora num primeiro momento a escolha entre uma opção ou outra parece não importar muito, uma vez que exista um *common ground*; afinal se (134) é verdadeiro sob uma determinada substituição, também será verdadeiro nas outras substituições. Contudo, não podemos deixar de considerar que também é fato que cada uma das alternativas são conceitos individuais distintos, de modo que a condição de ser “saliente e único” passa a não ser muito bem definida. Seja como for, para Sæbø (2015), há uma família (de propriedades) mais saliente, ainda que seja *fuzzy* nas bordas e com conceitos bem semelhantes, entre os quais o ouvinte pode selecionar uma propriedade, ou a partir da qual, alternativamente, o ouvinte possa formar um componente (propriedade) em questão.

Seja como for, existem duas considerações quanto ao operador de substituição **S**:

- (i) Uma pressão pragmática é necessária para que **S** seja gerado e interpretado, de modo que, mesmo no caso em que **[[S]]^{sj}** seja definido, **S** pode não ser.
- (ii) A pressão pragmática pode ser o suficiente para que **S** seja gerado e interpretado, mesmo no caso em que **[[S]]^{sj}** não esteja estritamente definido.

Outra maneira de dizer (i) é que ser saliente não é o suficiente, também é essencial que a *interpretação de substituição* seja plausível. Essa restrição geral deve ser observada para evitar que o

¹⁶⁷ O autor não define muito bem do que se trata esse conteúdo. A expressão original é “*content of a container*”.

operador **S** não gere resultados não esperados. Certas configurações (estruturas e informação) são mais propícias a interpretações substitutivas do que outras. Conforme vimos na maioria dos exemplos apresentados até então em que as leituras descritivas dos termos referenciais estão em posição de sujeito em sentenças que envolvem cópula. Aparentemente as interpretações substitutivas são facilitadas quando o item avaliado é um tópico e o predicado é um indivíduo. Contudo, vale lembrar, segundo Sæbø (2015), isso é mais uma tendência do que um critério preciso.

Em relação a (ii), o contexto pode não fornecer um conceito saliente e único, mas a pressão pragmática pode fornecer um. Veja o exemplo abaixo:

(154) (Swann chegou à conclusão de que sua esposa Odette tem um amante, mas ele não tem ideia de quem é seu rival; ele decide matar o amante de sua esposa, independentemente de quem seja, e então, ele conta seus planos para seu melhor amigo, Theo. O amante de Odette é Forcheville, o chefe do exército, e Theo é um membro da equipe de segurança que deve proteger Forcheville. Durante uma reunião de sua equipe para elaborar uma lista das pessoas para manter sob vigilância, Theo diz:)¹⁶⁸ Swann quer matar o chefe do exército.

O ouvinte de (154) não tem como chegar à conclusão que Swann quer matar quem quer que seja ‘o amante de Odette’, apenas que Swann quer matar alguém que corresponda com alguma descrição envolvendo ‘o chefe do exército’. Isso pode ser considerado, segundo Sæbø (2015), um tipo de acomodação¹⁶⁹.

Há também uma questão de como avaliar os casos em que a saliência de um certo conceito substituto **ε** é evidente, e o falante acredita que **ε** e o termo que ele pronuncia **δ** são coextensionais, mas na verdade, eles não são. Assim, conforme vimos no exemplo (136), em que os filhotes abrem a porta para mãe, depois de o indivíduo ter mostrado a pata, um pronunciamento de (155) faz sentido, mesmo para ouvintes que saibam que a criatura na porta não era a mãe, e ainda assim julgariam a sentença como verdadeira. Para Sæbø (2015), isso é um outro exemplo de acomodação:

(155) Eles não abriram a porta imediatamente porque temiam que *sua mãe* pudesse ser um ladrão.

¹⁶⁸ Bonomi (p. 167, 1995) *apud* Sæbø (p. 11, 2015).

¹⁶⁹ A noção tomada pelo autor relativo a acomodação é de uma estratégia de ajuste do contexto para justificar uma pressuposição (Sæbø, p.29, 2015). Para maiores detalhes sobre acomodação, rever seção 2.3.5.

Também deve ser observado que o fenômeno é parecido com os casos trazidos na seção 2.1.4., nos quais as descrições definidas são utilizadas de forma referencial e o falante consegue se referir a uma entidade mesmo que ela seja descrita erroneamente. Para Sæbø (2015), esses casos de comunicação bem-sucedida são mais pragmáticos do que semânticos, e a descrição pode falhar e não denotar nada em específico¹⁷⁰.

Como podemos constatar até aqui, Sæbø (2015) apresenta uma teoria composta de elementos de várias outras, além de formalizar elementos que considera estritamente necessários para o explicar o funcionamento dos indexicais descritivos. Sobre esses elementos, ainda é preciso esclarecer a necessidade epistemológica e estrutural tanto de uma Teoria de Transparência, quanto de uma Teoria de Substituição, conforme vimos na seção 2.5.1., e conforme veremos abaixo.

2.5.9. Teoria de Transparência e Teoria de Substituição – ambas são necessárias?

É possível que uma Teoria de Substituição torne a Teoria da Transparência redundante ou simplesmente desnecessária, por conta, por exemplo, de uma possível emulação¹⁷¹ da primeira em relação à segunda? Para Sæbø (2015), a resposta é não: as leituras de substituição e de transparência podem coexistir (embora talvez não no mesmo contexto), e conseqüentemente ainda precisaríamos de uma Teoria de Transparência. Outro problema trazido pelo autor tem a ver com o fato de as leituras (geradas através dessa emulação) não seriam gerais o suficiente para dar conta dos indexicais, nomes e descrições definidas.

Um exemplo disso é quando existem leituras que, segundo o autor, podemos chamar de intermediárias, conforme o exemplo abaixo:

(156) João acha que teria chegado mais cedo se ele não estivesse no ônibus que ele está.

A vantagem desse tipo de abordagem é que permite que um termo como ‘o ônibus que ele está’ ser interpretado de forma transparente em relação ao contexto local e modal (o contrafactual), mas ainda não exatamente *de re*, não em relação a outro contexto modal (de atitude); nesse contexto, ele seria *de dicto*. Já que tais leituras não são permitidas pela Teoria de Substituição, isso acaba por

¹⁷⁰ Porém, um bom ouvinte ainda irá compreender a sentença avaliada. Rever a seção 2.1.4., ou ainda, ver Donnellan (1966) e Schoubye (2012) para maiores detalhes.

¹⁷¹ Para maiores detalhes de como, ao menos de modo geral, funcionaria essa emulação ver Sæbø (p. 32, 2015).

reforçar o argumento de que a flexibilidade da Teoria da Transparência (indexação livre¹⁷²) é insubstituível.

A Teoria de Substituição não pretende, portanto, substituir inteiramente a Teoria de Transparência. Embora a *interpretação de substituição* possa emular a referencialidade direta dos itens linguísticos, como nomes ou indexicais; seu papel é dar conta dos casos em que a *interpretação transparente* não é a mais ideal.

Acatando não apenas esses, como todos os componentes e fatores que constituem a teoria do autor, faremos algumas considerações gerais de sua teoria, antes de partirmos, finalmente, para o último capítulo, no qual teceremos não apenas as vantagens e desvantagens de sua teoria, bem como de todas as teorias apresentadas no decorrer dessa dissertação.

2.5.10. Mais algumas considerações em relação a Sæbø (2015)

Uma interpretação através de uma Teoria de Substituição exige um mecanismo extra, além, obviamente, de uma formulação geral e composicional. Como citamos anteriormente nas seções 2.5.5. e 2.5.6., e como veremos no último capítulo; a maioria das teorias existentes não são gerais em relação aos itens linguísticos ou a gama de contextos ou, simplesmente, não são composicionais. Sæbø (2015), portanto propõe a introdução de um operador opcional **S** que expresse uma operação sob conceitos individuais. O autor reconhece que a implementação desse tipo de abordagem pode ser questionada; contudo, uma operação de substituição aos moldes de **S** seria a resposta mais lógica ao conjunto das possíveis leituras descritivas em seus respectivos contextos modais.

A composicionalidade carrega junto, segundo Sæbø (2015), o preço da (falta de) restrição: essa só pode ser alcançada por meios não-estruturais, contextualmente e/ou pragmaticamente. Se a operação de substituição não tiver nenhum tipo de restrição, isso poderia provocar algum tipo de resultado inesperado¹⁷³. Ao contexto e aos fatores pragmáticos são, portanto, atribuídos um papel fundamental na restrição desse operador. Um papel restritivo para o contexto e os fatores pragmáticos é plausível, segundo Sæbø (2015), e está ancorado não apenas em seu trabalho, mas também em ideias expressas em Aloni (2005), Maier (2009a) e Hunter (2010).

¹⁷² *Free index-binding*, no original.

¹⁷³ Como nomes e indexicais apenas permitindo a leitura rígida. Ver Sæbø (p. 41, 2015).

Capítulo 3

Conclusões

Até aqui apresentamos os principais pontos de cada uma das teorias que consideramos mais interessantes para lidar com o fenômeno dos indexicais descritivos, a saber Kaplan (1989), Nunberg (1979, 1993, 2002), Elbourne (2008, 2013), Hunter (2010), Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017) e por último Sæbø (2015); além de lidarmos mais distantemente com diversos outros autores que lidaram com o tema, mas que não foram o foco em nossa pesquisa: seja por apenas tocarem o problema, seja por não apresentarem uma teoria minimamente robusta para lidar com a questão, ou ainda, por questão de parcimônia, já que esta dissertação deve apresentar um fim. Cada um desses autores (Kripke, Heim, Recanati, Aloni, etc.) argumentaram a favor ou contra às teorias apresentadas, enriquecendo em muito a discussão.

Agora seria o momento de comparar cada uma das teorias trabalhadas nos capítulos anteriores. Inicialmente, pensávamos que nesse processo comparativo seria possível eleger uma teoria que fosse a mais ideal para lidar com os indexicais descritivos; por “ideal” deve-se entender, no caso, a mais epistemologicamente adequada das teorias: enxuta (segundo o princípio da Navalha de Occam), robusta, sem adição ou com a adição mínima de postulações *ad hoc*, falseável (e, portanto, verificável), etc. Contudo, no desenvolver deste trabalho, percebemos que a simples escolha de uma teoria que se sobreponha às outras não seria uma tarefa muito simples, quicá possível. O que percebemos, e conforme foi constatado em Sæbø (2015), é que existem certas formalizações, características ou simplesmente ideias que são mais pertinentes do que outras, e, portanto, se aproximam mais desse “ideal” que tentamos adotar. Porém, como vimos em Hunter (2010) e Sæbø (2015), ao mesmo tempo que uma teoria x ou y apresenta certas vantagens epistemológicas, por outro lado elas também apresentam certos problemas passíveis de críticas.

Este capítulo, portanto, será construído da seguinte forma: apresentando as vantagens e desvantagens, os acertos e problemas epistemológicos de cada um dos autores principais (apresentados anteriormente de modo detalhado nas seções anteriores) a iniciar por Kaplan (1989). Assim esperamos efetivamente concluir toda a discussão e, ao mesmo tempo, sermos justos com cada uma das teorias discutidas, sem desmerecer nenhuma.

3.1. Vantagens e desvantagens em Kaplan (1989)

Como já discutido no primeiro capítulo, Kaplan (1989), apesar de não ser o primeiro autor a discutir os indexicais, é o primeiro a apresentar uma formalização mais robusta (hipotético-dedutiva, abrangente e refutável) desses itens linguísticos, e pelo seu pioneirismo ele já merece uma atenção à parte, como fizemos no decorrer deste trabalho. Suas funções de caráter e conteúdo são ferramentas teóricas plausíveis e explicam, ao menos num primeiro momento, o funcionamento dos indexicais, assim como as diferenças e semelhanças com outros termos linguísticos, entre eles, descrições definidas e nomes próprios.

Apesar da teoria kaplaniana ser questionável em vários aspectos que vão inclusive além da impossibilidade de interpretação descritiva dos indexicais (já que para ele, os indexicais são sempre referencialmente rígidos), como justamente a bidimensionalidade (separação entre aspectos semânticos como o caráter e o conteúdo), a relação entre a organização sintática e semântica das expressões linguísticas (que nem sempre elas se relacionam como o esperado)¹⁷⁴, sua teoria ainda é referência quando discutimos o tratamento atribuído aos indexicais. Isso ocorre não apenas pelo peso histórico e pioneirismo do autor, mas também em boa parte por ainda não termos encontrado uma teoria que abarque com a mesma amplitude todos os fenômenos mencionados pelo autor (nomes, indexicais, descrições, etc.) e consiga com a mesma rigidez epistemológica e simplicidade dar conta dos problemas colocados pelos indexicais, mesmo que com ressalvas (muito) importantes, conforme vimos nos capítulos anteriores.

Os trabalhos que discutem o funcionamento dos indexicais, incluindo aqueles que envolvem as interpretações descritivas desses itens (conforme visto nesta dissertação), em geral, partem de Kaplan (1989): seja para criticar os seus pontos arrolados para posteriormente tentar “corrigir” onde o autor “errou”; seja para apontar o autor como o principal precursor no assunto e reconhecer seu trabalho para posteriormente dizer por que é necessário uma nova teoria. De uma ou de outra forma, isso ocorre com quase todos os autores aqui apresentados.

3.2. Vantagens e desvantagens em Nunberg (1979, 1993, 2002)

Semelhantemente a Kaplan, Nunberg também é pioneiro no assunto, ao menos ao trabalhar especificamente com indexicais descritivos, conforme vimos na seção 2.1.1. De certa forma, falar sobre indexicais descritivos em Nunberg (1979, 1993) chega a ser quase anacrônico: o termo apenas

¹⁷⁴ Ver dall’Ava (2014) para uma discussão sobre a organização sintática e semântica em Kaplan.

foi posteriormente cunhado por Recanati (1993). Na época, o fenômeno que viria a ser indicado como indexicais descritivos é discutido através dos apontamentos desviados; e, finalmente, em seu texto de 2002, os indexicais descritivos recebem uma atenção à parte. Só isso já indica o trabalho precursor de Nunberg (1979) ao tratar das interpretações descritivas dos indexicais.

Seja como for, Nunberg (1979, 1993, 2002) é, fundamentalmente, o primeiro autor a reconhecer as leituras descritivas dos indexicais, chegando inclusive a apontar diferenças relevantes entre os indexicais e descrições definidas (seção 2.1.4.). Além disso, Nunberg toma o cuidado, principalmente em seus trabalhos de 1993 e 2002, de suas formalizações não serem exclusivas aos indexicais, encaixando-as dentro de uma teoria maior que também lida com nomes, descrições, etc. Sua teoria tem inclusive a preocupação de traçar o que é semântico e separá-lo do pragmático; noção particularmente importante caso queiramos identificar e explicar o funcionamento das leituras descritivas dos indexicais.

Porém, existem certos problemas que também devem ser apontados em suas ideias e que aparecem em suas mesmas formalizações. Notadamente, diferentemente de Kaplan (1989), falta uma noção clara de contexto, noção essa da qual Nunberg (1993, 2002) utiliza-se extensamente. Além disso, a preocupação em separar o que é semântico do que é pragmático, apesar de importante, também acarreta alguns problemas para Nunberg: inicialmente (1979), por exemplo, certos fatores são explicados através da pragmática (como o *demonstratum*, seu alcance, estabelecimento e papel); posteriormente (1993, 2002), todo o fenômeno é explicado através da pragmática. Isso, contudo, pode revelar um amadurecimento, e, conseqüentemente, uma revisão da teoria.

O maior revés da teoria de Nunberg (2002), contudo, trata-se, a nosso ver, de sua proposta de “granularização” de contexto. A ideia *per se* não é ruim, o problema é que além de não existir uma definição mais precisa do que se deve entender por essa granularização; o que existe apenas são algumas ideias e rascunhos que são sugeridos de como seria possível implementar essa ideia. A falta de formalização da granularização de contexto surge, muito provavelmente, por não existir uma formalização do próprio contexto em Nunberg (1979, 1993, 2002).

3.3. Vantagens e desvantagens em Elbourne (2008, 2013)

Elbourne é um autor que apresenta uma teoria bastante robusta para lidar com os indexicais descritivos. Em nosso percurso, apresentamos ele como, principalmente (mas não somente), um autor que lapida a teoria de Nunberg (1993, principalmente), e portanto aproveita de sua base teórica e dos

seus pressupostos construídos, apresentando, ao final, uma formalização das principais ideias expostas pelo autor.

Isso, obviamente, acarreta em certos benefícios e alguns problemas: precisamos ter em mente que Elbourne (2008) desenvolve sua teoria a partir de Nunberg (1993), e, dessa forma, estabelecendo-a através de uma teoria que já nos é previamente familiar, assim trazendo consigo boa parte de suas vantagens epistemológicas, e ao mesmo tempo, alguns de seus problemas – a insistência, por exemplo, em tratar as leituras descritivas dos indexicais como um fenômeno tipicamente semântico (e não pragmático) seria um dos postulados de Nunberg que Elbourne herda. Por motivos de parcimônia, contudo, nesta seção vamos evitar repetir o que foi dito na seção anterior: apenas é necessário compreender que, em boa parte, o que se aplica a Nunberg (1993), também se projeta em Elbourne (2008).

Uma característica própria da teoria de Elbourne (2008) é a aproximação (semântica) de descrições definidas e de pronomes, possibilitando explicá-los através do mesmo arcabouço teórico. A omissão do NP (seção 2.2.3.), por exemplo, é explicada através da aproximação desses dois itens linguísticos, pois seria sempre possível recuperar o conteúdo ou material descritivo necessário (seja de descrições, seja de pronomes) do contexto de proferimento. Porém, vale notar que essa aproximação também causa um apagamento de suas diferenças, o que pode ocasionar certos problemas, como uma dependência de fatores extra-linguísticos (como o apontamento) para diferenciá-los – inicialmente, isso não seria um problema, a não ser pela preferência clara do autor em lidar com nomes, indexicais e descrições definidas dentro de um panorama exclusivamente semântico.

O calcanhar de Aquiles da teoria de Elbourne (2008), contudo, a nosso ver, se encontra no que o autor nomeia como características Φ : elas são apenas citadas e minimamente definidas. Também deve ser notado que no processo de construção teórica (seção 2.2.2.), ao falar de restrições que devem ser introduzidas sobre a interpretação (dos indexicais), além de mencionar as características Φ , o autor também comenta sobre “outras restrições”. Essas (outras) restrições são apenas citadas, não ganhando nenhum tipo de formalização, destaque ou mesmo um comentário à parte que defina melhor esse conceito. Talvez por conta disso, Elbourne prefere se distanciar tanto das características Φ , quanto das “outras restrições” em sua formalização final (seção 2.2.4.).

3.4. Vantagens e desvantagens em Hunter (2010)

Hunter (2010), entre os autores apresentados, é a que apresenta uma das ideias mais inovadoras e bem sistematizadas para lidar com as leituras descritivas dos indexicais. Inovadora, pois

apesar de também partir das críticas à Kaplan (1989), comum a quem trabalha com indexicais, ela apresenta uma teoria alternativa, a DRT, que se apresenta dentro do âmbito das semânticas dinâmicas; tendo um funcionamento próprio e certas vantagens quando comparadas às semânticas clássicas (seção 2.3.1.); particularmente quanto ao tratamento das leituras descritivas dos indexicais, sua proposta também se diferencia do que vimos em autores como Nunberg (1993, 2002) e Elbourne (2008), por exemplo: essas leituras são desencadeadas por fatores semânticos, enquanto que para Hunter (2010) elas são claramente pragmáticas, conforme vimos na seção 2.3.10. Além disso, podemos dizer que sua proposta é bem sistematizada, pois ela se utiliza dos preceitos elaborados pela DRT de Kamp (1983) – uma teoria já bem estabelecida; além de adicionar algumas ideias originais próprias ao tentar dar conta dos indexicais descritivos (seções 2.3.7. e 2.3.8.).

A autora, porém, assim como vimos com os outros autores discutidos, também apresenta certas vantagens e desvantagens epistemológicas. Entre as vantagens de sua teoria teríamos o fato já apontado de se tratar de uma teoria que foge à semântica clássica, e portanto, apresenta, por assim dizer, um *fresh start*: um desenvolvimento teórico que não dependa, necessariamente, das restrições impostas ou arcabouços teóricos desenvolvidos anteriormente à partir das chamadas semânticas clássicas; por conta disso, surge, por exemplo, uma noção nova e própria de contexto (seção 2.3.1.), diferente daquela apresentada em Kaplan (1989), que não depende de uma divisão das estruturas semânticas e que possa, portanto, lidar com indexicais (descritivos) dentro de uma análise unidimensional, sem necessariamente envolver a divisão já clássica mas controversa de caráter e conteúdo.

A escolha pelo tratamento teórico feito a partir das semânticas dinâmicas também apresenta vantagens, a mais relevante delas é poder lidar com o discurso (conjunto de sentenças), e, portanto, ir além do nível sentencial. Isso é justamente, conforme vimos na seção 2.3.6., o que permite que consideremos um funcionamento próprio na DRT de estruturas anafóricas envolvendo, por exemplo, indexicais através da utilização de noções que já foram bem estabelecidas independentemente na semântica e na pragmática, tais como a pressuposição e a acomodação.

Em Hunter (2010), contudo, também encontramos alguns problemas: se por um lado, sua teoria é inovadora e nega (ao menos parcialmente) os desenvolvimentos teóricos de Kaplan (1989), por exemplo, sua teoria deve ao mesmo tempo, fazer um “esforço extra”; pois além de explicar os fenômenos dos indexicais descritivos, ela deve, conjuntamente, apresentar e explicar à partir de sua versão da DRT os fenômenos que previamente a teoria de indexicais de Kaplan era capaz de resolver,

entre elas, por exemplo, as leituras referenciais dos indexicais e a proximidade entre itens linguísticos como nomes e indexicais.

A questão apontada acima, porém parece ser dos menores problemas, já que a teoria de Hunter (2010) se apresenta robusta o suficiente para lidar com os fenômenos apontados. Outros tipos de adversidades epistemológicas, todavia também se mostram presentes em seu desenvolvimento teórico. Um deles se encontra em sua formalização: apesar de não discutido amplamente nesta dissertação, o operador \uparrow^{175} é questionável; como ele não é vinculado diretamente com nenhum item lexical presente nas sentenças/discurso e é desenvolvido exclusivamente para dar conta dos indexicais, podemos ter aí a presença de uma manobra *ad hoc*, o que, geralmente, não é epistemologicamente positivo para uma teoria. A ideia de conceito, conforme apresentada na seção 2.3.9. e 2.3.10., também sofre de um problema relacionado à sua formalização (apesar de diferente): ainda que explicitada e parcialmente estruturada, ela não é exata nem explicitamente formalizada.

Desenvolver sua teoria a partir das semânticas dinâmicas, mais especificamente, através da DRT de Kamp (1983), também tem um preço que pode ser considerado caro. As DRSs (geralmente representadas através de caixas) são estruturas consideradas representações mentais na DRT¹⁷⁶; isso significa, de uma maneira bem simplificada, que elas representam de alguma forma estruturas que se encaixam/cabem na mente/cérebro e configuram a própria maneira de pensar linguisticamente. Obviamente, essas são discussões que fogem amplamente do escopo deste trabalho, porém é um detalhe importante e que não deve ser simplesmente ignorado ao lidar com a DRT.

3.5. Vantagens e desvantagens em Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017)

Kijania-Placek, ao menos com relação ao período em que esta dissertação foi finalizada (2018), é a autora que mais recentemente tem tocado no problema envolvendo as leituras descritivas dos indexicais. Isso obviamente tem certas implicações: apesar de sua teoria ser relativamente simples, ela não parece ainda estar totalmente desenvolvida, e, portanto, aparentemente ainda não é capaz de explicar toda a questão dos indexicais descritivos e seus desdobramentos. Isso pode ser notado, por exemplo, na seção 2.4.3 deste trabalho, em que apontamos que a autora prefere por apenas descrever as leituras desencadeadas por irrelevância da interpretação referencial (tipo III em sua proposta).

¹⁷⁵ Maiores detalhes sobre o funcionamento e formalização desse operador pode ser encontrado em Hunter (p. 22, 2010) e em dall'Ava (p. 50, 2015).

¹⁷⁶ Ver Kamp (1983).

A teoria de Kijania-Placek, contudo, apresenta uma série de pontos positivos, principalmente, se considerarmos que se trata de uma teoria desenvolvida recentemente, entre eles, a resolução sugerida através da anáfora, assim como em Hunter (2010), pois trata-se de um fenômeno já bem conhecido na semântica e na pragmática. Também, semelhantemente a Hunter (2010), são apresentadas algumas pequenas nuances sobre o que possa provocar as leituras descritivas dos indexicais; no caso de Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017) essas diferenças são reveladas através de sua tipologia (tipo I, tipo II e tipo III). A autora também lança mão das distinções trazidas por Nunberg (1993), como os usos descritivos e desviados.

Diferentemente dos autores aqui apresentados, Kijania-Placek propõe um tratamento distinto e original quanto ao nível linguístico em que ocorre o fenômeno: ao invés de propô-lo como predominantemente semântico ou pragmático, a autora afirma que, para dar conta dele, seria necessária uma mistura de semântica e pragmática, principalmente ao que se refere ao conteúdo veri-condicional; como essa mistura seria feita, porém, não fica muito claro.

Kijania-Placek (2011, 2012a, 2014a, 2015, 2017) também faz algumas declarações importantes sobre o funcionamento das línguas naturais em geral. Dois pontos que se destacam: a nomeação das funções que indexicais sempre tomam, independentemente da língua analisada (seção 2.4.1.), e os argumentos explicando por que mesmo quando existem indexicais sob o escopo de modais, é possível que leituras descritivas não surjam (seção 2.4.2.).

A autora, todavia, também apresenta certos problemas em sua teoria. Como já indicado anteriormente, a teoria da autora ainda não parece completa: desenvolvida ao longo de 4 artigos analisados, por vezes configura mais uma ideia ou simplesmente uma sugestão, já que apresenta poucas definições ou poucas formalizações (seção 2.4.3.); sua teoria parece ainda estar dando os primeiros passos e certamente precisa de refinamento. Isso acaba por implicar em outros problemas, tais como não ser possível distinguir uma proposta muito orgânica/estruturada. Por exemplo, ela não deixa muito claro de que maneira “Ele deve ser um gigante” ou “Ele geralmente é italiano” são sentenças semanticamente idênticas respectivamente à “O homem que deixou essa pegada deve ser um gigante” ou em “Os papas geralmente são italianos” (seção 2.4.4.). É possível compreender que elas são equivalentes ou sinônimas, mas fica obscuro em seu texto.

3.6. Vantagens e desvantagens em Sæbø (2015)

E, por último, temos os desenvolvimentos teóricos trazidos por Sæbø (2015). Como já argumentamos anteriormente, assim o fizemos, pois o autor se baseia na maioria dos principais autores

citados anteriormente, tanto da semântica clássica quanto da semântica dinâmica, explicando em detalhes quais recursos ou ideias foram retiradas (ou rejeitadas) de cada um dos respectivos autores; portanto, para compreender sua teoria, seria mais interessante já estarmos familiarizados com outros autores, entre eles Hunter (2010), Elbourne (2008), Nunberg (1993), etc. Nesse sentido, podemos dizer que a teoria de Sæbø (2015) é a mais “sensível”: por sensível, entende-se como sendo a teoria que considera a maior quantidade de dados trazidos através das teorias mais relevantes envolvendo as leituras descritivas dos indexicais; sua teoria é, portanto, muito atenta aos desenvolvimentos epistemológicos de outras teorias trazidas.

Não cremos, contudo, que Sæbø (2015) esteja construindo um “Frankstein epistemológico”, apenas se aproveitando de partes das teorias anteriormente apresentadas, sem se comprometer minimamente com os preceitos trazidos, por uma teoria de semântica clássica ou de semântica dinâmica, por exemplo. Nesse sentido, cremos que o autor seja original, e, ao mesmo tempo, se comprometa com as vantagens e os problemas trazidos por sua argumentação teórica. Isso pode ser observado, quando o autor fala sobre bidimensionalidade: assim como Kaplan (1989), há uma separação dos fenômenos semânticos; no caso de Sæbø (2015), envolvendo a Teoria de Transparência e a Teoria de Substituição, e suas respectivas interpretações; o autor é a favor dessa separação argumentando que ambas teorias são necessárias para capturar tanto a leitura referencial, quanto a leitura descritiva dos indexicais (seções 2.5.2. e 2.5.3.). Obviamente, existe um esforço do autor para deixar claro essa necessidade, pois de um ponto de vista puramente epistemológico sabemos que, em princípio, uma separação interna dos fenômenos semânticos não é desejada.

Porém, o problema maior na teoria de Sæbø (2015) se encontra em sua formalização, mais precisamente, no seu operador **S**: ele o apresenta como opcional – isso causa problemas porque não fica muito claro, ao menos não de um ponto de vista mais estruturado/formalizado, quando ele deve ser usado e quando não deve. O operador parece, inclusive, ser descartável – conforme pode ser observado nos pontos (i) e (ii) arrolados na seção 2.5.8. – se a pressão pragmática, envolvendo acomodação, por exemplo, pode ser necessária e suficiente para lidar com o operador **S** e as respectivas leituras referenciais ou descritivas, por que precisamos, afinal, desse operador? Por que não partimos diretamente da pressão pragmática para explicar o fenômeno? Esse ponto não fica muito claro na teoria de Sæbø.

Contudo, se deixássemos a solução do problema à pragmática, isso apenas agravaria o problema desse nível linguístico que já carrega um papel pesado em sua teoria, em especial, ao se

referir às propriedades *fuzzy* e ao trabalho do ouvinte de selecionar/formar a propriedade apropriada (seção 2.5.8.).

De uma maneira ou de outra, Sæbø (2015) parece reconhecer os problemas em sua teoria e chega até a fazer uma meia culpa alegando que sua teoria ainda é apenas um esboço (*sketch*) de como lidar com os indexicais descritivos (seção 2.5.); porém, o autor também acredita que uma solução nos moldes apresentados seja a mais ideal para dar conta do fenômeno em questão (2.5.10.)

3.7. Considerações finais

Enfim, chegamos ao fim desta dissertação. Apesar de não ter sido possível apontar objetivamente e eleger uma única teoria como a mais adequada para lidar com as leituras descritivas dos indexicais, o simples levantamento feito neste trabalho, por si só, revelou diversos pormenores em relação aos indexicais a começar, por exemplo, com a descrição do próprio fenômeno que apesar de não ser capturado por teorias mais clássicas como Kaplan (1989) e Kripke (1980), mostramos que é bem real, intuitivo e muito comum nas línguas naturais. Vimos também que, salvo algumas exceções, como utilizando certos modais (seção 2.5.7.), o fenômeno é bem semelhante tanto em inglês, quanto em português brasileiro.

Esperamos também ter deixado claras as contribuições epistemológicas do presente trabalho: foi possível observar como cada teoria se comporta em relação ao fenômeno dos indexicais descritivos, os tipos de soluções propostas, assim como identificar as vantagens e desvantagens que cada uma das propostas traz para as análises das leituras descritivas dos indexicais – isso também pode ser observado, resumidamente, em nosso quadro comparativo, ao final dessa seção.

Por fim, pudemos contribuir, no âmbito da semântica formal, em especial, trazendo a discussão dos indexicais (descritivos) para o PB, tanto com análise de dados, mas principalmente, com a exposição e críticas epistemológicas das principais teorias envolvendo o tema.

	Tipo de Abordagem	Nível Linguístico	Tipologia	Formalização
Kaplan	Semântica Clássica	Semântica (não reconhece as leituras descritivas dos indexicais)	Uniforme	Parcialmente
Nunberg	Semântica Clássica	Semântica	Uniforme	Parcialmente
Elbourne	Semântica Clássica	Semântica	Uniforme	Sim
Hunter	Semântica Dinâmica (DRT)	Pragmática	Coerções Quantificacionais; Reconstruções Intensionais	Sim
Kijania-Placek	Semântica Clássica	Semântica/Pragmática	Tipo I, Tipo II e Tipo III	Parcialmente
Sæbø	Semântica Clássica	Semântica/Pragmática	Uniforme	Sim

Quadro comparativo das principais teorias apresentadas quanto à análise dos indexicais (descritivos)

Referências Bibliográficas

- ABNEY, S. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Doctoral dissertation, MIT. Distributed by MITWPL, 1987.
- ALONI, M. *A Formal Treatment of the Pragmatics of Questions and Attitudes*. *Linguistics and Philosophy*, 28, pp. 505-539, 2005.
- BACH, K. *The predicate view of proper names*. *Philosophy Compass*, Wiley Online Library, v.10, n.11, p. 772-784, 2015.
- BASSO, R. M. *A semântica das relações anafóricas entre eventos*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- BASSO, R. M.; TEIXEIRA, L. R.; VOGT, D. R.; *Indexicais*. *As interfaces da Gramática*, vol. I, pp. 53-72, Curitiba, 2012.
- BORG, E. *Complex Demonstratives*. *Philosophical Studies*, 97, p.229-249, 2000.
- BRAUN, D. *Structured Characters and Complex Demonstratives*. *Philosophical Studies*, 74, p. 193-219, 1994.
- CANN, R.; KEMPSON, R.; KIAER, J. *Dislocated Elements in Discourse: Syntactic, Semantic, and Pragmatic Perspectives*. Shaer, B., Cook, P., Frey, W. & Maienborn, C. (eds.). Routledge, p. 141-170. *Routledge Studies in Germanic Linguistics*, 2009.
- CARLSON, G. *Reference to Kinds in English*. Garland Publishing Inc., 1977.
- CARSTON, R. *Thoughts and utterances: The pragmatics of explicit communication*. Blackwell, Oxford, 2002.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- COENE, M. ; et al. *From NP to DP : The syntax and semantics of noun phrases*. John Benjamins Publishing, 2003.
- DALL'AVA, F. *As teorias pressuposicionais sobre indexicais: um estudo construtivo*, Iniciação Científica (Graduação), Universidade Federal de São Carlos – 2014/2015.
- DONNELLAN, K. *Reference and Definite Descriptions*. *Philosophical Review* 75, 281-304, 1966.
- ELBOURNE, P. *E-type anaphora as NP-deletion*. *Natural Language Semantics* 9: 241–288, 2001a.
- ELBOURNE, P. *On the semantics of pronouns and definite articles*. In Leora Bar-el and Karine Megerdooian, eds., *WCCFL 20: Proceedings of the 20th West Coast Conference on Formal Linguistics*, 164–177. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2001b.
- ELBOURNE, P. *Situations and Individuals*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2005b.
- ELBOURNE, P. *Demonstratives as individual concepts*. *Linguistics and Philosophy* 31 (4), 409-466, 2008.
- ELBOURNE, P. *Definite descriptions*. *Oxford Studies in Semantics*, 2013.

- FARA, D. G. *Names are predicates*. Philosophical Review, Duke University Press, v.124, n.1, p. 59-117, 2015.
- GEURTS, B.; BEAVER, D. *Discourse Representation Theory*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://stanford.library.sydney.edu.au/archives/spr2013/entries/discourse-representation-theory/>>, acesso em 21 mar. 2018; Fall Edition, 2011.
- HEIM, I. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. Garland Publishing Company, New York, 1988.
- HEIM, Irene; KRATZER, Angelika; *Semantics in Generative Grammar*. Oxford, 1998.
- HUNTER, J. *Presuppositional Indexicals*. Ph. D. thesis, Dept. Of Philosophy, University of Texas at Austin, 2010.
- HUNTER, J. *Presuppositional indexicals*. Journal of Semantics 30 (3), 381-421, 2012.
- JASZCZOLT, K. *Discourse, beliefs and intentions*. Elsevier, Oxford Kamp H (1981) A theory of truth and semantic representation. In: Groenendijk JA, Janssen T, Stokhof M (eds), Formal methods in the study of language. Foris, Dordrecht, pp 277–322, 1999.
- KAMP, H. *A theory of truth and semantic representation*. In: J.A.G. 1983.
- KARTTUNEN, L. *Presupposition and linguistic context*. Theoretical linguistics 1 (1-3), 181-194, 1974.
- KAPLAN, David. *Demonstratives*. In: n Almog, Perry, and Wettstein, pp. 481-563, 1989.
- KIJANIA-PLACEK, K. *He is usually an Italian, but he isn't*. Organon F3, 226-234, 2011.
- KIJANIA-PLACEK, K. *Deferred Reference and Descriptive Indexicals: Mixed Cases*. Philosophical and Formal Approaches to Linguistic Analysis, 241-26, 2012a.
- KIJANIA-PLACEK, K. *Situation semantics, time and descriptive indexicals*. Semantics and beyond. Philosophical and linguistic inquiries, Walter De Gruyter. p. 127-148, 2014a.
- KIJANIA-PLACEK, K. *Descriptive indexicals, propositional attitudes and the double role of context*. Modeling and Using Context: 9th International and Interdisciplinary Conference, CONTEXT 2015, Lanarca, Cyprus, November 2-6, 2015; LNAI 9405 Springer, Dordrecht, ss. 287-301, 2015.
- KIJANIA-PLACEK, K. *Descriptive Indexicals and Epistemic Modality*, Topoi 36 (1), 161–170, 2017.
- KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. Harvard University Press e Basil Blackwell: Oxford, 1972, 1980.
- LEVINSON, S. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. MIT Press, Cambridge, 2000.
- LONGOBARDI, G. *Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form*. Linguistic Inquiry 25, 609–665, 1994.

- MAIER, E. *Proper names and indexicals trigger rigid presuppositions*. *Journal of Semantics* 26, 253-315, 2009a.
- MACAGNO, F; CAPONE, A. *Interpretative disputes, explicatures, and argumentative reasoning*. doi:10.1007/s10503-015-9347-5 ; 2015.
- MONTAGUE, R. *The proper treatment of quantification in ordinary English*. In R. H. Thomason, editor, *Formal Philosophy: Selected papers of Richard Montague*, pages 188-221. Yale University Press, New Haven, CO, 1974.
- MOUNT, Allyson. *The Impurity of 'Pure' Indexicals*. *Philosophical Studies*, 138: 193–209, 2008.
- NEALE, S. *Pragmatism and binding*. In Zoltan Gendler Szabo, ed., *Semantics versus Pragmatics*, 165–285. Oxford: Clarendon Press, 2005b.
- NUNBERG, G. *The non-uniqueness of semantic solutions: Polysemy*. *Linguistics and philosophy* 3 (2), 143-184, 1979.
- NUNBERG, G. *Indexicality and Deixis*. *Linguistics and Philosophy*, 16, p. 1-43, 1993.
- NUNBERG, G. *Descriptive Indexicals and Indexical Descriptions*. In Anne Bezuidenhout & Marga Reimer (eds.), *Descriptions and Beyond*. Oxford University Press. pp. 261-279, 2004.
- PARTEE, Barbara H. *Formal semantics: Origins, issues, early impact*. In: *Formal Semantics and Pragmatics. Discourse, Context, and Models. The Baltic Yearbook of Cognition, Logic, and Communication*. Vol. 6 (2010), eds. B.H. Partee, M. Glanzberg and J. Skilters, 1-52. Lawrence, KS: New Prairie Press, 2011.
- PARTEE, B.; ROOTH, M. *Generalized conjunction and type ambiguity*. In Rainer Bäuerle, Christoph Schwarze and Arnim von Stechow, eds., *Meaning, use, and the interpretation of language*, 362–383. Berlin: Walter de Gruyter, 1983.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. *A arquitetura da conversação*. Parábola Editorial, 2014.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; SCARDUELLI, J. A. *Explicando as diferenças semânticas entre 'ter que' e 'dever': Uma proposta em semântica de mundos possíveis*. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/viewFile/1476/1181>>. Acesso em: 27 fev. 2017; originalmente publicado em 2008.
- POSTAL, P.. *On so-called 'pronouns' in English*. In F. Dinneen, ed., *Report on the seventeenth annual round table meeting on linguistics and language studies*, 177–206. Washington, D.C. Georgetown University Press, 1966.
- PREDELLI, Stefano. *I Am Not Here Now*, *Analysis*, 58: 107–112, 1998a.
- RECANATI, F. SZABÓ, Z 2005. et al. *Semantics versus Pragmatics*. Oxford University Press Inc, New York, 2005.
- RECANATI, F. *Direct Reference*. Blackwell, Oxford, 1993.

- RECANATI, F. *Literal Meaning*. Institut Jean-Nicod, Paris, 2004.
- RECANATI, F. *It is raining (somenhere)*. *Linguistics and Philosophy*. v. 30: 123–146, 2007.
- RECANATI, F. *Truth-Conditional Pragmatics*, Oxford, 2010.
- RUSSELL, Bertrand. *On Denoting* (second edition). *Mind*, Vol. 14. Basil Blackwell, 1905.
- SÆBØ, Kjell Johan (2015) *Lessons from Descriptive Indexicals*. *Mind* 124(496), 1111–1161.
- SANTORIO, Paolo 2013: *Descriptions as Variables*. *Philosophical Studies*, 164(1), 2013.
- SCARDUELLI, J. A. *Deve e Devia: os limites da significação*. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94730/297219.pdf>>, acesso em: 27 fev. 2017; originalmente publicado em 2011.
- SOAMES, S. *Beyond rigidity: The unfinished semantic agenda of naming and necessity*. Oxford University Press, 2002.
- SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Harvard University Press, Cambridge, 1986.
- STALNAKER, R. *Assertion*. In Cole, p. 315-320, 1978.
- STOCKWELL, R; SCHACHTER, P; PARTEE, B. *The major syntactic structures of English*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.
- STRAWSON, P. *On Referring*. *Mind*, 1950.
- TEIXEIRA, L. R. *Indexicais e Operadores-Monstros no Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- TEIXEIRA, L. R. *Os demonstrativos: uma análise semântico-pragmática baseada em situações*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- URIAGEREKA, J. *Aspects of the syntax of clitic placement in western Romance*. *Linguistic Inquiry* 26, 79–123, 1995.
- VON FINTEL, K. *Exceptive constructions*. *Natural Language Semantics* 1, 123–148, 1993.
- VON FINTEL, K. *What is presupposition accommodation, again*. *Philosophical Perspectives* 22 (1), 137–170, 2008.
- WETTSTEIN, H. *Demonstrative Reference and Definite Descriptions*. In *Has Semantics Rested on a Mistake? and Other Essays* Stanford University Press, Palo Alto, 1991.